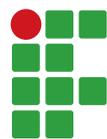


PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2020**



INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha



INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Carla Comerlato Jardim

Reitora

Nídia Heringer

Pró-Reitora de
Desenvolvimento Institucional

Vanderlei José Pettenon

Pró-Reitor de Administração

Édison Gonzague Brito da Silva

Pró-Reitor de Ensino

Raquel Lunardi

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

EQUIPE DE ARTICULAÇÃO

Direção de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional

Gustavo Lotici Hennig

Diretor

Diego Brenner dos Reis

Economista

Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas

Administrador

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação

REVISÃO TEXTUAL

Raquel da Silva Goularte
Tairon Beck Martins

Alameda Santiago do Chile, nº 195 – Nossa Sra. das Dores – CEP 97050-685
Santa Maria - Rio Grande do Sul/RS - Tel.: (55) 3218.9800
iffarroupilha.edu.br

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Relatório de Gestão do exercício de 2020, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 187/2020.

SUMÁRIO

1 MENSAGEM DA REITORA.....	13
2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	14
2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	14
2.2. Estrutura organizacional	17
2.3. Estrutura de governança	19
2.3.1. Instâncias internas de governança.....	20
2.3.2. Atuação da unidade de auditoria interna	23
2.4. Cadeia de valor e Modelo de negócios.....	25
2.5. Políticas e programas de governo	27
2.6. Relação com o ambiente externo	27
2.7. Canais de atendimento e informações aos cidadãos	28
3 GESTÃO DE RISCOS.....	29
3.1. Principais riscos identificados	30
3.2. Principais oportunidades identificadas.....	30
4 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	31
4.1. Governança	31
4.1.1. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	34
4.2. Estratégia e resultados de desempenho.....	34
4.2.1. Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha	42
4.3. Correição	42
4.4. Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pelo IFFar	45

SUMÁRIO

5	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	46
5.1.	Gestão orçamentária e financeira	46
5.2.	Execução orçamentária e financeira do IFFar	49
5.2.1.	Despesas executadas	50
5.2.2.	Despesas com pessoal	50
5.2.3.	Despesas com custeio	51
5.2.4.	Despesas com investimentos	51
5.3.	Execução por grupo e elemento de despesa realizados pelo IFFar	52
5.4.	Execução de restos a pagar	54
5.5.	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	55
6	GESTÃO DE PESSOAS	57
6.1.	Conformidade legal	57
6.1.1.	Assentamento Funcional Digital (AFD)	57
6.1.2.	Órgãos de Controle	58
6.2.	Avaliação da força de trabalho	58
6.2.1.	Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas	60
6.3.	Detalhamento da despesa de pessoal	61
6.4.	Estratégias de gestão de pessoas	63
6.4.1.	Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia	63
6.4.2.	Capacitação: estratégia e números	63
6.4.3.	Levantamento de necessidades de desenvolvimento	65
6.4.4.	Trabalho remoto	65
6.4.5.	SIASS e a política de qualidade de vida dos servidores do IFFar	66
6.4.6.	Segurança no Trabalho	66
6.4.7.	Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (CAGEPE)	67
6.5.	Desafios e perspectivas	68

SUMÁRIO

7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	69
7.1. Conformidade legal e detalhamento das licitações e contratos.....	69
7.2. Modalidades de licitações.....	70
7.3. Ações desenvolvidas na área de compras, licitações e contratos.....	72
7.4. Desafios e perspectivas	72
8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	73
8.1. Conformidade legal.....	73
8.2. Principais investimentos de capital	74
8.3. Gestão do patrimônio imobiliário da união	77
8.4. Gestão da frota de veículos do IFFar	77
8.5. Locações de imóveis e equipamentos	78
8.6. Mudanças e desmobilizações relevantes.....	79
8.7. Principais desafios e ações futuras	79
8.8. Principais ações institucionais	79
9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	80
9.1. Conformidade legal.....	80
9.2. Modelo de governança de TI.....	80
9.3. Montante de recursos aplicados em TI	80
9.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI.....	81
9.5. Principais iniciativas e resultados na área de TI.....	81
9.6. Segurança da informação.....	81
9.7. Principais desafios e ações futuras	81

SUMÁRIO

10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	82
10.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.....	82
10.2. Ações para redução do consumo de recursos naturais resíduos poluentes	83
11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	84
11.1. Declaração do contador e demonstrações contábeis	84
11.2. Balanços e demonstrações contábeis	84
11.2.1. Balanço orçamentário.....	86
11.2.2. Balanço patrimonial.....	89
11.2.3. Balanço financeiro.....	93
11.2.4. Demonstrações dos fluxos de caixa.....	95
11.2.5. Demonstração das variações patrimoniais	97
12 ANEXO	99
12.1. Resolução do Conselho Superior.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	MEC - Ministério da Educação	SGDP - Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
AFD - Assentamento Funcional Digital	MINTER - Doutorado Interinstitucional	SGP - Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
AUDIN - Auditoria Interna	MP - Ministério Público	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
CAAD - Comitê Assessor de Administração	MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão	SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
CAGEPE - Comitê Assessor de Gestão de Pessoas	MTO - Manual Técnico de Orçamento	SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
CCGP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
CD - Cargo de Direção	OMS - Organização Mundial de Saúde	SIG - Sistema Integrado de Gestão
CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional	SIGEPE - Sistema de Gestão de Acesso do Ministério do Planejamento
CGU - Controladoria Geral da União	PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas	SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
CIE - Comitê Institucional de Emergência	PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação	SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
CONSUP - Conselho Superior	PETI - Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação	SISAC - Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão
COPSIA - Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo	PIDes - Programa Institucional de Desenvolvimento	SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
CPC - Conceito Preliminar de Curso	PIIQP - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação	SPIUNET - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
DINTER - Mestrado Interinstitucional	PIIQPE - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Especial	TAE - Técnico-administrativo em Educação
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação	PJ - Pessoa Jurídica	TCU - Tribunal de Contas da União
EaD - Educação a Distância	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	TED - Termo de Execução Descentralizada
EJA - Educação para Jovens e Adultos	PPA - Plano Plurianual	TI - Tecnologia da Informação
EPT - Educação Profissional e Tecnológica	PRDI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
FG - Função Gratificada	PROAD - Pró-Reitoria de Administração	UAIG - Unidade de Auditoria Interna Governamental
FIC - Formação Inicial e Continuada	PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional	UGR - Unidade Gestora Responsável
ICT - Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação	PROEN - Pró-Reitoria de Ensino	TAE - Técnico-administrativo em Educação
IFFar - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	PROEX - Pró-Reitoria de Extensão	TCU - Tribunal de Contas da União
iGC - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas	PRPPGI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	TED - Termo de Execução Descentralizada
IGC - Índice Geral de Cursos	QVT - Qualidade de Vida do Trabalhador	TI - Tecnologia da Informação
IN - Instrução Normativa	RIP - Regime de Internato Pleno	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências	UAIG - Unidade de Auditoria Interna Governamental
LOA - Lei Orçamentária Anual	SEGOV - Secretaria de Governança	UGR - Unidade Gestora Responsável
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal	SEGRT - Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público		

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades de ensino do IFFar	14
Figura 2 - Organograma simplificado da Reitoria.....	17
Figura 3 - Organograma dos <i>Campi</i> simplificado	18
Figura 4 - Estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha em 2020.	19
Figura 5 - Cadeia de valor	25
Figura 6 - Modelo de negócios do IFFar	26
Figura 7 - Modelo de maturidade correccional.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indicadores de governança do IFFar em 2020.....	31
Gráfico 2 – Programas do PPA 2020-2021 executados pelo IFFar em 2020.....	46
Gráfico 3 - Evolução do Orçamento Total consignado na Lei Orçamentária Anual do IFFar no período 2016-2020, em milhões de reais	47
Gráfico 4 - Evolução das despesas empenhadas, por grupo de despesa, referente ao orçamento consignado na LOA do IFFar no período 2016-2020, em milhões de reais.....	48
Gráfico 5 - Orçamento total consignado na LOA 2020, em milhões de reais.	49
Gráfico 6 - Execução de recursos extra orçamentários no exercício 2020, em milhões de reais.....	49
Gráfico 7 - Distribuição da execução orçamentária e extraorçamentária, por grupo de despesa paga pelo IFFar, em 2020.	53
Gráfico 8 - Execução de Restos a Pagar no IFFar no exercício 2020, em milhões de reais.	54
Gráfico 9 - Execução de Restos a Pagar no IFFar nos exercícios 2019 e 2020, em milhões de reais.	54
Gráfico 10 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores no IFFar	55
Gráfico 11 - Percentual executado por modalidade de contratação no IFFar entre os anos 2018 a 2020.....	71
Gráfico 12 - Distribuição dos dispêndios com equipamentos e material permanente	75
Gráfico 13 - Obras e serviços de engenharia em execução no IFFar em 2020	76
Gráfico 14 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos automotores próprios do IFFar em 2020....	78
Gráfico 15 - Despesas executadas com locação de móveis, imóvel, máquinas, equipamentos e <i>softwares</i> no IFFar, em milhões de reais.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores derivados do iGC do IFFar em 2020.....	32
Quadro 2 - Forças e fraquezas identificadas no IFFar em 2020	33
Quadro 3 - Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do PDI 2019-2026	35
Quadro 4 - Ações e resultados relacionados à dimensão Alunos e Sociedade do PDI 2019-2026.....	37
Quadro 5 - Ações e resultados relacionados à dimensão Processos Internos do PDI 2019-2026.	41
Quadro 6 - Ações e resultados relacionados à dimensão Sustentabilidade Financeira e Ambiental do PDI 2019-2026..	41
Quadro 7 - Distribuição da força de trabalho nas unidades do IFFar, em 2020	58
Quadro 8 - Distribuição da força de trabalho do IFFar em relação à jornada de trabalho semanal, em 2020	58
Quadro 9 - Distribuição da força de trabalho do IFFar em relação ao gênero dos servidores, em 2020	59
Quadro 10 - Distribuição da força de trabalho do IFFar em relação à titulação dos servidores, em 2020.....	59
Quadro 11 - Cargos de Direção e Função Gratificadas disponíveis no IFFar, em 2020.....	59
Quadro 12 - Detalhamento da despesa de pessoal do IFFar, em 2020.....	62
Quadro 13 - Distribuição de auxílios para qualificação do quadro funcional do IFFar, em 2020	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programas do PPA 2020-2021 executados pelo IFFar em 2020.....	45
Tabela 2 - Despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas em 2019 e 2020, em milhões de reais.....	49
Tabela 3 - Distribuição das Despesas com Pessoal no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA, em 2020 e 2019, em milhões de reais.	50
Tabela 4 - Distribuição das Despesas de Custeio no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA, em 2020 e 2019, em milhões de reais.	51
Tabela 5 - Distribuição das Despesas de Investimentos no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA, em 2020 e 2019, em milhões de reais.....	51
Tabela 6 - Total de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no IFFar no exercício de 2020, em milhões de reais.	52
Tabela 7 - Total de Outras Despesas Correntes do IFFar no exercício de 2020, em milhões de reais.....	52
Tabela 8 - Quantidade de processos licitatórios finalizados por modalidade de licitação no IFFar, em 2020.....	68
Tabela 9 - Total de servidores e capacitações realizadas no setor de licitações e contratos em 2020	68
Tabela 10 - Número de contratos executados e acompanhados no IFFar em 2020	68
Tabela 11 - Despesas executadas e pagas por modalidade de licitação realizadas pelo IFFar no período de 2018 a 2020, em reais.....	69
Tabela 12 – Total dos dispêndios em obras, instalações e manutenção das estruturas do IFFar, para os anos 2019 e 2020, em milhões de reais.....	73
Tabela 13 - Total dos dispêndios com equipamento e mobiliários no IFFar, exercício de 2020, em milhões de reais.....	74

» 1 MENSAGEM DA REITORA

O Relatório de Gestão do IFFar sistematiza e fornece as principais informações sobre recursos, processos e resultados institucionais, articulados diretamente com as finalidades e competências do IFFar com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019-2026). Cumpre frisar que o ano de 2020 foi absolutamente diverso no atinente ao desenvolvimento das atividades institucionais. A pandemia da Covid-19 ensejou diversas alterações de legislação externas e internas – tanto para a área finalística quanto para a atividade meio – vinculadas ao decreto de calamidade pública. Em atenção ao contexto pandêmico, o IFFar constituiu o Comitê Institucional de Emergência – CIE, e com participação direta das diferentes instâncias de gestão – comitês assessores, órgãos colegiados e comissões permanentes - atuou para a preservação de vidas, enquanto manteve as atividades institucionais em formato remoto, a partir de 16 de março de 2020, em consonância com novas Resoluções do CONSUP.

Foram muitas as ações não previstas no Plano de Ação Anual que precisaram ser desenvolvidas em 2020, para atender a comunidade acadêmica, mantendo a conexão e adaptando os processos de ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão. Com isso, rotinas administrativas foram modificadas e houve realização de formações para estudantes e servidores, objetivando o enfrentamento das dificuldades advindas da atuação com distanciamento social. Surgiu a necessidade de criar formas de atenção estudantil como a criação do auxílio inclusão digital, empréstimo de equipamentos, atenção ampliada das equipes multidisciplinares de saúde aos estudantes e servidores. Além disso, o IFFar teve uma relevante atuação social colaborativa, agindo na produção de EPIs e insumos como o álcool em gel que foram disponibilizados para uso na própria instituição e em outras entidades.

Com calendários acadêmicos revisitados, projetos pedagógicos adaptados e atuação mediada pela tecnologia, o ano

acadêmico não foi conclusivo em 2020 e estendeu-se até 26 de fevereiro de 2021. Excepcionalmente, não estão apresentados neste documento os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha. Como o cronograma de liberação dos indicadores foi alterado, eles deverão ser disponibilizados e analisados em outro período.

O ano de 2020 teve também o processo eleitoral no IFFar - eleição da Reitora e dos(as) Diretores(as) de Gerais de Campi – assim, considerando a transição de gestão e o início da Gestão 2021-2025, a mensagem deste Relatório de Gestão está sendo assinada em conjunto. E, conjuntamente, reiteramos: mesmo atuando de forma diferente, em todos os dias de 2020, as ações institucionais foram realizadas em conformidade com a Lei nº 11.892/2008¹. Assim, o IFFar mantém o compromisso com a educação pública qualificada e zela pela vida de cada um que compõe a comunidade acadêmica e externa do IFFar, no território onde está inserido.

**Carla Comerlato Jardim
Nídia Heringer**

¹ Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

» 2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar é uma instituição pública e gratuita, vinculada ao Ministério da Educação, criado através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

ACESSE:

➔ *Lei nº 11.892/2008*

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm

De acordo com a lei da sua criação, o IFFar é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Localizado no Estado do Rio Grande do Sul, o IFFar possui 10 campi e 1 campus avançado, 2 centros de referência e 15 polos de Educação a Distância (EaD) que ofertam cursos de educação superior, básica e profissional nas modalidades de ensino presencial e a distância.

Figura 1 - Unidades de ensino do IFFar



UNIDADES DE ENSINO DO IFFAR

- | | | | |
|---|-----------------------------|----|----------------------------|
| 1 | REITORIA | 7 | CAMPUS SANTA ROSA |
| 2 | CAMPUS ALEGRETE | 8 | CAMPUS SANTO ÂNGELO |
| 3 | CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN | 9 | CAMPUS SANTO AUGUSTO |
| 4 | CAMPUS JAGUARI | 10 | CAMPUS SÃO BORJA |
| 5 | CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS | 11 | CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL |
| 6 | CAMPUS PANAMBI | 12 | CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA |

CENTROS DE REFERÊNCIA

- a SANTIAGO
- b SÃO GABRIEL

Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:

- » Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- » Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- » Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- » Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- » Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- » Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- » Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- » Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- » Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:

- » Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- » Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- » Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- » Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- » Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- » Ministrando em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.



Foto: Elisandro Coelho

O IFFar, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026, determina a missão, a visão e os valores institucionais assim definidos:

MISSÃO

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

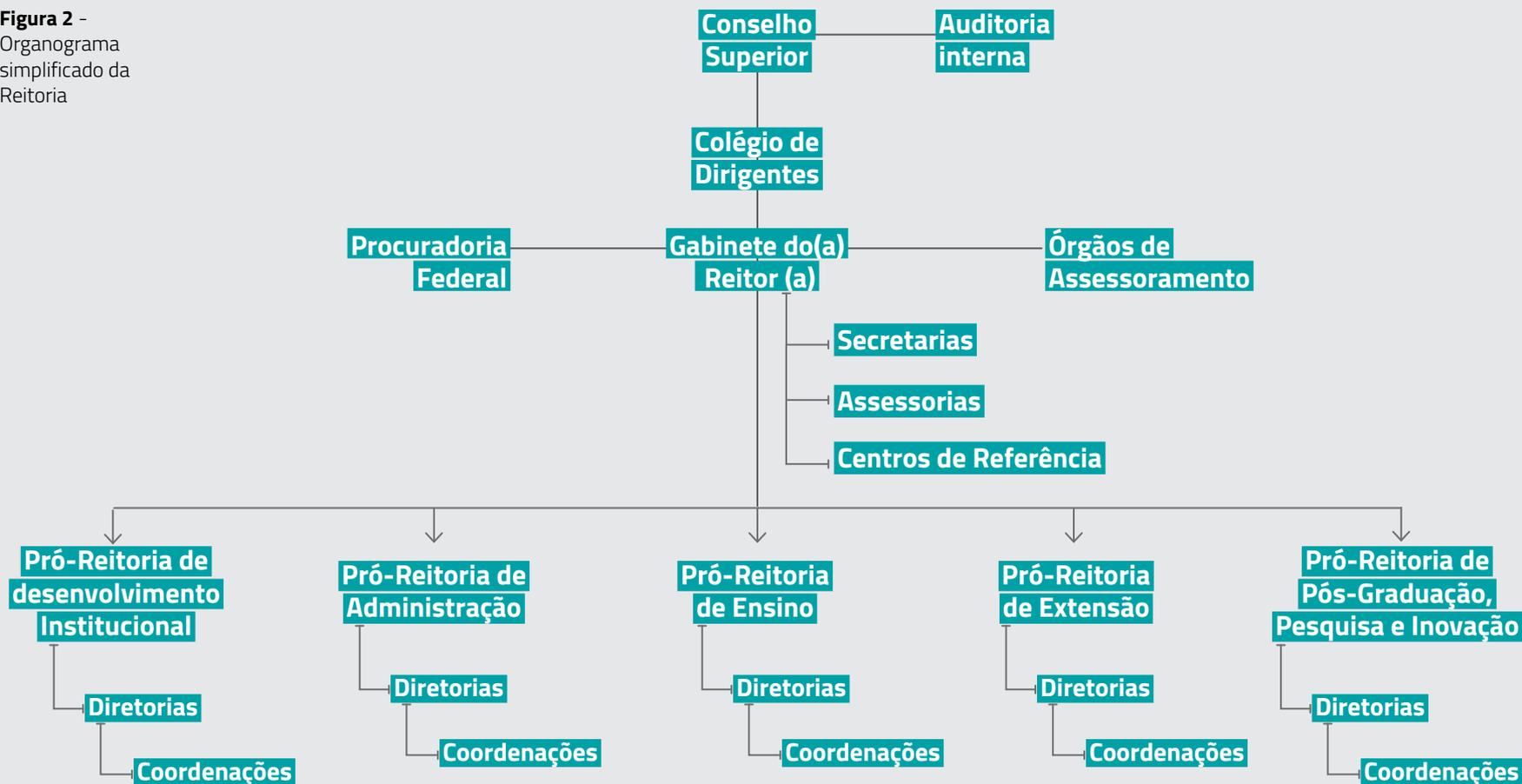
VALORES

- a) Ética
- b) Solidariedade
- c) Responsabilidade social, ambiental e econômica
- d) Comprometimento
- e) Transparência
- f) Respeito
- g) Gestão democrática
- f) Inovação

2.2. Estrutura organizacional

Organograma da Reitoria

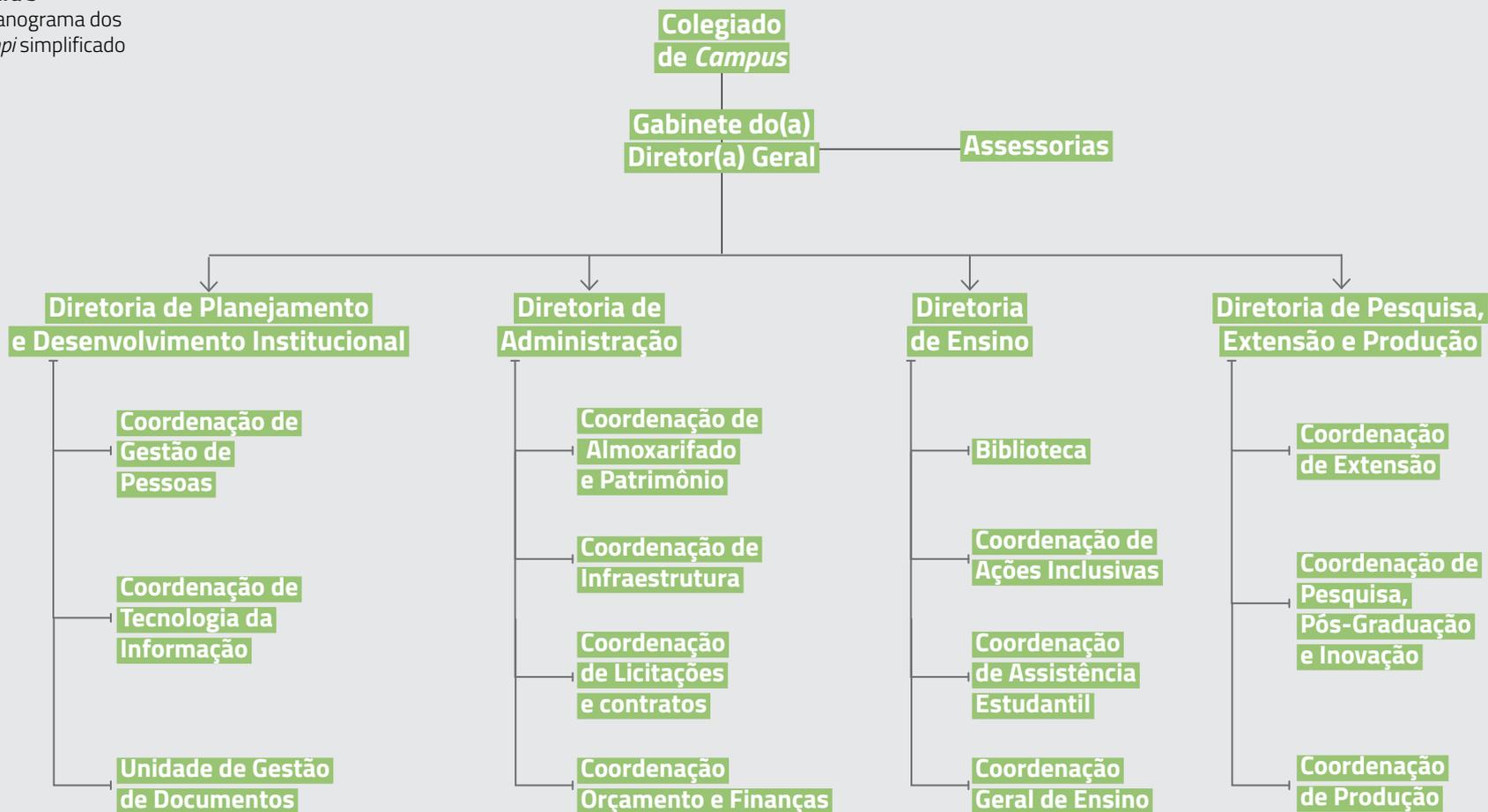
Figura 2 -
Organograma
simplificado da
Reitoria



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.
Nota: Elaborado com base no organograma da Reitoria disponível em: <https://iffarroupilha.edu.br/estrutura-organizacional>

Organograma dos Campi

Figura 3 -
Organograma dos
Campi simplificado



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Nota: Elaborado com base nos organogramas dos campi disponíveis em: <https://iffarroupilha.edu.br/estrutura-organizacional>.

2.3. Estrutura de governança

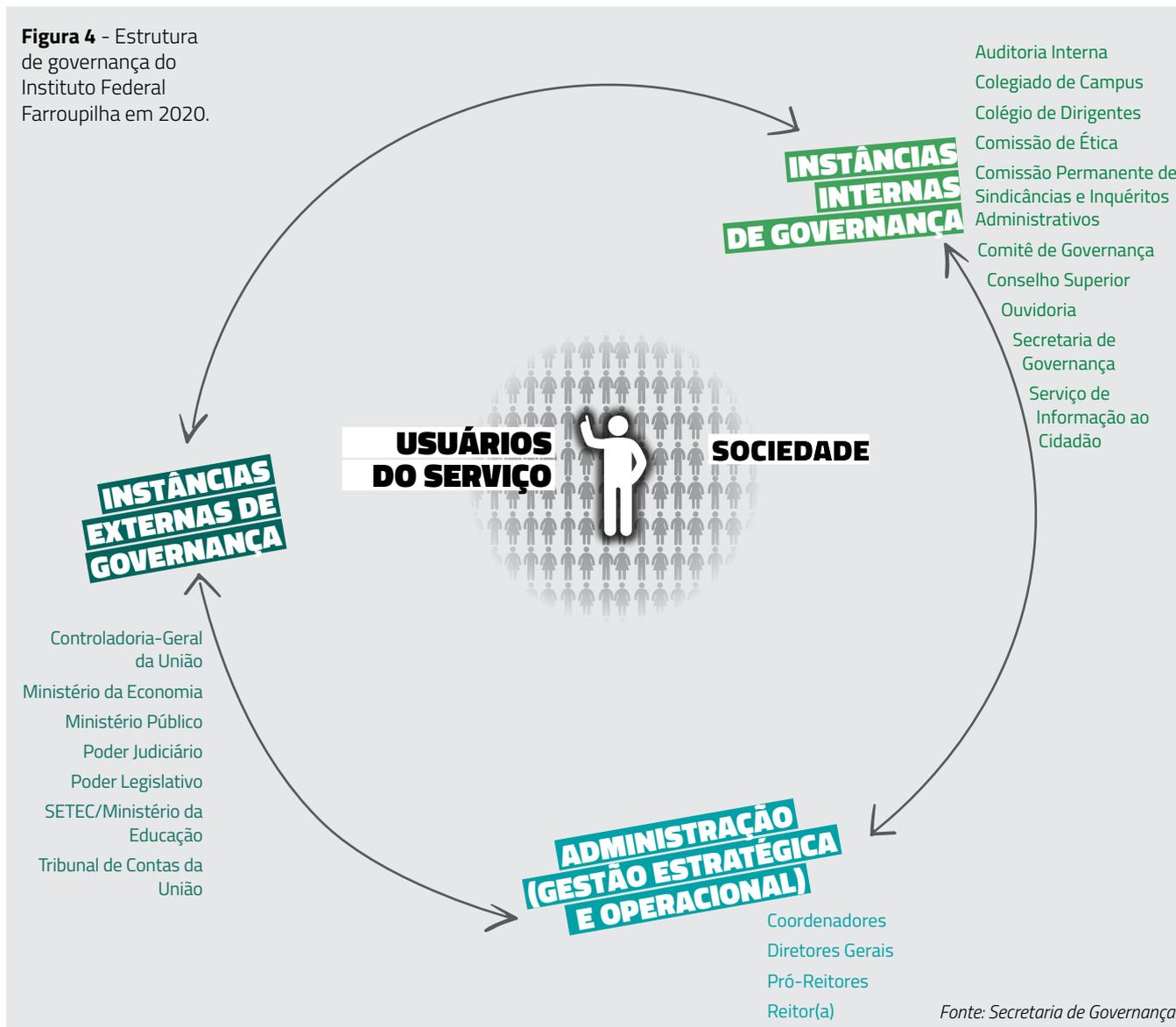
O sistema de governança do IFFar engloba:

I) operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito (portanto, em âmbito estrutural de governança), como instâncias de assessoramento/deliberação – Colegiado de Campus, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, Comitê de Governança, Riscos e Controles, entre outros – e de avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos, como a Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica e Secretaria de Governança; e

II) acesso e participação diretos da sociedade na gestão, com garantia de participação em órgãos consultivos e/ou deliberativos Conselho Superior, Colegiado de Campus) e disponibilização de canais de aproximação (Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria).

A ilustração ao lado representa a estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha, com as principais instâncias internas e externas envolvidas.

Figura 4 - Estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha em 2020.



2.3.1. Instâncias internas de governança

a. Alta administração

- Reitora
- Pró-Reitores
- Diretores-Gerais



**Carla
Comerlato
Jardim**
Reitora



**Édison G.
Brito da Silva**
Pró-Reitor
de Ensino



**Rodrigo
Ferreira
Machado**
Diretor Geral do
Campus Alegrete



**Vanderlei
J. Pettenon**
Pró-Reitor de
Administração



**Arthur
Pereira
Frantz**
Pró-Reitor de
Pós-Graduação,
Pesquisa
e Inovação



**Carlos Roberto
Devincenzi Socal**
Diretor Geral do
Campus Jaguari



Nídia Heringer
Pró-Reitora de
desenvolvimento
Institucional



**Raquel
Lunardi**
Pró-Reitora
de Extensão



**Alessandro
Callai Bazzan**
Diretor Geral do
Campus Panambi



**Carlos
Guilherme
Trombetta**
Diretor Geral do
Campus Frederico
Westphalen



**Rodrigo
Carvalho
Carlotto**
Diretor Geral
do *Campus*
Júlio de Castilhos



Renata Rotta
Diretora Geral
do *Campus*
Santa Rosa



**Verlaine Denize
Brasil Gerlach**
Diretora Geral
do *Campus*
Santo Augusto



**Carla
Tatiana Zappe**
Diretora Geral
do *Campus*
São Borja



**Adilson
Ribeiro Paz**
Diretor do
Campus
Santo Ângelo



**Deivid Dutra
de Oliveira**
Diretor Geral
do *Campus* São
Vicente do Sul

b. Conselho Superior

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo suas competências e composição definidas no Estatuto do IFFar e em regulamento próprio. Tem, na sua constituição, representação de todos os *campi* e da Reitoria – servidores técnicos e docentes, corpo discente e sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

ACESSO:

- *Estatuto do Instituto Federal Farroupilha*
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=58297&key=2a2fd5c3c04bf9d2b66359996cb93b88>
- *Regulamento do Conselho Superior*
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=60807&key=92a21059986caaff1f15340e00f9ee64>

2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança

a. Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna – AUDIN é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFFar e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

b. Colegiado de *Campus*

Órgão consultivo de assessoramento à Direção Geral do *campus*. Suas principais funções são colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha. Conta, na sua constituição, com representação dos servidores técnicos e docentes, do corpo discente e da sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

ACESSE:

➔ *Regulamento dos Colegiados de Campus*

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=56030&key=10c52e4fc9d44cd525750397ce84374f>

c. Colégio de Dirigentes

Órgão consultivo que tem a função de apoiar os processos decisórios da gestão do Instituto Federal Farroupilha, em matérias administrativas, econômicas e orçamentárias e de relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais.

ACESSE:

➔ *Regulamento do CODIR*

http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013227164251913resolucao_n%C2%BA_15_2013_regimento_codir.tif

d. Comissão de Ética

A Comissão de Ética do IFFar (CE) foi constituída pela Portaria nº 840/2012, de 11 de julho de 2012, e é responsável por dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, represen-

tações e reclamações referentes a condutas dos servidores. Conforme o artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSUP nº 001/2013, qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão, visando à apuração de transgressão ética imputada a agentes públicos e/ou ocorrida em setores da instituição. A Resolução CONSUP nº 013/2017, de 28 de março de 2017, aprovou o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Instituto Federal Farroupilha.

e. Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha

Criado em observação à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016, por meio da Portaria nº 1.797/2016, de 25 de novembro de 2016, é formado por integrantes da alta administração do IFFar (reitora, pró-reitores e diretores gerais) e tem, dentre suas competências: promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão

de riscos e pelos controles internos; aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e a avaliação de riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como limites de nível de unidade, política pública ou atividade; emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

f. Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos

Órgão de assessoramento independente e autônomo, diretamente vinculado à administração central do IFFar, responsável pelas atividades de controle interno, em âmbito disciplinar. Seu objetivo precípua é preservar a probidade nos atos e atividades administrativas, atuando na prevenção e na apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

g. Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha foi instituída por meio da Portaria nº 829/2012 e é o órgão de assessoramento da Reitoria encarregado de viabilizar a comunicação entre a comunidade (acadêmica ou externa) e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto, visando à melhoria dos processos institucionais, por meio do estímulo à democracia e à transparência. O atendimento da Ouvidoria é realizado conforme as normas que regem as ouvidorias do serviço público federal, com respeito à discricção e ao sigilo e com foco na agilidade. A unidade recebe manifestações (solicitações, sugestões, reclamações, comunicações, denúncias e/ou elogios) dos cidadãos – pelo sistema de ouvidorias do poder executivo (Fala.BR), *e-mail*, telefone e presencialmente – analisando-as, fornecendo orientações e promovendo o encaminhamento às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração dos casos.

ACESSE:

➔ *Acesso ao Fala.BR:*
<https://falabr.cgu.gov.br>

h. Secretaria de Governança – SEGOV

A SEGOV foi instituída em 2016, por meio da Resolução CONSUP nº 21/2016, que atualizou a estrutura organizacional do Instituto Federal Farroupilha. Compete-lhe promover mecanismos de governança e gestão de riscos como forma de garantir o alinhamento das decisões da alta administração à visão, à missão e aos valores institucionais. Cabe à Secretaria, também, aprimorar o Programa de Integridade do IFFar, nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e pela Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, atuando em articulação com SIC, Ouvidoria, COPSA, Comissão de Ética e Auditoria.

i. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do Instituto Farroupilha atua com o objetivo de:

- I – Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – Informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III – Receber e registrar pedidos de acesso à informação.

O SIC dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o *Fala.BR*. Esse sistema permite a qualquer pessoa, por meio do acesso ao Portal, requisitar informações de seu interesse aos órgãos públicos e acompanhar as demandas, com possibilidade de emissão de relatórios a qualquer momento e a verificação da satisfação do cidadão. As solicitações de informações também podem ser realizadas pessoalmente, na sede da Reitoria.

ACESSO:

➔ *Acesso ao Fala.BR:*
<https://falabr.cgu.gov.br>

2.3.2. Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) é órgão singular, que exerce atividade de auditoria interna governamental no âmbito do IFFar. Ela atua como auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que

o integram. A UAIG é subordinada ao Conselho Superior da Instituição, obedecendo o que rege o Decreto nº 3.591/2000, e vinculada administrativamente ao dirigente máximo da entidade, de forma a primar pela independência de atuação da unidade.

A UAIG do IFFar está organizada com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da gestão e racionalizar as ações de controle, bem como adicionar valor e melhorar as operações institucionais, exercendo atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03/2017 da Controladoria Geral da União.

Sujeita-se à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e é composta, atualmente, por sete auditores. A equipe possui uma Auditora-Chefe e auditores internos lotados nos campi da instituição. O(a) Auditor(a)-Chefe substituto é escolhido na ocasião de cada necessidade de substituição.

ACESSO:

➔ *Regimento Interno da AUDIN:*
<https://iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-regimento-interno>

O regimento interno da unidade foi atualizado, para adequação às últimas normativas publicadas sobre a atividade de auditoria interna governamental, em especial às Instruções Normativas nº 03/2017 e nº 08/2017, ambas da Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União. O documento foi aprovado pelo Conselho Superior da Instituição por meio da Resolução nº 014/2019.

O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor aos processos institucionais, contribuindo para: o cumprimento das metas, a execução dos programas de governo e do orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão. Enquanto a racionalização das ações de controle tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. Já o apoio ao Sistema de Controle Interno reside no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento a solicitações específicas e acompanhamento relativo ao cumprimento do Plano de Provi-

dências Permanente da instituição (documento que contém as recomendações emitidas pela CGU para cumprimento do IFFar) no sistema e-AUD da CGU e em diligências do sistema e-Pessoal do TCU.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio aos gestores por meio de informações contidas nos seus relatórios, para que possam orientar e apoiá-los na tomada de decisões. Dessa maneira, o assessoramento à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas da gestão que possam surgir relacionadas à Governança, à Gestão de Riscos ou a Controles Internos.

A designação do(a) chefe da equipe é feita conforme o art. 10 do Regimento Interno, considerando que sua atuação é limitada ao prazo de dois anos, prorrogável por igual período. O(a) Dirigente Máximo(a) da Instituição submete o nome do(a) candidato(a) à chefia junto ao Conselho Superior, para aprovação e posterior envio da documentação para apreciação e aceitação da CGU,

em conformidade com a Portaria nº 2.737/2017. A equipe pode, em até 60 dias antes do término do mandato do chefe em exercício, sugerir nomes para ocuparem a função, que deve ser suprida por servidor concursado para o cargo de técnico- administrativo em educação - Auditor. A atuação da equipe possui enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência e imparcialidade. As atividades guardam semelhança com a atuação dos órgãos pertencentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em relação às técnicas e enfoques utilizados.

Apesar da lotação dos auditores internos nos *campi* da Instituição, a atuação acontece em conjunto. Para cada ação, é montada uma equipe com dois a três auditores, sendo um deles designado como coordenador(a) da ação, os quais vão ao respectivo campus onde a auditoria será realizada, no momento dos trabalhos de campo. O planejamento e desenvolvimento dos papéis de trabalho são feitos em conjunto, porém a distância, via *e-mail* e drive.

Quando possível, a equipe retorna ao campus auditado para reunião com a gestão sobre os resultados encontrados. Os relatórios com o resultado final dos trabalhos, constatações e recomendações são enviados aos gestores por memorando eletrônico com comprovante de recebimento, para que a Unidade possa certificar-se de que os responsáveis tomaram conhecimento dos resultados dos trabalhos e, posteriormente, tais resultados são publicados no sítio do IFFar.

Com esses relatórios, a equipe de auditoria comunica ao gestor sobre os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, salientando a importância e o foco da atuação da UAIG, que é agregar valor à gestão e contribuir para a melhoria dos processos.

As recomendações formuladas, após a entrega ao gestor, passam a integrar o Plano de Providências Permanente da Instituição, de forma a possibilitar o acompanhamento da sua implementação por parte dos auditores. A verificação do atendimento das recomendações é feita no exercício seguinte ao da execução da ação, para que os gestores tenham tempo

suficiente para a devida implementação e aprimoramento de seus processos.

Sobre o acórdão N° 1.178/2018 TCU Plenário:

A UAIG recebeu, por meio do Ofício-Circular nº 181/2018 GAB DS/DS/SFC-CGU, determinação para que fosse incluído no conteúdo do Relatório de Gestão, por pelo menos quatro exercícios, as conclusões dos trabalhos realizados pela Unidade relativos à transparência nos relacionamentos da instituição com fundações de apoio. Isso posto, informamos que, no exercício 2019, não houve atuação da UAIG na verificação do assunto em tela, pois a instituição não teve atividades de relacionamento com fundações de apoio para análise.

2.4. Cadeia de valor e Modelo de negócios

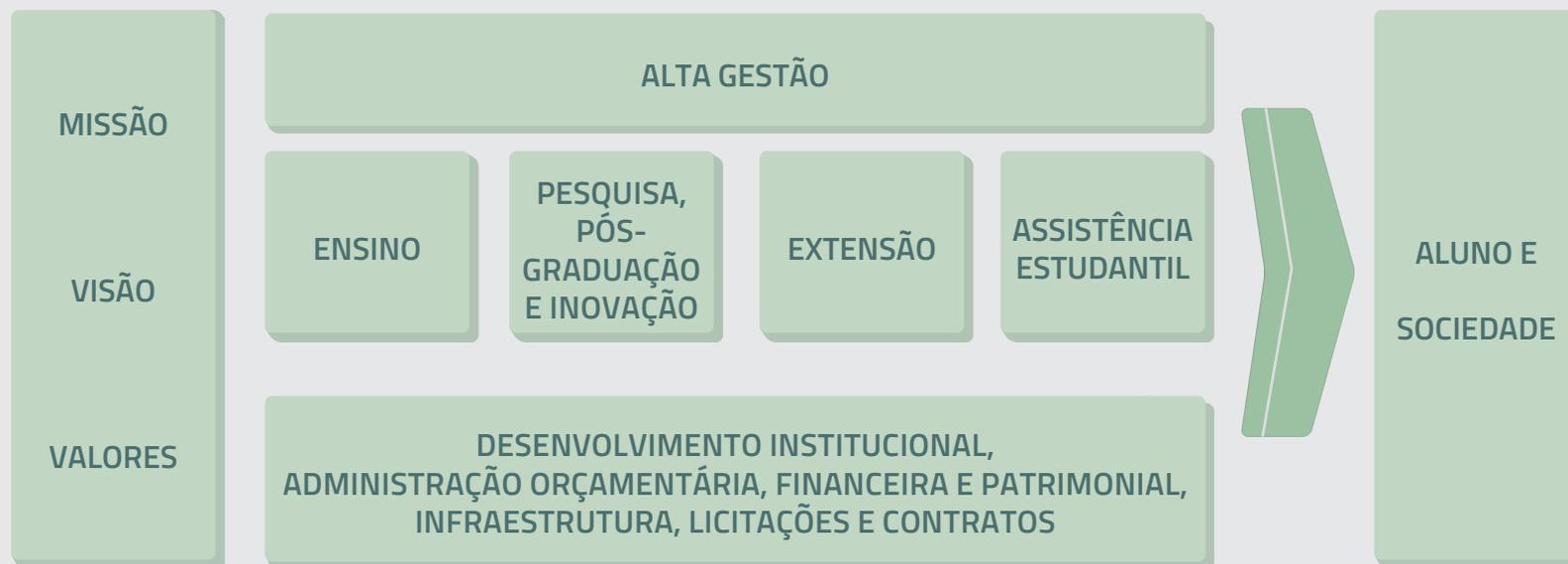
O IFFar, no cumprimento da sua missão institucional, atua em conformidade com as políticas governamentais voltadas para a educação e atento às demandas e arranjos produtivos locais e regionais, promovendo ensino público, gratuito e de qualidade,

conforme indicam os resultados das avaliações externas do MEC/Inep e as avaliações internas implementadas pelo próprio instituto em relação aos cursos ofertados. Dessa forma, as ações do IFFar têm repercutido positivamente sobre o desenvolvimento humano, econômico e social, à medida que oportunizam o ensino de jovens e adultos, a qualificação profissio-

nal e a produção e a disseminação de conhecimento científico e tecnológico.

Associado à cadeia de valor, o modelo de negócio do IFFar representa os principais recursos aplicados nos processos administrativos e formativos, com resultados gerados e entregues à sociedade.

Figura 5 - Cadeia de valor



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Figura 6 - Modelo de negócios do IFFar

Fonte: PROAD, PRDI, PROEN, PROEX e PRPPGI.



2.5. Políticas e programas de governo

O Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023) é instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, e abrange um conjunto de ações públicas que visam ao cumprimento das estratégias governamentais. O IFFar, na qualidade de órgão executor das políticas públicas voltadas para a educação superior, técnica e profissionalizante, nas modalidades presencial e a distância, participou da execução dos seguintes programas do PPA no exercício de 2020:

- » **0032** – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- » **0901** – Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais;
- » **0910** – Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;
- » **5012** – Educação Profissional e Tecnológica.

2.6. Relação com o ambiente externo

Esta seção apresenta alguns elementos externos que impactaram o IFFar direta ou indiretamente.

Ameaças:

- » Ambiente político-econômico;
- » Redução orçamentária sistemática incompatível para a manutenção das condições mínimas necessárias para o desenvolvimento das ações previstas no Plano de Ação das Unidades;
- » Redução orçamentária em recursos de natureza de custeio, inviabilizando a ampliação das unidades e a equiparação de espaços para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- » Desvalorização ilegítima das instituições públicas de ensino e das pesquisas científicas, ampliada com a redução de recursos que possam fomentar ações desta natureza;
- » Redução nas possibilidades de pactuação com o FNDE/SETEC para oferta de vagas em cursos técnicos fomentadas por programas governamentais;

» Pandemia de Covid-19 e seus efeitos negativos sobre o funcionamento do IFFar e as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

» Dificuldade de atingir a totalidade dos estudantes para a realização das atividades remotas desde o início das atividades em formato remoto;

» Ampliação dos índices de evasão, dadas as limitações impostas pela situação pandêmica atual;

» Desvalorização dos órgãos de fomento de pesquisa;

» Redução no número de inscritos no PS Integrado;

» Indefinição/Atraso do Calendário do ENEM, gerando incompatibilidade com o calendário acadêmico do IFFar;

» Atraso no calendário de vacinação de Covid-19, atrasando o retorno das aulas presenciais (essenciais para as práticas);

» Não reposição imediata do quadro de servidores, bem como a extinção de cargos de carreira, comprometendo o desenvolvimento de atividades essenciais da instituição.

Oportunidades:

» Parcerias com organizações públicas e privadas para fomento e desenvolvimento de ações de pesquisa, extensão e estágios;

» Criação do auxílio digital, buscando propiciar condições para acesso às atividades remotas pelos estudantes com baixa renda comprovada;

» Recursos provenientes de emendas parlamentares para atender as necessidades de desenvolvimento da instituição;

» Ampliação das ações de internacionalização, buscando fortalecer a cooperação com instituições sul-americanas e de outros continentes;

» Ampliação das ações voltadas para o uso de plataformas digitais que possam qualificar as ações do ensino, em especial àquelas relacionadas ao ensino híbrido;

» Fortalecer as ações que contribuem para a permanência e êxito;

» Aprimorar e fortalecer a tecnologia da informação juntamente com as ações de comunicação institucional;

» Desenvolvimento/Aprimoramento de *softwares* governamentais (PEN/SEI, SIAPE, SIAFI, Tesouro Gerencial, SISTEC, Plataforma Nilo Peçanha entre outros), possibilitando melhor eficiência e eficácia nos processos da Instituição, bem como a produção de relatórios para a tomada de decisão;

» Órgãos de Controle Externo (CGU e TCU) que orientam/determinam ações da Instituição no sentido de dinamizar a comunicação, a transparência, a governança, a eficiência e a eficácia;

» Lei de Acesso à Informação, permite ao IFFar criar estratégias de transparência e democracia;

» Lei de Desburocratização e Simplificação do serviço público, visando à racionalização dos atos e procedimentos administrativos e à redução do custo econômico e/ou social da Instituição ou do cidadão atendido pela Instituição.

2.7. Canais de atendimento e informações aos cidadãos

O cidadão que deseja apresentar uma manifestação, seja ela uma denúncia, reclamação, solicitação, sugestão ou elogio, deverá acessar os seguintes canais de atendimento e informações:

➔ Ouvidoria do IFFar

E-mail: ouvidoria@iffarroupilha.edu.br
Telefone: (55) 3218 9803

➔ Fala BR

Site: <http://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>

➔ Carta de serviços ao cidadão



<http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221>

» 3 GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Farroupilha está fundada nos seguintes princípios:

- » Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;
- » Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;
- » Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;
- » Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;
- » Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos do IFFar é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor, por meio do tratamento de riscos

que interfiram nas suas atividades. Para a obtenção desse fim, a política visa a assegurar que os gestores, em todos os níveis da estrutura organizacional, tenham acesso tempestivo a informações relacionadas aos riscos a que a instituição está exposta, sejam eles estratégicos, operacionais, financeiros/orçamentários, de conformidade ou de imagem/reputação.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria nº 1.185/2018) é a instância responsável pela promoção, liderança e supervisão da gestão de riscos e dos controles internos do IFFar, competindo-lhe a institucionalização de estruturas de governança, práticas, condutas e padrões de comportamento adequados. A Auditoria Interna e a Secretaria de Governança são as unidades de apoio ao Comitê, cabendo-lhe a análise, o acompanhamento, a orientação, a recomendação e a operacionalização da política de gestão de riscos.

No que se refere à gestão de riscos enquanto processo global, cabe destacar que o IFFar está desenvolvendo as primeiras iniciativas

exclusivamente voltadas ao tema, situando-se, portanto, em um estágio incipiente na abordagem sistemática de riscos e oportunidades. Tal condição, identificada recentemente em levantamento da Auditoria Interna, deve-se a diversos fatores, como escassez de pessoal, necessidade de capacitação, conciliação com outras demandas e etc.

O IFFar intenciona, progressivamente, estabelecer e consolidar uma estrutura de gestão de riscos nos moldes recomendados pelo COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission*), contemplando as seguintes características:

- » Processo contínuo e permanente;
- » Aplicado em todos os níveis e unidades da instituição;
- » Conduzido por todos os servidores;
- » Aplicado à definição das estratégias;
- » Orientado para a realização de objetivos em categorias distintas.

ACESSO:

➔ **Acesso ao COSO:**
www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf

3.1. Principais riscos identificados

Tal foi a atipicidade do ano de 2020, em função da pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos, que praticamente todas as atividades do Instituto Federal Farroupilha precisaram, em algum grau, ser repensadas para se adaptarem ao cenário quase caótico resultante da propagação do vírus.

Reconhece-se que, como na maioria dos órgãos, se não em sua totalidade, essa mudança de paradigmas fugia completamente a qualquer previsão ou planejamento do IFFar. As rotinas desde sempre existentes no dia a dia dos servidores e estudantes foram bruscamente alteradas pela imposição do distanciamento social e pela adoção do trabalho remoto.

A partir daí, todos os esforços institucionais se concentraram em remediar os efeitos advindos da paralisação dos serviços presenciais, principalmente os relacionados às atividades-fim, de modo que a gestão de riscos ficou restrita ao gerenciamento de riscos iminentes e de alto impacto. Um exemplo bastante ilustrativo é a potencial perda de se-

mestres letivos pelos alunos, dada a virtual impossibilidade de grande parte dos estudantes de desempenharem seus estudos a distância, seja por falta de recursos e de equipamentos indispensáveis, seja pela falta de familiaridade com o modelo pedagógico, totalmente distinto, seja pela incompatibilidade das tarefas com o modelo (no caso de disciplinas práticas). Esse exemplo se estende, com as devidas proporções, aos próprios servidores, docentes e técnicos, até então preparados para trabalhar em um contexto de normalidade.

Durante 2020, portanto, o gerenciamento de riscos assume um caráter basicamente corretivo, em detrimento de sua qualidade estratégica, priorizando viabilizar a continuidade do funcionamento do IFFar do que aprimorar processos. Isso se traduz, num primeiro passo, na criação de uma instância de governança para tomada de decisões de emergência. No IFFar, foi instituído o Comitê Institucional de Emergência (Portaria nº 314/2020), responsável por estabelecer ações e medidas de mitigação a ameaças e pelo acompanhamento de sua execução.

ACESSE:

→ *Boletins do Comitê Institucional de Emergência:*
<https://www.iffarroupilha.edu.br/coronavirus#boletim>

3.2. Principais oportunidades identificadas

Cumprir destacar que, mediadas pelo uso intenso da tecnologia, as atividades e ações institucionais foram desenvolvidas com foco em minimizar os prejuízos aos estudantes e à comunidade acadêmica, cumprindo-se, assim, a missão institucional. Ainda que as relações entre os diferentes atores institucionais tenham sido fortemente abaladas, por outro lado, com o uso de ferramentas digitais, plataformas, ambientes virtuais, entre outros, em um primeiro momento, observa-se um bom grau de engajamento, em seminários on-line, cursos de formação, reuniões por videoconferência, etc., seguido de um esgotamento, conforme a progressão do período pandêmico, traduzido na exaustão da saúde física e mental dos servidores e alunos.

Nesse aspecto, o IFFar lançou mãos de todo o seu capital humano

da área de assistência e saúde e, por intermédio do Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida em tempos de Covid-19, reforçou o atendimento psicológico a distância para servidores (TAEs e docentes) e estudantes durante a suspensão das atividades presenciais, além de oferecer orientações a familiares/responsáveis dos estudantes e atividades diversas, no intuito de incentivar a saúde mental e a qualidade de vida.

Mesmo que a condição de trabalho remoto tenha sido desafiadora, por outro lado, trouxe oportunidades importantes para fomentar e ampliar a cultura da transparência, a participação e a colaboração nos processos de tomada de decisão. Possivelmente, favorecida pelas facilidades proporcionadas pelos serviços de conferência remota, que possibilitaram maior participação, visto que os deslocamentos físicos deixaram de ser necessários, a transparência se fortaleceu, com a obrigação de que todas as orientações fossem disponibilizadas virtualmente. Tal conjuntura representa uma oportunidade de o IFFar alinhar sua prática de gestão aos princípios da boa governança pública, desburocratização e ao governo digital.

» 4 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1. Governança

Periodicamente, o Tribunal de Contas da União avalia a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais, mapeando pontos que precisam de maior reestruturação e medindo a evolução dos índices de governança e gestão dos órgãos. A ação visa, primordialmente, a estimular as instituições a ampliarem sua capacidade de entregar resultados, por meio da adoção de boas práticas.

O último levantamento foi realizado em 2018 e, partindo de um questionário de autoavaliação, aferiu o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e *accountability*, bem como de práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações, em 498 organizações públicas.

De forma global, considerando-se o conjunto das unidades participantes, os resultados indicam evolução em comparação com os índices de 2017, ainda que, conforme apontado no Acórdão nº 2699/2018 – TCU

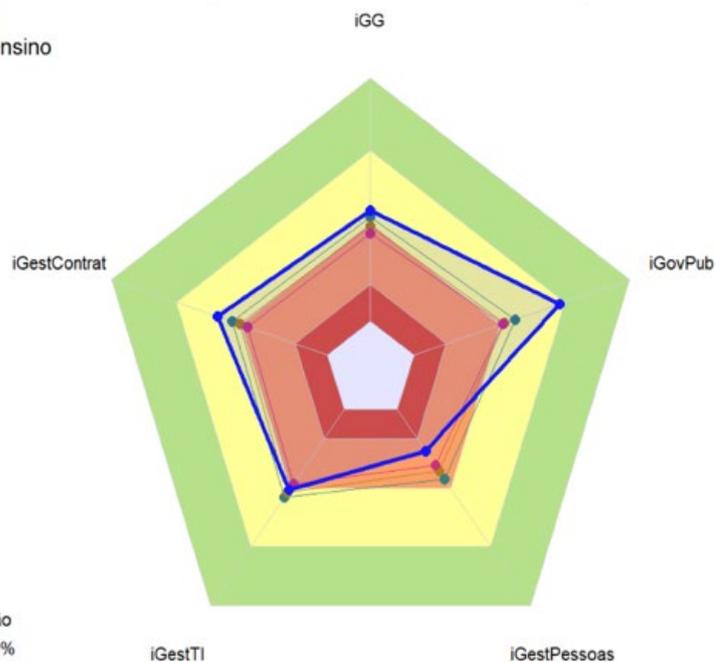
– Plenário, haja “um longo caminho a ser percorrido para que a Administração Pública Federal atinja um estágio, ao menos, satisfatório de governança e gestão”.

Em uma escala de 0 (zero) a 100% (cem por cento), o IFFar obteve Índice

Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGC) de 45% (quarenta e cinco por cento), escore que o coloca entre as maiores pontuações no grupo dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, acima da média no seu contexto.

Gráfico 1 - Indicadores de governança do IFFar em 2020

- 0.IF Farroupilha
- 1.Instituição de ensino
- 2.EXE-Sipec
- 3.Todos



- Faixas de classificação
- APRimorado=70 a 100%
 - INTermediário=40% a 69,9%
 - INIcial=15 a 39,9%
 - INExpressivo=0 a 14,9%

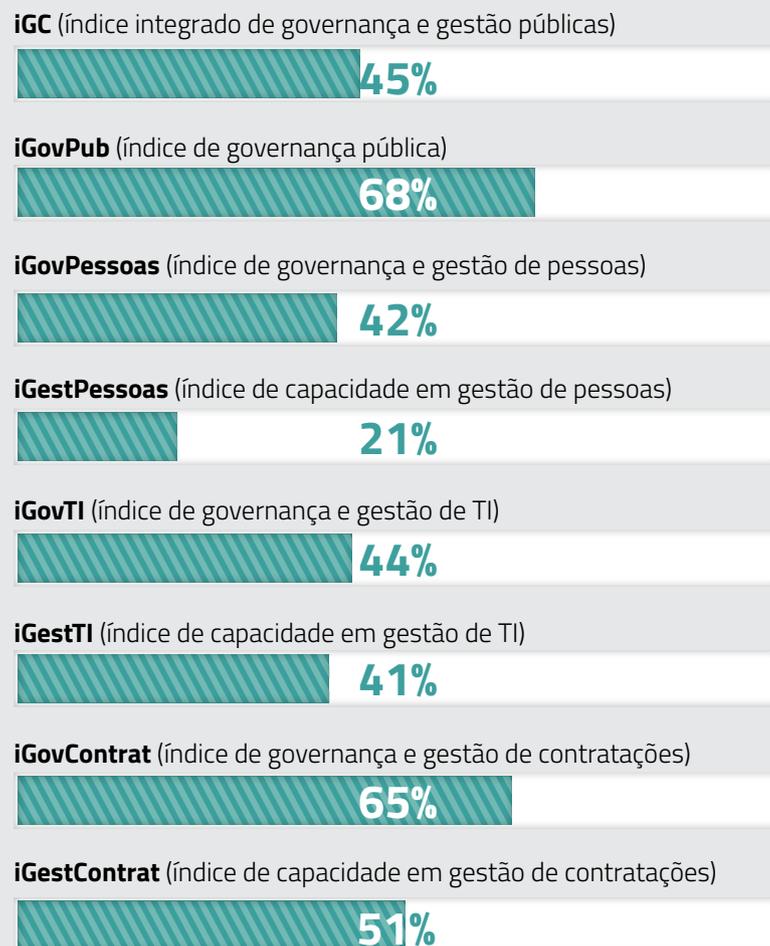
Perfil de Governança e Gestão Públicas 2018 Instituto Federal Farroupilha

Fonte: Tribunal de Contas da União.

Apesar de evidenciar a superação de um nível inicial de governança — um passo significativo, tendo em vista o quadro geral das organizações avaliadas pelo TCU —, o índice alerta para o largo espaço de aperfeiçoamento que separa o IFFar de um patamar de excelência nesse campo.

No desdobramento do iGG em seus componentes primários, é possível identificar as áreas que demandam melhorias com maior ou menor urgência:

Quadro 1 - Indicadores derivados do iGC do IFFar em 2020



Fonte: Tribunal de Contas da União

Cada indicador equivale a um amplo conjunto de medidas, ações, políticas e/ou instrumentos específicos que configuram um arcabouço ideal de governança. Conforme visualizado, a avaliação do TCU posiciona-os em quatro níveis: inexpressivo (0 a 14,9%); inicial (15 a 39,9%); intermediário (40 a 69,9%) e aprimorado (70 a 100%).

Abaixo estão listados, de forma exemplificativa, com base nos dados extraídos do relatório do TCU, alguns itens que fortalecem a governança no IFFar (nível intermediário ou aprimorado) e pontos críticos que requerem tratamento prioritário (nível inexpressivo ou inicial):

Quadro 2 – Forças e fraquezas identificadas no IFFar em 2020

FORÇAS	FRAQUEZAS
Estratégia da organização estabelecida (governança pública);	Gestão de riscos (governança pública);
Promoção da transparência, responsabilidade e prestação de contas (governança de pessoas);	Retenção dos colaboradores e dos gestores (governança de pessoas);
Capacidade em planejamento de TI (governança e gestão de TI);	Disponibilidade de sucessores qualificados (capacidade em gestão de pessoas);
Existência de modelo de gestão de TI (governança e gestão de TI);	Definição adequada da demanda por colaboradores e gestores (capacidade em gestão de pessoas);
Capacidade em gestão de contratos de TI (capacidade em processos de TI);	Capacidade em gestão de pessoal de TI (governança e gestão de TI);
Conscientização, educação e treinamento em segurança da informação para seus colaboradores (capacidade em estrutura e processos de segurança da informação);	Capacidade em monitoramento do desempenho de TI (governança e gestão de TI);
Existência de política de segurança da informação (capacidade em estrutura e processos de segurança da informação);	Capacidade de gestão de projetos de TI (capacidade em processos de TI);
Processo de gestão de incidentes (capacidade em planejamento de TI);	Processo de gestão da continuidade dos serviços de TI (capacidade em planejamento de TI);
Modelo de gestão de contratações estabelecido (governança e gestão em contratações);	Gestão de pessoas em contratações (governança e gestão em contratações);
Padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade dos serviços acessíveis via internet (capacidade em resultados organizacionais);	Definição de metas para a ampliação da oferta de serviços públicos prestados em meio digital (capacidade em resultados organizacionais);

Fonte: Secretaria de Governança.

4.1.1. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

» **Portal do Instituto Federal Farroupilha:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/>

» **Regimento Geral:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/regimento-geral>

» **Conselho Superior (CONSUP):**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos>

» **Plano de desenvolvimento Institucional:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/2014-11-24-21-09-36>

» **Relatórios de gestão anteriores:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/auditorias>

» **Editais publicados:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/editais>

» **Boletins de serviço:**

<https://iffarroupilha.edu.br/boletim-de-servi%C3%A7o/sobre-bs>

» **Ouvidoria:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/ouvidoria-iff/apresenta%C3%A7%C3%A3o>

» **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC):**

<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>

» **Contato:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/form-contato>

4.2. Estratégia e resultados de desempenho

Nos quadros a seguir, são demonstradas sinteticamente as principais ações estratégicas executadas em 2020, bem como os resultados alcançados vinculados à missão institucional e aos objetivos estratégicos expressos no planejamento institucional.

» **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026:**

<https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>

Quadro 3 - Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do PDI 2019-2026.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS E ORGANIZACIONAIS E DA MELHORIA DA SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR.	
Meta: Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para a qualificação de servidores em nível de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPE); » Cursos doutorado interinstitucional (DINTER) com foco em áreas de interesse da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> » Qualificação do quadro de servidores docentes e TAE's do IFFar com impactos positivos sobre os serviços prestados à comunidade interna e externa, titulação do corpo docente e processo formativo dos alunos; » DINTER: 23 servidores contemplados.
Meta: Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para a qualificação de servidores em nível médio, graduação e Pós-Graduação.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP). 	<ul style="list-style-type: none"> » Qualificação do quadro funcional do IFFar visando ao desenvolvimento profissional dos servidores TAE's e docentes, ao desenvolvimento de competências e ao aprimoramento constante dos serviços prestados; » PIIQP: 195 servidores contemplados.

Meta: Possibilitar, anualmente, a 70% dos servidores do IFFar a participação em cursos/eventos de capacitação.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Participação de servidores em cursos de capacitação de curta duração; » Programa Institucional de Desenvolvimento – PIDes. 	<ul style="list-style-type: none"> » Treinamento de servidores para atualização e aperfeiçoamento das rotinas de trabalho.
Meta: Aumento de 5% — até 2022 — do número de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Implementação de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> » 10 projetos; » 71 TAE's participantes de projetos de pesquisa.
Meta: Desenvolver, anualmente, ações voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar, atingindo 70% dos servidores.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Desenvolvimento de políticas e ações para promover a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar dos servidores; » Aquisição de mobiliário ergonômico para proporcionar melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho; » Aquisição de material e equipamentos para combate à Covid-19. 	<ul style="list-style-type: none"> » Desenvolvimento de ações específicas relacionadas às principais datas comemorativas da saúde, como Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e outros; » Melhoria dos ambientes de trabalho; » Aquisição de equipamentos de segurança e insumos para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A AMPLIAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES E A REVISÃO E A MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS, MÓVEIS E INFRAESTRUTURA DOS ESPAÇOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.	
Meta: Garantir, no orçamento das unidades, recursos para as atividades de manutenção de infraestrutura física e maquinários.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Manutenção de maquinários, veículos, mobiliário e infraestrutura; » Contratação de serviços terceirizados para segurança patrimonial, manutenção e conservação das unidades institucionais. 	<ul style="list-style-type: none"> » Manutenção e conservação de máquinas, equipamentos, bens móveis e imóveis; » Segurança patrimonial.
Meta: Implantar o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) em 100% das unidades.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Elaboração de projetos de prevenção contra incêndio nas unidades; » Manutenção dos sistemas de combate a incêndio e sistemas de proteção contra descargas atmosféricas. 	<ul style="list-style-type: none"> » Segurança pessoal e patrimonial.
Meta: Adequar 100% das unidades às exigências de licenciamento ambiental.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Contratação de serviços especializados para realização de projetos, obras e aquisição de equipamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> » Adequação das unidades às determinações das leis ambientais.

Meta: Expandir a infraestrutura física para a equalização das condições de atendimento aos discentes.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Obras, reformas e melhorias para garantir acessibilidade e inclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> » Construção ginásio, prédios, laboratórios, centro clínico, passarelas e outros, bem como a aquisição de material bibliográfico, equipamentos e reformas em geral.
Meta: Garantir, no orçamento de cada unidade, recursos para a aquisição e manutenção de máquinas.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Renovação e manutenção de maquinário. 	<ul style="list-style-type: none"> » Disponibilidade de máquinas para as atividades dos <i>campi</i>.
Meta: Implantar segurança e videomonitoramento em 100% das unidades.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Contratação de serviços de segurança e videomonitoramento. 	<ul style="list-style-type: none"> » Proporcionar ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades nos <i>campi</i> e Reitoria.
Meta: Aderir a, no mínimo, 1 (um) catálogo de biblioteca digital.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Biblioteca digital. 	<ul style="list-style-type: none"> » Ampliação do acesso a materiais bibliográficos.
Meta: Tornar 100% da estrutura física do IFFar condizente com as questões de acessibilidade e inclusão.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Realização de obras de acessibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> » Possibilitar acesso irrestrito às instalações do IFFar.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI.	
Meta: Atualizar, até 2022, 30% da infraestrutura administrativa e didático-pedagógica, física e lógica de TI.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Compra e manutenção de equipamentos de TIC; » Contratação de serviços de internet; » Ampliação de redes de fibra ótica. 	<ul style="list-style-type: none"> » Disponibilidade dos serviços de TIC para atender as necessidades didático-pedagógicas do IFFar.
Meta: Atualizar, até 2022, 30% da infraestrutura administrativa, física e lógica de TI.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Compra e manutenção de equipamentos de TIC; » Contratação de serviços de internet; » Ampliação de redes de fibra ótica. 	<ul style="list-style-type: none"> » Disponibilidade dos serviços de TIC para atender as necessidades administrativas e operacionais do IFFar.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Quadro 4 – Ações e resultados relacionados à dimensão Alunos e Sociedade do PDI 2019-2026.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR E GARANTIR A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO IFFAR.	
Meta: Aumentar em 5% até 2022 o total de inscrições nos processos de seleção do IFFar (reapctuar em 2022).	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Realização de processo seletivo para ingresso de novos alunos; » Ampliação da oferta de cursos; » Gratuidade da taxa de inscrição nos processos seletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> » ■ Total de 15.735 alunos matriculados.
Meta: Ampliar em 100% a quantidade de vagas ofertadas para o ingresso de alunos, em consonância com os anseios da comunidade local/regional de cada unidade de ensino, até 2026.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Abertura de novos cursos; » Ampliação da oferta de vagas; » Realização de campanhas publicitárias para divulgação do processo seletivo de alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> » Total de 4.130 vagas ofertadas nos processos seletivos; » 3 novos cursos de pós-graduação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.	
Meta: Beneficiar, até 2022, no mínimo, 1.500 estudantes pela política de concessão de auxílios financeiros (repacked em 2022).	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Auxílios de moradia estudantil; » Bolsas e auxílios estudantis; » Alimentação estudantil; » Auxílios aos alunos EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> » 790 alunos atendidos com moradia estudantil; » 2.730 alunos beneficiados com bolsas e auxílios estudantis; » 7.744 alunos beneficiados com alimentação estudantil; » 55 alunos da modalidade EaD beneficiados com auxílio estudantil.
Meta: Desenvolver a temática de promoção à saúde da comunidade discente, atingindo 100% dos alunos do IFFar anualmente.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Programas e ações de saúde voltados para o discente. 	<ul style="list-style-type: none"> » 10.939 alunos atendidos em programas e ações de saúde discente. » 1.523 atendimentos psicológicos aos alunos.
OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER A RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A SOCIEDADE LOCAL/REGIONAL.	
Meta: Desenvolver, no mínimo, anualmente, 2 (duas) estratégias de comunicação com a sociedade.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Realização de eventos abertos à comunidade externa; » Participação em feiras; » Publicidade em rádios; » Comunicação via redes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> » Divulgação do IFFar; » Consolidação da imagem institucional; » Interação com a sociedade.

Meta: Ampliar, anualmente, em 5%, as parcerias de cada unidade com os setores público e privado, estabelecidas via convênio, projeto ou outro instrumento formal, com vista ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica e à maior interação entre estudantes e sociedade.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Convênios e parcerias. 	<ul style="list-style-type: none"> » Participação dos alunos em estágios curriculares, visitas técnicas, eventos científicos, culturais, artísticos e esportivos, além de palestras e seminários visando a qualificar o processo formativo.
OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER AS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA VOLTADAS ÀS DEMANDAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS/ REGIONAIS.	
Meta: Ampliar no mínimo 5%, anualmente, o número de projetos voltados à pesquisa, extensão e inovação, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e inovação; » Cursos de extensão; » Concessão de bolsas. 	<ul style="list-style-type: none"> » 256 projetos de pesquisa com foco no desenvolvimento local e regional; » 201 alunos integrantes de projetos de pesquisa com foco no desenvolvimento local e regional.
Meta: Realizar, no mínimo, 2 (duas) ações/programas, anualmente, voltados ao empreendedorismo, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Incubadoras-<i>campus</i>; » Incubadoras de base tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> » 6 Incubadoras-<i>campus</i>; » 6 empresas incubadas; » 1 empresa Junior.

Meta: Ofertar, no mínimo, 1 (um) curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> por campus e 3 (três) cursos <i>stricto sensu</i> no IFFar, até 2026.	
Ações	Resultados
» Oferta de Cursos de pós-graduação <i>lato sensu/stricto sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> » 9 cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; » 290 alunos "em curso" nos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; » 1 cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>; » 24 alunos "em curso" no curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.
OBJETIVO ESTRATÉGICO: OFERECER CURSOS COM EXCELÊNCIA, OBSERVANDO A VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL.	
Meta: Verticalizar o ensino em todos os eixos/áreas ofertados no âmbito do IFFar.	
Ações	Resultados
» Oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação de tecnologia, bacharelado e licenciatura e cursos de pós-graduação.	<ul style="list-style-type: none"> » Total de cursos de pós-graduação: 12; » Total de cursos de graduação bacharelado: 14; » Total de cursos de graduação licenciatura: 17; » Total de cursos de graduação de tecnologia: 20; » Total de cursos técnicos de nível médio: 51; » 6 curso superior com CPC = 3; » 13 cursos superiores com CPC = 4; » IGC = 4.

Meta: Reservar, no mínimo, 50% das vagas para os cursos técnicos de nível médio em todos os campi do IFFar, com a inclusão de, pelo menos, 2 (dois) cursos técnicos integrados ao ensino médio.	
Ações	Resultados
» Oferta de 31 cursos técnicos integrados ao ensino médio.	<ul style="list-style-type: none"> » Oferta de 2.415 vagas em cursos técnicos de nível médio. » 58,47% de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio.
Meta: Ofertar, no mínimo, 10% das vagas em cursos PROEJA, conforme prevê o Decreto nº 5.840/06, entre os quais, pelo menos 1 (um), curso EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio em todos os campi e 1 (um) curso EJA /EPT (Proeja) FIC em todos os <i>campi</i> , como possibilidade de ingresso ao Ensino Médio.	
Ações	Resultados
» Oferta de 7 cursos PROEJA.	<ul style="list-style-type: none"> » Oferta de 230 vagas em cursos PROEJA; » 5,57% de vagas ofertadas em cursos PROEJA.
Meta: Ofertar, no mínimo, 20% das vagas em cursos de formação de professores em todos os campi do IFFar, com a inclusão de pelo menos 2 (dois) cursos de licenciatura e/ou formação pedagógica em todos os campi.	
Ações	Resultados
» Oferta de 17 cursos de graduação licenciatura.	<ul style="list-style-type: none"> » Oferta de 575 vagas em cursos de graduação licenciatura; » 13,92% de vagas ofertadas em cursos de graduação licenciatura.

<p>Meta: Ampliar a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), incluindo, no mínimo, 1 (um) curso técnico por campus e 5 (cinco) cursos superiores no IFFar.</p>	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Oferta de 2 cursos técnicos EaD; » Oferta de 2 cursos superiores EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> » Oferta de 180 vagas em cursos técnicos EaD; » Oferta de 1.715 vagas em cursos superiores EaD.
<p>OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ALUNOS.</p>	
<p>Metas: Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos integrados de 9,4% para 5%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos integrados de 6,79% para 4,5%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos subsequentes de 32,3% para 21%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos subsequentes de 6,89% para 5,5%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos PROEJA de 20,2% para 13%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos PROEJA de 7,93% para 6%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de licenciatura de 20,3% para 13%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de licenciatura de 13,20% para 9%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de tecnologia de 21,6% para 14%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de tecnologia de 8,71% para 6,5%, até 2026; Reduzir do índice de evasão dos cursos superiores de bacharelado de 8,8% para 5%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de bacharelado de 23,7% para 18%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos EaD de 36,3% para 23%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos EaD de 5,19% para 4,5%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos de Pós-Graduação de 12% para 8%, até 2026; Realizar as ações de assistência e inclusão necessárias à permanência de 90% dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, até 2026.</p>	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Programa de Permanência e Êxito; » Acolhimento aos discentes; » Ações inclusivas; » Apoio pedagógico; » Atividades extraclasse; » Assistência estudantil; » Serviços de refeitório; » Moradia estudantil. 	<ul style="list-style-type: none"> » Indicadores de evasão e retenção disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha no site http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/ » 7.744 alunos atendidos com fornecimento de alimentação estudantil; » 790 alunos atendidos com moradia estudantil.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Quadro 5 – Ações e resultados relacionados à dimensão Processos Internos do PDI 2019-2026.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER AS POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA DE COMUNICAÇÃO.	
Meta: Ampliar em 10% o total das atividades institucionais de divulgação e promoção até 2023.	
Ações	Resultados
» Ações de publicidade para a promoção do IFFar em <i>outdoors</i> , rádios e mídias digitais.	<ul style="list-style-type: none"> » Ampliação do alcance da imagem institucional; » Divulgação dos cursos ofertados; » Divulgação dos processos seletivos para ingresso de novos alunos.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Quadro 6 – Ações e resultados relacionados à dimensão Sustentabilidade Financeira e Ambiental do PDI 2019-2026.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: IMPLEMENTAR A POLÍTICA AMBIENTAL DO IFFAR.	
Meta: Implantação da Política Ambiental do IFFar até 2026.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Aquisição de materiais e equipamentos para ações de proteção ao meio ambiente; » Processo de implantação de usinas fotovoltaicas nos campi. 	<ul style="list-style-type: none"> » Coleta e descarte adequados de resíduos; » Otimização do consumo e redução das despesas com energia elétrica.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCENTIVAR AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, NO SENTIDO DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, COM FOCO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, BEM COMO A CAPTAÇÃO EXTERNA DE RECURSOS FINANCEIROS.

Meta: Ampliar em 50% o número de projetos financiados com recursos externos.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse das instituições parceiras e captação de recursos; » Captação de recursos externos através de fundações de apoio à pesquisa e outros órgãos. 	» 5 projetos de pesquisa em parcerias com empresas (exceto projetos ICT).

Meta: Cumprir integralmente a legislação para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Ações	Resultados
» Realização de chamadas públicas para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.	» Compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para distribuição aos alunos em atividades remotas durante a pandemia de Covid-19.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

4.2.1. Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha

Os indicadores relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros do IFFar serão disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha, devendo ocorrer ao final do mês de junho de 2021 conforme indica o Ofício Circular Nº 17/2021/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 10 de março de 2021. Tais indicadores serão divulgados em documento específico juntamente com suas respectivas análises na seção de transparência e prestação de contas do site do IFFar. Cabe destacar que a Plataforma Nilo Peçanha é o ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo monitorada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

ACESSE:

➔ *Plataforma Nilo Peçanha:*

<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

4.3. Correição

Preliminarmente cumpre registrar que o servidor Paulo Ricardo de Jesus Costa, detinha a titularidade da COPSIA até a sua redistribuição para a Universidade Federal de Santa Maria, ocorrida em 10 de julho de 2020 (Processo: 23443.009424/2020-88).

Em 01 de setembro de 2020, por meio da Portaria nº 0111/2020, a COPSIA foi recomposta pelos seguintes servidores: Aline Adams – Campus São Borja; Dalva Conceição Antunes Pillar – Campus São Vicente do Sul; Liliana Souza De Oliveira – Campus São Vicente do Sul (desde 07 de maio de 2019); Maria Lucia Viana Cardoso – Reitoria; Rafael Silvestri Serpa Heinze – Campus Avançado Uruguaiana; Rodrigo Magnos Soder – Campus Santa Rosa.

A titularidade e presidência da COPSIA foi definida em reunião realizada em 11 de setembro de 2020, entre seus membros e com a participação da Reitora, cumprindo exigência da Portaria nº 1.182, de 10 de junho de 2020/Controladoria-Geral da União/Gabinete do Ministro (que dispõe sobre critérios e procedimentos para nomeação, designação,

exoneração, dispensa, permanência e recondução ao cargo ou função comissionada de titular de unidade correcional no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – SisCor).

Na ocasião a servidora da Reitoria, Maria Lucia Viana Cardoso foi indicada como Titular, sendo aprovada por unanimidade e tendo seu nome submetido à aprovação da Controladoria-Geral da União. Somente após a indicação e a aprovação é que ocorreu a nomeação, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 8º do decreto 5.840 de 2005, atendida por meio do OFÍCIO Nº 18791/2020/CRG/CGU, de 23/10/2020 e Portaria IFFar nº 288/2020, de 29/10/2020.

Da referida reunião ficou decidido que a COPSIA deveria priorizar o levantamento dos processos administrativos disciplinares que estavam sobrestados em virtude da pandemia do COVID-19 e que necessitavam de providências mais urgentes, bem como a averiguação dos casos prescritos.

Diante da falta de prestação de contas e de suporte na transição entre a comissão anterior e a atual, restou-nos fazer um levantamento preliminar, *in loco*, com auxílio da Se-

cretária da COPSIA, a colega Claudia Simone da Rosa e, posteriormente, contando com a ajuda da Profª Liliana Oliveira, membro da COPSIA. Utilizamos como referência uma planilha de controle de processos que era adotada e atualizada pelas Comissões anteriores e, também, o cruzamento de informações obtidas a partir de consultas realizadas nos sistemas CGU-PAD e SIPAC-IFFar.

Deste levantamento foram apurados que aproximadamente 18 (dezoito) processos encontravam-se prescritos, o que motivou o envio do Memorando Eletrônico nº 16/2020, de 09 de Novembro de 2020, dirigido à Procuradoria Federal visando cientificá-los da situação e obter orientações para as providências a serem tomadas.

Verificou-se ainda, a existência de processos que já possuíam despacho da Reitora para instauração de Processos Administrativos Disciplinares, despachos que datam desde 2019 e que não haviam sido conduzidos para comissões processantes. Deste levantamento foram arrolados 06 (seis) processos que demandam urgência, 01 (um) PAD em andamento, aguardando conclusão e 02 (duas)

sindicâncias investigativas do Campus Alegrete, cujas portarias de constituição de comissões foram providenciadas.

Routineiramente, a COPSIA recebe pedidos de declarações de inexistência de PADs em nome de servidores que demandaram pedidos de aposentadoria, redistribuição ou cedências a outros órgãos, o que tem sido providenciado via SIPAC a partir dos meios de controle da COPSIA e CGU-Pad.

Paralelo à isso, a COPSIA do IFFar, com auxílio das Prof.ªs Carla Jardim e Nídia Heringer (Reitora e Reitora eleita, à época), e Chefia de Gabinete, procederam ao preenchimento da Autoavaliação – Modelo de Maturidade Correcional – CRG-MM, ferramenta disponibilizada pela Corregedoria-Geral da União – CRG/CGU. Tal ferramenta constitui-se em um conjunto de boas práticas, organizado e estruturado de forma escalonada, que permite a realização de auto avaliação do nível de maturidade correcional e, também, se constitui em um roteiro seguro para orientar a evolução correcional.

Trata-se de um instrumento de gestão correcional que estabelece um novo patamar de atuação aos órgãos e entidades ampliando seu poder de decisão, suas competências e responsabilidades. Neste contexto, a atividade correcional passa a se inserir na estrutura de integridade pública, assumindo papel estratégico para a governança estatal. Os dirigentes das organizações, gestores e profissionais que exercem a atividade correcional enfrentam, portanto, o desafio de responder a este novo paradigma e conduzir as mudanças necessárias nos procedimentos, estruturas, e na cultura institucional.

Figura 7 – Modelo de maturidade correcional

MATRIZ DO MODELO DE MATURIDADE CORRECIONAL				
ELEMENTOS, OU ÁREAS AVALIADAS (4 COLUNAS DA MATRIZ CRG-MM)				
NÍVEIS X ELEMENTOS	SERVIÇOS E PAPEL DA AC (ATIVIDADE CORRECIONAL)	GERENCIAMENTO DE PESSOAS	GERENCIAMENTO DO DESEMPENHO E TRANSPARÊNCIA	GOVERNANÇA E RELACIONAMENTO ORGANIZACIONAL
Nível 5 OTIMIZADO	KPA 5.1 - UC RECONHECIDA COMO AGENTE DE MUDANÇA	KPA 5.2 - EQUIPES ENGAJADAS	KPA 5.3 - UC NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	KPA 5.4 - UC RECONHECIDA PELA SOCIEDADE
Nível 4 GERENCIADO	KPA 4.1 - ATUAÇÃO PREVENTIVA A PARTIR DE RISCOS E VULNERABILIDADES	KPA 4.2 - GESTÃO EFICAZ DE EQUIPES	KPA 4.3 - MEDIDAS DE RESULTADOS E DESEMPENHO	KPA 4.4 - ATUAÇÃO COM INDEPENDÊNCIA
Nível 3 INTEGRADO	KPA 3.1 - JULGAMENTO DE PADs E PARS	KPA 3.2 - PROFISSIONAIS QUALIFICADOS	KPA 3.3 - TRANSPARÊNCIA	KPA 3.5 - PREVENÇÃO KPA 3.4 - COMPONENTE ESSENCIAL DA INTEGRIDADE
Nível 2 PADRONIZADO	KPA 2.2 - RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E ENTES PRIVADOS KPA 2.1 - PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS	KPA 2.3 - DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL	KPA 2.5 - GERENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES KPA 2.4 - PLANEJAMENTO	KPA 2.6 - INTERLOCUÇÃO E COOPERAÇÃO
Nível 1 INICIAL	"Atividade não estruturada; dependente de esforços e habilidades individuais; resultados não sustentados; falta de estrutura e recursos (financeiros, humanos e tecnológicos). * Todas as organizações são em regra categorizadas no primeiro nível de MATURIDADE correcional até que tenham concluído a sua avaliação."			

KPAs (Key Process Area), ou Macroprocessos-chave (19 células da matriz CRG-MM)

Fonte: CGU.

O modelo permite a avaliação do nível de maturidade das unidades correcionais (UCs) e o estabelecimento do patamar de desempenho desejado, segundo o porte e o perfil de risco de suas operações, sem, contudo, limitar os gestores a um conjunto de soluções pré-determinadas.

O IFFar participou deste levantamento, ocorrido em novembro/2020, vindo a apresentar como diagnóstico o GRAU INICIAL, atendendo parcialmente alguns itens, mas em quantitativo insuficiente para considerar implementações dentro dos 19 (dezenove) macroprocessos-chave (KPAs) apresentados na autoavaliação como parâmetros de desempenho. O detalhamento da autoavaliação realizada pelo IFFar pode ser conferido no anexo 10 do relatório do CRG-MM.

O modelo permite a avaliação do nível de maturidade das unidades correcionais (UCs) e o estabelecimento do patamar de desempenho desejado, segundo o porte e o perfil de risco de suas operações, sem, contudo, limitar os gestores a um conjunto de soluções pré-determinadas.

O IFFar participou deste levantamento, ocorrido em novembro/2020,

vindo a apresentar como diagnóstico o GRAU INICIAL, atendendo parcialmente alguns itens, mas em quantitativo insuficiente para considerar implementações dentro dos 19 (dezenove) macroprocessos-chave (KPAs) apresentados na autoavaliação como parâmetros de desempenho. O detalhamento da autoavaliação realizada pelo IFFar pode ser conferido no anexo 10 do relatório do CRG-MM.

Como conclusão da autoavaliação, o IFFar:

No mais, as servidoras Maria Lucia Cardoso e Claudia Simone da Rosa participaram de reuniões promovidas pela CGU e capacitações para adoção do novo sistema e-PAD, que passa a

ser de uso obrigatório a partir de janeiro de 2021 (Portaria CGU 2463/2020). Este sistema passará a substituir o atual CGU-PAD quando todos os módulos estiverem implementados.

Importante destacar que todas essas atividades foram desenvolvidas em regime parcial por parte da titular da COPSIA, servidora Maria Lucia Cardoso pelo fato de permanecer lotada na Pró-Reitoria de Extensão na condição de Coordenadora de Relações Institucionais – CRI, situação que se mantém até hoje tendo em vista a necessidade de designação de um servidor substituto para a Coordenação e, também, pela necessidade de reestruturação da unidade correcional em termos de equipe e regimento geral.

Fonte: CGU.

<p>Conclusão pela UC</p> <p>Nível almejado de maturidade: Nível 2 - Padronizado</p> <p>Observações: Até o momento, a Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos do Instituto Federal Farroupilha - Copsia atua somente como instância apuratória e, em médio prazo, pretende-se dar o caráter de Unidade Correcional, com as características que a CGU está avaliando nesse formulário de maturidade correcional.</p>
--

4.4. Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pelo IFFar

Para garantir legalidade, legitimidade, economicidade e transparência em relação a aplicação dos recursos públicos e aos resultados alcançados pelo IFFar em 2020, o instituto conta com as ações desenvolvidas pelas seguintes estruturas:

» **Unidade de Auditoria Interna:** Desenvolve as ações programadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), bem como a apresentação dos resultados obtidos através da execução deste plano no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

ACESSE:

→ *PAINT disponível em:*

<https://iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-plano-anual-de-auditoria-interna-paint>

ACESSE:

→ *RAINT disponível em:*

<https://iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/relat%C3%B3rio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna-raint>

» **Comitê de Governança, Riscos e Controle:** Desenvolve ações de gestão de riscos e controle interno.

» **Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo:** Desenvolve atividades de controle interno em âmbito disciplinar por meio de instauração e condução de procedimentos correicionais.

» 5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Gestão orçamentária e financeira

O IFFar possui uma gestão orçamentária mista, organizada com ações centralizadas e descentralizadas. Um exemplo dessa estrutura de execução é a gestão dos recursos de pessoal e encargos, que são centralizados e geridos pelo órgão central – Reitoria. Quanto às ações descentralizadas, que são executadas e controladas diretamente pelas demais unidades orçamentárias do instituto, enquadram-se as despesas de funcionamento, assistência e despesas de investimento.

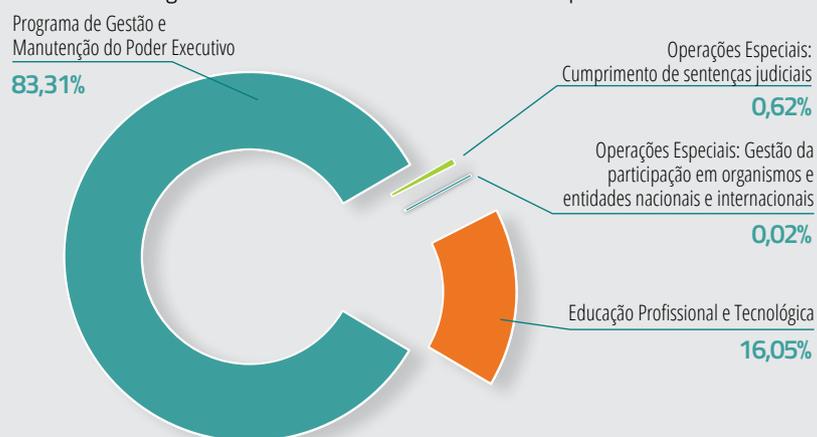
Há outras despesas específicas que possuem procedimentos de execução e controle centralizadas na Reitoria, as quais se referem aos programas institucionais, modelos de contratação e outros de necessidade organizacional. No exercício de 2020, o IFFar participou da execução de quatro programas vinculados ao PPA 2020-2023, são eles:

Tabela 1 – Programas do PPA 2020-2021 executados pelo IFFar em 2020

PROGRAMA		DESPESAS EMPENHADAS	%
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	R\$ 270.366.222,23	83,31%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais	R\$ 2017614,39	0,62%
0910	Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	R\$ 62.252,00	0,02%
5012	Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 520.865,13	16,05%
TOTAL		R\$ 318.278.899,06	100%

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Gráfico 2 – Programas do PPA 2020-2021 executados pelo IFFar em 2020



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

É importante observar que o IFFar não é responsável diretamente por nenhum programa do PPA relatado. Contudo, o instituto participou indiretamente da execução e do acompanhamento dos programas vinculados ao PPA 2020-2023. Dessa forma, optou-se por apresentar a execução do órgão de forma global e simplificada, permitindo uma visualização sob a ótica orçamentária e do dispêndio no período.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do orçamento do IFFar. Nele se observa que, ao longo do período analisado, houve uma evolução da dotação orçamentária, bem como do montante de sua execução. A dotação total atualizada sofreu um incremento de aproximadamente 30,29% entre 2016 e 2020, enquanto os empenhos cresceram aproximadamente 28,83% no mesmo período. Quanto aos Restos a Pagar não Processados no período analisado, houve majoração referente ao período anterior de aproximadamente 62,67%, enquanto a evolução do período analisado é

de 37,46%. Assim, o seu percentual sobre o total de empenhos passou de 4,52%, em 2019, para 7,03%, em 2020. O aumento das inscrições em restos a pagar não processados, está diretamente relacionado aos cancelamentos e/ou suspensão de contratos administrativos, que resultou em alterações orçamentárias para empenho em investimento, os quais foram executados nos meses de novembro e dezembro. Com o empenho tardio,

a liquidação da despesa ocorrerá no exercício de 2021.

Em relação ao dispêndio orçamentário, as despesas que mais evoluíram estão diretamente relacionadas a gastos com pessoal. Tais despesas, quando empenhadas, passaram de R\$ 192,80 milhões, em 2016, para R\$ 272,05 milhões em 2020. Essa situação reflete a expansão da instituição, considerando que, em 2016, o IFFar contava com um total

de 1.293 servidores, em 2019, passou para 1.418 e, em 2020, chegou a 1.429 servidores docentes e técnico-administrativos efetivos.

Enquanto a despesa empenhada variou 28,83%, a força de trabalho aumentou 10,52% de 2016 para 2020, resultando em um aumento na folha de pagamento da ordem de 41,11%, no mesmo período. Nos dois últimos exercícios, o aumento das despesas com a folha

de pagamento foi de 4,16% em 2020 e 9,48% em 2019. Destaca-se, ainda, que 83,83% do orçamento do IFFar vinculado à Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020 são destinados ao pagamento de despesas relacionadas aos gastos com pessoal como: salários, encargos sociais, contribuições, aposentadorias, pensões, benefícios e auxílios.

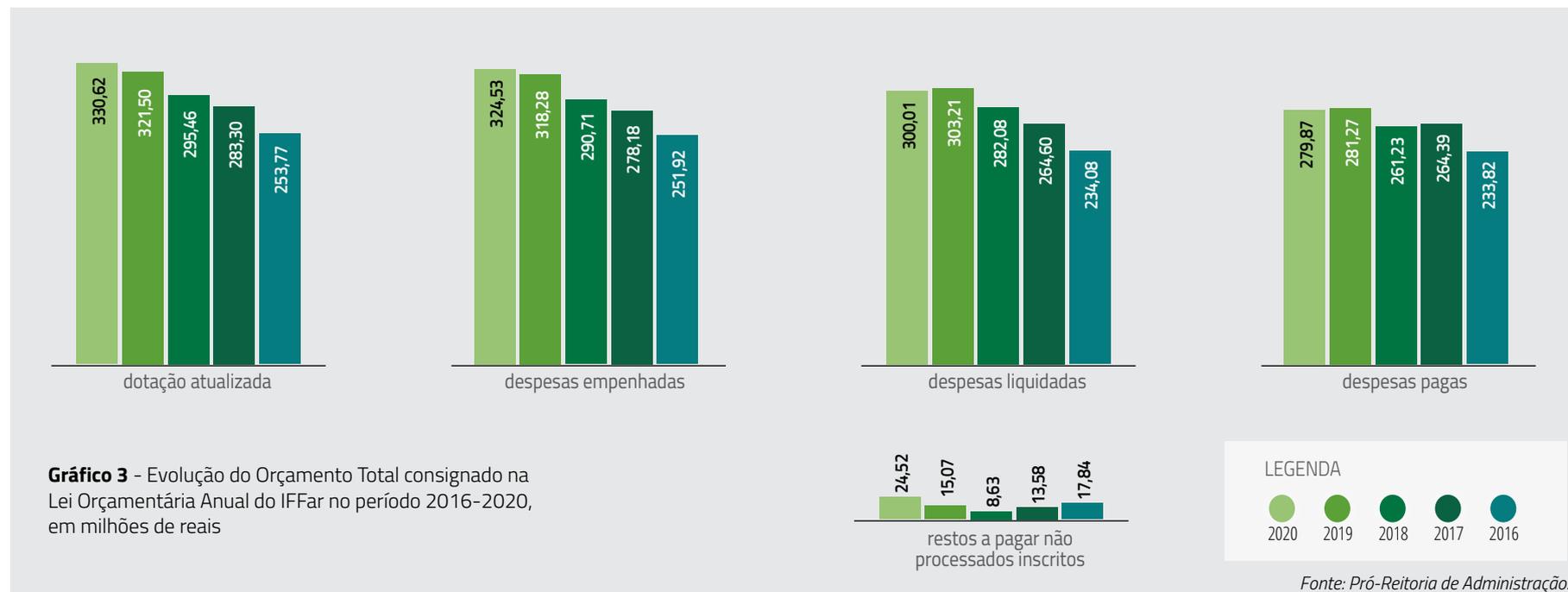


Gráfico 4 - Evolução das despesas empenhadas, por grupo de despesa, referente ao orçamento consignado na LOA do IFFar no período 2016-2020, em milhões de reais.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.



Pode-se verificar que entre os anos 2016 e 2020 houve um crescimento das despesas do IFFar, exceto com aquelas de custeio, as quais sofreram uma redução neste período, passando de R\$ 46,11 milhões, em 2016, para R\$ 39,99 milhões em 2020. Entre os principais fatores que influenciaram essa contração citamos:

- » A crise econômica e consequentemente a redução da arrecadação do Estado;
- » A lei que limita os gastos públicos por vinte anos; e
- » A redução das despesas com funcionamento da instituição no exercício, em virtude da paralisação das atividades presenciais e, consequentemente, suspensão de contratos, o qual possibilitou alteração orçamentária para investimento.

As despesas de custeio vinculadas ao funcionamento institucional e assistência ao estudante tiveram redução de 13,27% entre os anos 2016 e 2020. Quando comparado os últimos dois exercícios, a redução foi ainda maior, 18,16%, passando de R\$ 48,86 milhões de reais em 2019 para R\$ 39,99 milhões em 2020. Uma análise mais detalhada, permite observar que as despesas com funcionamento do IFFar reduziram em 19,25%, fato influenciado pela estabilização do orçamento da rede e pela redução das despesas em virtude da pandemia.

Quanto ao orçamento de custeio da assistência estudantil, houve um aumento no período analisado, passando de R\$ 10,79 milhões em 2016 para R\$ 11,47 milhões em 2020. Esse crescimento se deve principalmente à política de assistência estudantil da Rede Federal e, naturalmente, do Instituto Federal Farroupilha. Destaca-se que houve alteração orçamentária na ação 2994, com objetivo de reestruturar a infraestrutura de assistência ao estudante nas unidades do IFFar.

Ao longo dos últimos exercícios, a instituição convive com redução

significativa do orçamento de investimento, a qual trouxe reflexo nas ações referentes à execução de obras e aquisição de equipamentos e material permanente para laboratórios. Nessas circunstâncias, foram postergados o início de obras institucionais essenciais para atender com gratuidade e qualidade o conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão que constitui a função social do IFFar com a sociedade. Um dos fatores preponderantes deste cenário está relacionado a mudança da metodologia de distribuição dos valores destinados a investimento da SETEC/MEC, que passaram a sua maior parte a ser distribuído a partir de TED (Termo de Execução Descentralizada), conforme as prioridades da secretaria.

Em virtude da redução das despesas de custeio, a instituição replanejou suas prioridades, o que possibilitou ampliar, através de alteração orçamentária, em R\$ 7,76 milhões suas despesas com investimento, passando de uma dotação inicial de R\$ 4,73 milhões, para um montante empenhado na casa dos R\$ 12,49 milhões.

5.2. Execução orçamentária e financeira do IFFar

A LOA 2020 consignou ao IFFar R\$ 278,28 milhões. Contudo, para garantir as despesas institucionais no período, principalmente os gastos com funcionamento e assistência ao estudante e despesas com pessoal, a dotação inicial foi acrescida de R\$ 52,59 milhões (+18,92%) através de Lei nº 14.008, de 2 de junho de 2020. Do orçamento total, o órgão executou no exercício R\$ 324,53 milhões, desses, R\$ 272,05 milhões se referem a gastos com pessoal, R\$ 39,99 milhões com custeio e R\$ 12,50 milhões em investimento.

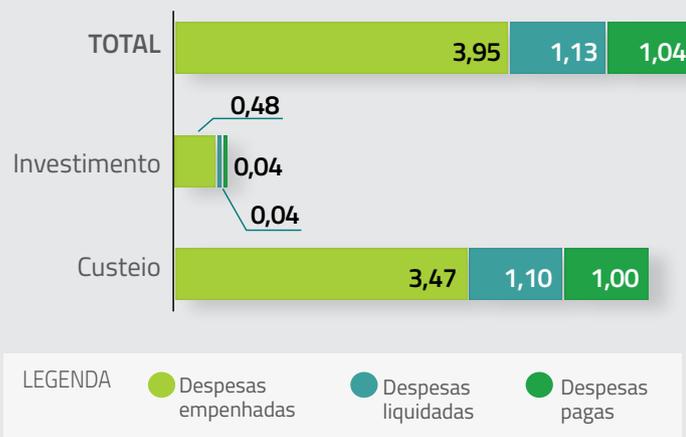
Do total empenhado, R\$ 300,01 milhões foram liquidados, ou seja, 92,44% do total. Dessa forma, foram incluídos em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 24,52 milhões (7,55%). O valor pago representa 84,65% da dotação atualizada. Quanto à execução financeira, o valor pago em 2020 totalizou R\$ 279,87 milhões, com R\$ 20,14 milhões inscritos em Restos a Pagar Processados.

Destaca-se que o IFFar também executou recursos extraorçamentários, que são oriundos de outros ór-

Gráfico 5 - Orçamento total consignado na LOA 2020, em milhões de reais.



Gráfico 6 - Execução de recursos extra orçamentários no exercício 2020, em milhões de reais.



LEGENDA ● Despesas empenhadas ● Despesas liquidadas ● Despesas pagas

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

gãos e/ou instituições, no montante de R\$ 3,95 milhões. Desses, 12,1% são recursos de investimento e 87,9% de custeio.

Do valor executado em custeio, 22,22% referem-se à ação 00PI – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, 41,10% à 214V – Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e 17,79% à ação 21B4 – Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino.

Quanto ao investimento, 70,99% do valor executado refere-se à ação 15R4 – Apoio à expansão, reestruturação e modernização da rede.

Do total dos recursos extraorçamentários executados em 2020, R\$ 1,13 milhões foram liquidados e R\$ 1,04 milhões pagos. Assim, permaneceram em Restos a Pagar para o exercício de 2020 o montante de R\$ 2,81 milhões entre Processados e Não Processados.

5.2.1. Despesas executadas

Para melhor compreensão da execução da despesa no exercício 2020, elas foram divididas em três grupos: despesas com pessoal, despesas de custeio e despesas de investimento.

» **1 Despesas com pessoal:** são os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios e indenizações, além das despesas de pessoal e encargos sociais. Essas despesas representaram R\$ 272,05 milhões (83,83% do total de despesas empenhadas) em 2020.

» **2 Despesas de custeio:** são as despesas necessárias à prestação de serviços, manutenção organizacional e assistência aos estudantes. Tais despesas representaram R\$ 39,99 milhões (12,32 % do total de despesas empenhadas) em 2020.

» **3 Despesas de investimentos:** são os recursos financeiros aplicados no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI e outros. Elas representaram R\$ 12,49 milhões (3,85% do total de despesas empenhadas) em 2020.

Comparando as despesas totais empenhadas em 2020 e 2019, percebe-se uma evolução positiva de 1,96%, atribuída ao aumento das despesas relacionadas a gastos com pessoal na ordem de R\$ 8,14 milhões e ao incremento de R\$ 6,99 milhões em investimentos.

Destaca-se, ainda, o impacto negativo da redução abrupta de custeio, representando, assim, uma diminuição de R\$ 8,87 milhões.

As despesas pagas no exercício 2020 perfazem 86,24% do total empenhado e 93,29% do total liquidado.

5.2.2. Despesas com pessoal

Consta, na tabela a seguir, o detalhamento das despesas com pessoal empenhadas no IFFar no exercício de 2020.

As principais Despesas com Pessoal estão relacionadas ao salário de servidores e a contribuições para a previdência, os quais juntos somam 88,45% do total empenhado. O pagamento de inativos e pensionistas chegou a R\$ 17,47 milhões, 44,58% do total recolhido em contribuições à previdência. Destaca-se esta informação em virtude de a instituição ter

Tabela 2 - Despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas em 2019 e 2020, em milhões de reais.

DESPESAS	2020			2019			2019-2020		
	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	VARIAÇÃO EMPENHADA	VARIAÇÃO LIQUIDADADA	VARIAÇÃO PAGA
Gastos com Pessoal	272,05	272,05	252,40	263,91	263,91	242,30	3,08%	3,08%	4,17%
Custeio	39,99	26,84	26,47	48,86	37,59	37,28	-18,16%	-28,60%	-29,01%
Investimento	12,49	1,12	1,01	5,51	1,71	1,69	126,87%	-34,52%	-40,62%
TOTAL	324,53	300,01	279,87	318,28	303,21	281,27	1,96%	-1,06%	-0,50%

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

um número pequeno de aposentados e pensionistas quando comparado ao número de servidores ativos, reflexo do ingresso de novos servidores nos últimos onze anos.

Do montante empenhado, foram pagos R\$ 252,4 milhões (92,78%). Os valores não pagos dentro do exercício totalizam R\$ 19,65 milhões e refletem a operacionalização do pagamento junto aos bancos. Os ajustes necessários foram realizados no início do exercício de 2021. Os valores liqui-

dados e empenhados nos exercícios correspondem integralmente.

Comparando os exercícios 2019 e 2020, percebe-se que houve um aumento de 3,08% nas despesas empenhadas com pessoal. As despesas com Contribuições para a Previdência foram as que proporcionalmente tiveram maior crescimento, 17,02%, e são reflexo da reforma de previdência, que aumentou o percentual de contribuição de ativos, que são a maior parte do dispêndio de folha. Em termos no-

minais, as despesas com ativos evoluíram em R\$ 2,78 milhões de reais, ou seja, pouco mais que 1,4% de um ano para o outro.

5.2.3. Despesas com custeio

As despesas de custeio empenhadas no IFFar, em 2020, totalizaram R\$ 39,99 milhões e foram subdivididas em dois subgrupos para separar as ações de assistência e de auxílio aos estudantes das ações de funcionamento e de manutenção da instituição. Destaca-se que 71,33% das despesas empenhadas de custeio estão relacionadas à manutenção e ao funcionamento das atividades e 28,67% referem-se às despesas de assistência e ao auxílio aos estudantes, tais como: alimentação, moradia, políticas de permanência e êxito e auxílios diversos.

Ressalta-se que, no exercício de 2020, as despesas empenhadas para atividades relacionadas ao funcionamento, à manutenção do IFFar e à assistência e ao auxílio aos estudantes tiveram um decréscimo de 20,37% e de 12,04%, respectivamente, em relação a 2019. No total, houve a diminuição de 18,16% de 2020 em relação a 2019.

5.2.4. Despesas com investimentos

A execução de investimento se valeu, em grande parte, para atender os subelementos elencados a seguir:

» R\$ 5.290.740,09 (Cinco milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e quarenta reais e nove centavos) em Obras em andamento (42,34% do total das despesas empenhadas em 2020); e

» R\$ 2.805.591,02 (Dois milhões, oitocentos e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e dois centavos) em Equipamentos de TIC (22,46% do total das despesas empenhadas em 2020).

A tabela, a seguir, apresenta as despesas com investimentos classificadas de acordo com os elementos da despesa aplicados.

Com base na tabela anterior, observa-se que as Despesas de Investimentos empenhadas em 2020 tiveram crescimento em 149,52% em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os investimentos com equipamentos e material permanente aumentaram em aproximadamente 97,77%, enquanto os investimentos em obras e instalações evoluíram em 297,74%.

Tabela 3 - Distribuição das Despesas com Pessoal no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA, em 2020 e 2019, em milhões de reais.

DESPESAS COM PESSOAL	2020		2019	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
Ativos	201,45	184,19	198,67	179,53
Contribuições para a Previdência	39,18	39,18	33,49	33,49
Inativos e Pensionistas	17,47	16,05	16,77	15,46
Auxílios e Benefícios	11,93	10,96	13,64	12,48
Precatórios	2,02	2,02	1,34	1,34
TOTAL	272,05	252,40	263,91	242,30

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Tabela 4 - Distribuição das Despesas de Custeio no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA, em 2020 e 2019, em milhões de reais.

DESPESAS DE CUSTEIO	2020			2019		
	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
Funcionamento e Manutenção	28,52	20,11	19,82	35,82	27,65	27,40
Assistência	11,47	6,73	6,65	13,04	9,94	9,88
TOTAL	39,99	26,84	26,47	48,86	37,59	37,28

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Tabela 5 - Distribuição das Despesas de Investimentos no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA, em 2020 e 2019, em milhões de reais.

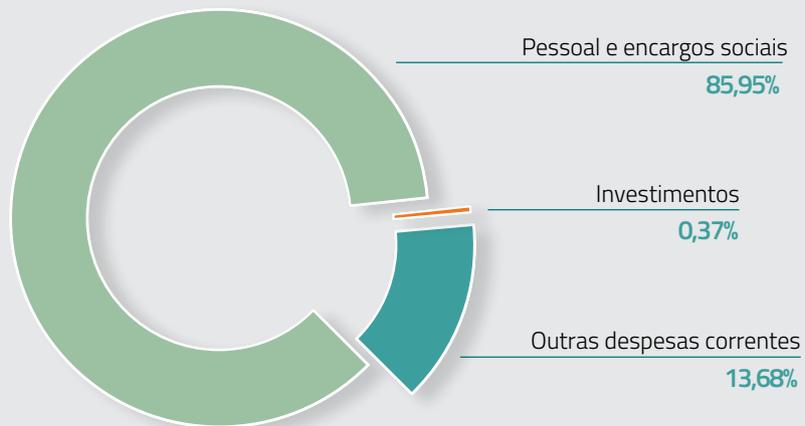
DESPESAS DE INVESTIMENTO	2020			2019		
	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
Outros Serviços PJ	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	0,01
Obras e Instalações	5,29	0,17	0,17	1,33	0,77	0,77
Equipamentos e Materiais Permanentes	7,20	0,95	0,84	3,64	0,93	0,91
TOTAL	12,49	1,12	1,01	5,01	1,71	1,69

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

5.3. Execução por grupo e elemento de despesa realizados pelo IFFar

A estrutura orçamentária do IFFar está disposta de forma a identificar onde o gasto é realizado. Assim, apresenta-se a seguir a execução total (LOA + extraorçamentário) realizada pelo instituto indiferentemente da origem do recurso, de acordo com cada grupo de despesa paga e com os principais elementos e/ou insumos que foram utilizados ou adquiridos.

Gráfico 7 - Distribuição da execução orçamentária e extraorçamentária, por grupo de despesa paga pelo IFFar, em 2020.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Observa-se, no gráfico anterior, que o grupo que envolve as Despesas Obrigatórias com Pessoal e Encargos Sociais representou 85,95% do total das despesas pagas pelo IFFar, independentemente da origem dos recursos. Já o grupo Outras Despesas Correntes representou 13,68% deste total. Nesse grupo, 29,11% das despesas pagas estiveram relacionadas aos auxílios e benefícios do quadro de servidores.

As principais Despesas com Pessoal e Encargos Sociais estiveram centradas nos pagamentos relacionados aos vencimentos e vantagens dos servidores, com 73,19% do total das despesas pagas. Nesse elemento, as principais despesas pagas foram referentes a gratificações por cargo efetivo, salários e vencimentos.

Tabela 6 - Total de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no IFFar no exercício de 2020, em milhões de reais.

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
01. Aposent. RPPS, reser. remuner. e reform. militar	14,80	14,80	13,59
11. Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	193,44	193,44	176,72
13. Obrigações Patronais	40,26	40,26	40,26
Demais elementos	11,61	11,61	10,86
TOTAL	260,12	260,12	241,44

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Tabela 7 - Total de Outras Despesas Correntes do IFFar no exercício de 2020, em milhões de reais.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	RPNP INSCRITOS
18. Auxílio financeiro a estudantes	4,82	4,81	4,81	0,00
30. Material de consumo	5,07	1,91	1,90	1,54
37. Locação e mão-de-obra	12,68	9,70	9,46	2,26
39. Outros serviços de terceiros - PJ	16,43	8,27	8,21	6,67
46. Auxílio - alimentação	7,33	7,33	6,68	0,00
Demais elementos	9,07	7,86	7,37	1,04
TOTAL	55,39	39,87	38,43	11,51

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Dos valores pagos em Outras Despesas Correntes, 24,62% corresponderam à locação de mão-de-obra e 21,36% a outros serviços de terceiros - PJ. Entre essas despesas, destacaram-se os pagamentos com limpeza e conservação, vigilância, fornecimento de alimentação para estudantes, entre outros. Nesse contexto, a locação de mão-de-obra para as atividades de manutenção e funcionamento das unidades é bastante representativa, chegando a 22,9% do total pago de Outras Despesas Correntes.

5.4. Execução de restos a pagar

A execução dos Restos a Pagar teve a observância do que dispõe a legislação vigente. De maneira geral, os Restos a Pagar foram executados com base na Lei nº 4.320/64, no Decreto nº 93.872/86, no Decreto nº 7.654/2011 e no Acórdão TCU nº 3.108/2011.

O IFFar executa os recursos de Restos a Pagar em conformidade com o que dispõe a legislação. Desde os anos anteriores, como em 2016,

quando da inclusão de Restos a Pagar referentes ao exercício de 2015, adota-se no IFFar os procedimentos que visam a melhorar o acompanhamento e a execução desses recursos, os quais formam subsídios para as inclusões posteriores, inclusive do exercício de 2020. Os Restos a Pagar inscritos em 2019 que foram executados em 2020 referem-se principalmente a obras e a equipamentos, despesas correntes com material de consumo, serviços de pessoas jurídicas, locação de mão-de-obra e despesas com folha de pagamento.

Os valores inscritos e reinscritos em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores no âmbito institucional perfizeram o montante de R\$ 41,17 milhões de reais. Desse montante, 45,37% referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais. Foram reescritos para execução em 2021 o montante de R\$4,65 milhões de reais, o que correspondem a 9,72% do valor total de restos a pagar para o exercício, e 55% deste valor refere-se aos empenhos das usinas fotovoltaicas.

Dos valores em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, 46,17% são do tipo Não Processados e representam as despesas empenhadas que não foram liquidadas. Desse recursos, a parcela mais significativa refere-se

às despesas fixas referentes ao exercício de 2019. Observa-se, também, que 86,72% dos Restos a Pagar foram pagos no exercício de 2019, enquanto 1,53% foram cancelados.

Gráfico 8 - Execução de Restos a Pagar no IFFar no exercício 2020, em milhões de reais.

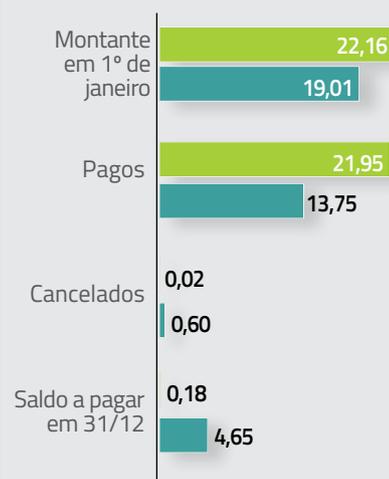
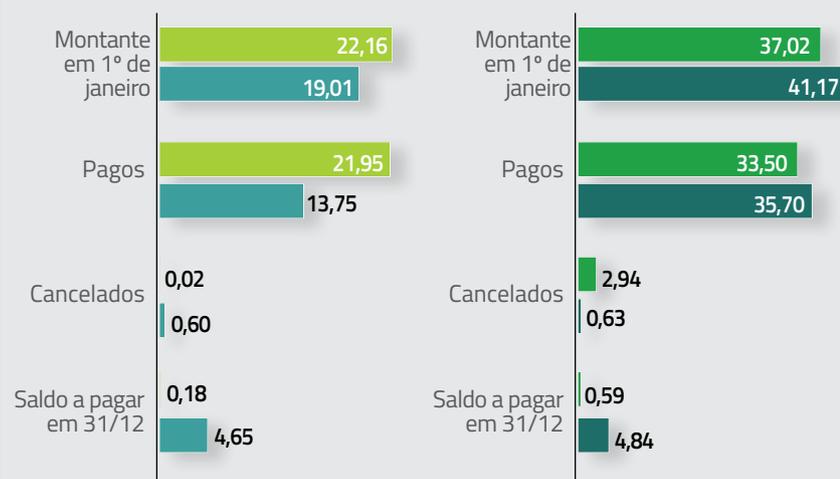


Gráfico 9 - Execução de Restos a Pagar no IFFar nos exercícios 2019 e 2020, em milhões de reais.



LEGENDA ● RP Processados
● RP Não Processados

● 2019
● 2020

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Em relação aos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, podemos observar, a seguir, que, ao longo dos últimos exercícios, houve uma manutenção nos seus estoques. Em 2016, eles somavam em torno de R\$ 29,77 milhões, enquanto em 2018, R\$ 23,40 milhões. Porém, nos anos de 2019 e 2020, ocorreu aumento significativo nesses valores. Tanto no exercício 2019, quanto no exercício 2020, os estoques foram impactados pelos valores expressivos em restos a pagar processados referente à folha de pagamento que, em 2019, correspondeu a 43,57% do montante e, em 2020, a 52,52%. As despesas com investimento, inclusive obras em andamento, representaram 18,18% dos pagamentos.

5.5. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Com relação às questões de execução orçamentária e financeira do IFFar, é sabido que desde o final do exercício de 2013, com pequeno agravamento em 2014, impacto drástico em 2015 e reflexo negativo entre 2017 e 2020, a gestão orçamentária tornou-se mais instável, em virtude dos contingenciamentos ocorridos. Contudo, por prudência, sempre se organizou anualmente, neste instituto, o planejamento das despesas, com margem de 10% como forma de segurança, a fim de garantir o anda-

mento responsável dos gastos. A depender da capacidade de execução ao longo do exercício, articula-se com os órgãos responsáveis a liberação dos valores contingenciados para a efetivação do planejamento inicial.

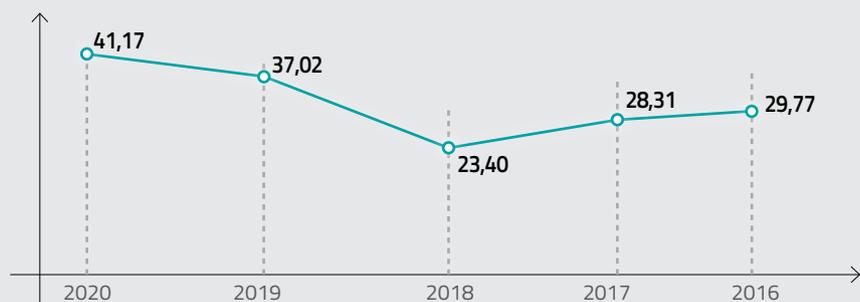
No ano de 2020, em virtude da pandemia, as dificuldades encontradas foram ainda maiores. Apesar da aprovação da Lei Orçamentária anual e da ampliação da dotação inicial por Lei específica, a instituição teve dificuldades de execução da despesa, principalmente em virtude de suspensões e de cancelamentos de contratos, que resultaram em replanejamento orçamentário.

Com as alterações orçamentárias propostas pelo instituto, o volume empenhado chegou a aproximadamente 99,40% do orçamento de custeio e investimento consignado na LOA. Esse valor não chegou mais próximo a 100% em virtude da arrecadação própria que reduziu no exercício. As alterações orçamentárias geraram aumento nos Restos a Pagar Não Processados em investimento a serem inscritos para o exercício seguinte.

As incertezas causadas pela pandemia, a redução das atividades presenciais e o replanejamento das contratações ocasionaram demora na execução orçamentária e, conseqüentemente, no aumento dos estoques de restos a pagar, principalmente em investimento e em despesas com ações de enfrentamento à Covid-19. Se as incertezas sobre o orçamento do IFFar fossem reduzidas, haveria ganhos significativos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, se os empenhos ocorressem dentro do planejamento institucional e em um prazo razoável, também seria reduzido significativamente o montante de Restos a Pagar. Com efeito, as ações de longo prazo acabam por ser estagnadas, no anseio de maior segurança dos valores aprovados no legislativo.

Apesar das tantas dificuldades que derivam das incertezas em relação ao orçamento institucional, o IFFar prossegue com foco na execução responsável e eficaz de seus recursos, como se pode observar nos demonstrativos apresentados neste relatório. O resultado é a efetivação das ações de ensino, pesquisa, ex-

Gráfico 10 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores no IFFar



Montante em 1º de janeiro

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

tensão, inclusão, assistência estudantil e tantas outras que dependem da disponibilidade de recursos para sua continuidade.

O cenário financeiro vivenciado nos últimos exercícios foi agravado em 2020, proporcionando insegurança quanto aos prazos legais para execução orçamentária. Dessa forma, torna-se importante fixar que a atual organização das áreas de licitações e contratos e de execução orçamentária e financeira em cada unidade do IFFar possibilitou vencer os desafios enfrentados.

Principais impactos do contingenciamento

O contingenciamento orçamentário ocorrido em 2020 afetou a execução de parte do planejamento de gastos de várias unidades do IFFar, acarretando os seguintes prejuízos à programação institucional:

» Exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias ao longo de 2020, com o propósito de atender obrigações contratuais, garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais e despesas com investimento;

» As alterações orçamentárias atrasaram a orçamentária, o que estimulou as inscrições de Restos a Pagar;

» Adiamento ou cancelamento de novas despesas de custeio e de investimentos em áreas estratégicas do IFFar.

Medidas para reduzir o impacto do contingenciamento

Medidas de adequação do gasto que vêm sendo adotadas para adequar a realidade orçamentária e financeira vivenciada pelo IFFar:

» Definição de critérios pelo Colégio de Dirigentes para despesas de investimento;

» Reestruturação do quadro de terceirizados nas unidades do instituto;

» Priorização para pagamentos de despesas relacionadas à assistência aos estudantes;

» Planejamento de ações estratégicas de acordo com as prioridades de gastos de cada unidade.

Desafios

» Manter bom funcionamento de toda a estrutura do IFFar apesar do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras, garantindo a qualidade institucional;

» Aprimorar a qualidade e a transparência dos gastos públicos;

» Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do IFFar;

» Garantir a qualidade nas contratações.

Ações

» Aprimorar ações que visem à racionalização das despesas no órgão;

» Estimular boas práticas de redução de custos;

» Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;

» Intensificar a comunicação visando à conscientização dos servidores;

» Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas que foram implementadas;

» Possibilitar a capacitação dos servidores envolvidos nas ações de execução e acompanhamento orçamentário, bem como nas aquisições e contratações.

» 6 GESTÃO DE PESSOAS

6.1. Conformidade legal

A Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) está vinculada ao órgão setorial da área de pessoal no Ministério da Educação (MEC) denominado de Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, que atualmente denomina-se Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, responsável pela edição de normas e orientações da área de pessoal.

Nesse sentido, a partir da Lei 11.892/2008 que propiciou o crescimento da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, a Gestão de Pessoas é uma estrutura importante na organização do resgate e registro de informações de pessoal. Entre as suas competências está a capacitação e qualificação do quadro de pessoal, que é entendido como um requisito fundamental para a qualidade da oferta de ensino, pesquisa, extensão e das atividades de administração e gestão.

Dessa forma, para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal Farroupilha atua em conformidade com a Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal e com a Lei nº 11.091/2005, que ordena a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, bem como diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Ainda, com relação às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, são utilizadas as Resoluções do Conselho Superior do IFFar, Pareceres do Colegiado de Dirigentes e Instruções Normativas, as quais seguem as Notas Técnicas e Orientações Normativas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGDP), do Ministério da Economia, que serão revisadas, revogadas ou consolidadas, conforme orienta o decreto específico referente aos Atos Normativos das

instituições, de acordo com cronograma estabelecido por ele.

No ano de 2020, o IFFar emitiu um total de 1.604 atos, entre eles:

- » Resoluções: 70
- » Instruções Normativas: 08
- » Portarias: 1.504
- » Ordem de Serviço: 22

6.1.1. Assentamento Funcional Digital (AFD)

O Assentamento Funcional Digital - AFD foi criado pela Portaria Normativa/ SEGRT/MP nº 04, de 10 de março de 2016, para os servidores públicos federais efetivos, comissionados ou a estes equiparados, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. O AFD visa a agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes, sendo considerado documento arquivístico.

Para os efeitos da Portaria Normativa, equiparam-se a servidor os empregados públicos, os contratados temporariamente, os residentes, os

estagiários, os militares de ex-territórios e do Distrito Federal e os participantes do Programa Mais Médicos.

Em 01 de agosto de 2018, a Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGP), por meio da Portaria Normativa nº 9, instituiu novas orientações quanto à digitalização do Assentamento Funcional, sendo criado o Novo Sistema SIGEPE - AFD, tendo em vista o atendimento às necessidades de integração com os sistemas SIAPE e SIGEPE.

O Assentamento Funcional Digital (AFD) é um dossiê digital que será tratado como fonte primária de informação de dados cadastrais de servidores e substituirá a tradicional Pasta Funcional, consistindo em documentos que compõem o legado e documentos pós-legado. O Legado representa o conjunto de documentos não digitais relativos à vida funcional do servidor, na forma que se encontra em cada unidade de gestão de pessoas até 30/06/2016, excluídos os documentos médicos não previstos na tabela de documentos funcionais.

O IFFar contratou empresa para realizar a digitalização do legado,

em torno de 220 mil documentos, com prazo de término do trabalho no primeiro semestre de 2020. Os documentos que não são considerados legados estão sendo incluídos no AFD pela Coordenação de Gestão de Pessoas das Unidades do IFFar, sendo alimentado constantemente e em consonância com o previsto nas orientações legais sobre o assunto.

A empresa contratada finalizou as digitalizações das pastas funcionais referente à documentação de legado, de servidores ativos, aposentados e pensionistas, a qual está sendo incluída no AFD pelas Coordenações de Gestão de Pessoas, compondo e totalizando um quantitativo de 1.350 pastas.

6.1.2. Órgãos de Controle

A realização de auditorias preventivas e periódicas é praticada pelos órgãos de controle (TCU e CGU), a fim de corrigir eventuais inconsistências verificadas nas práticas institucionais. As demandas - *apontamentos, diligências e recomendações* - são respondidas com atenção aos prazos e controles.

No ano de 2020, foram apuradas questões motivadas pelo TCU/CGU

que trataram de possíveis irregularidades referentes às acumulações indevidas de cargo público, recebimento de auxílio-transporte, quebra da Dedicção Exclusiva e descumprimento de jornada de trabalho, conforme quantitativos de apontamentos respondidos descritos abaixo:

- » Descumprimento de dedicação exclusiva: 06 apontamentos;
- » Acumulações indevidas de cargo público: 01 apontamento;
- » Recebimento irregular de auxílio alimentação: 02 apontamentos;
- » Recebimento de quintos/décimos: 02 apontamentos;
- » Descumprimento de jornada de trabalho: 04 apontamentos.

Ainda, todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (SISAC), conforme Instrução Normativa TCU 78-2018.

Atos SISAC/e-pessoal no ano de 2020:

- » Admissão: 117
- » Desligamento: 74
- » Aposentadoria: 34

6.2. Avaliação da força de trabalho

O quadro de servidores do IFFar é composto, em sua maioria, por duas carreiras: (1) Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei nº 12.772/2012; e (2) Técnico-administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091/2005. Também constituem o nosso quadro de servidores, em menor número, os empregados anistiados, os cedidos, os contratados temporariamente e os estagiários.

Quadro 7 - Distribuição da força de trabalho nas unidades do IFFar, em 2020

UNIDADE	DOCENTE	TAE
Reitoria	0	92
Alegrete	110	81
São Vicente do Sul	118	102
Santa Rosa	68	56
Júlio de Castilhos	70	61
Santo Augusto	66	53
Panambi	65	59
São Borja	60	56
Jaguari	37	39
Santo Ângelo	54	45
Uruguaiana	23	14
Frederico Westphalen	64	37
TOTAL	734	695

A Força de Trabalho da Instituição está distribuída, por meio das lotações de pessoal, nas onze (11) unidades de ensino e em uma (01) unidade administrativa, conforme tabela a seguir.

Quanto à jornada de trabalho, a grande maioria dos servidores TAE estatutários são submetidos à jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, e o perfil predominante dos Docentes é estatutário e submetido à dedicação exclusiva.

Quadro 8 - Distribuição da força de trabalho do IFFar em relação à jornada de trabalho semanal, em 2020

CARREIRA	JORNADA	Nº DE SERVIDORES
TAE	40h	679
	25h	6
	20h	10
Docente	Dedicação Exclusiva	729
	40h	1
	20h	4
TOTAL		1.429

Fonte: SIAPE dez/2020.

O quadro a seguir apresenta a distribuição da força de trabalho em relação ao sexo dos servidores.

A seguir, é apresentada a distribuição da força de trabalho em relação à titulação dos servidores que reflete o nível de qualificação do quadro funcional do IFFar.

Na tabela a seguir é possível verificar o número de cargos de Direção e Função Gratificadas disponíveis no IFFar. Desse rol, uma CD-04 está na Procuradoria Federal, ocupada por servidor de carreira da Advocacia Geral da União, e os demais Cargos em Comissão/gerenciais são ocupados por servidores efetivos do IFFar.

Quadro 9 - Distribuição da força de trabalho do IFFar em relação ao gênero dos servidores, em 2020

GÊNERO	DOCENTE	TAE
Masculino	343	325
Feminino	391	370
TOTAL	734	695

Fonte: SIG dez/2020.

Quadro 10 - Distribuição da força de trabalho do IFFar em relação à titulação dos servidores, em 2020

TITULAÇÃO	DOCENTE	TAE
Doutorado	284	23
Mestrado	395	176
Especialização	44	235
Aperfeiçoamento	1	0
Graduação	10	179
Ensino médio	0	71
Ensino fundamental	0	6
Ensino fundamental incompleto	0	5
TOTAL	734	695

Fonte: SIG dez/2020.

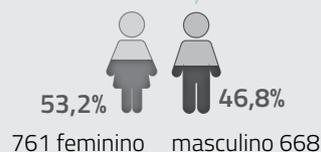
Quadro 11 - Cargos de Direção e Função Gratificadas disponíveis no IFFar, em 2020

CARGOS DE DIREÇÃO		FUNÇÃO GRATIFICADA	
CD 01	01	FG 01	63
CD 02	15	FG 02	92
CD 03	20	FG 03	08
CD 04	41	FG 04	14
		FG 05	24
		FUC	185

Fonte: SIAPE dez/2020.

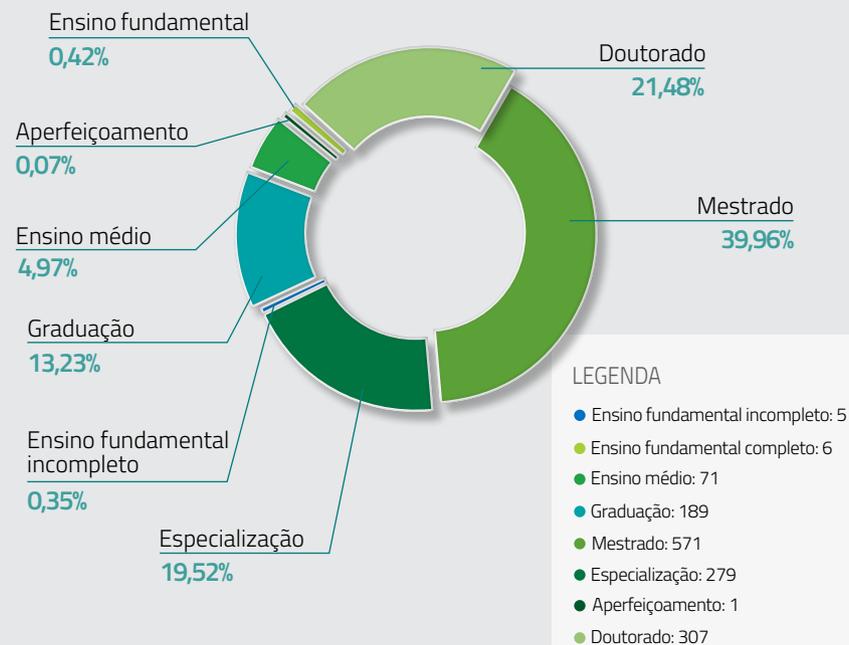


1.429
SERVIDORES



734 + **695**
DOCENTES + TAES

POR TITULAÇÃO



LEGENDA

- Ensino fundamental incompleto: 5
- Ensino fundamental completo: 6
- Ensino médio: 71
- Graduação: 189
- Mestrado: 571
- Especialização: 279
- Aperfeiçoamento: 1
- Doutorado: 307

Fonte: SIG dez/2020.

6.2.1. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento e alocação de pessoal no IFFar é realizado através de concurso público e processos seletivos simplificados.

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, de acordo com o Art. 37, II, da Constituição Federal:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

E o Art. 10 da Lei nº 8.112/1990:

A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Ainda, o Decreto nº 9.739, de 28 de Março de 2019, estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração

pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo sobre normas gerais relativas a concursos públicos e sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG). Em decorrência do Decreto nº 7.312/2010 e do Decreto nº 7.311/2010, o IFFar tem autonomia para abertura de concurso público.

Os processos seletivos para contratação de profissionais regidos pela Lei nº 8.745/93, referente a professores substitutos e admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, são normatizados pela própria Lei.

Quanto aos provimentos das vagas previstas em concurso, estes devem estar planejados pela Instituição, de acordo com Portaria Interministerial nº 109, de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação – MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, conforme Art. 2º, I, alíneas b e c:

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão encaminhar ao MEC, até o dia 30 de abril de cada ano, as seguintes informações:

I - com vistas ao provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação:

b) o quantitativo de vagas para os cargos de professores efetivos e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E previstos nos editais dos concursos publicados, realizados, homologados sem provimento e aguardando publicação, com respectivos números e datas; e

c) o quantitativo de cargos vagos de professores e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E, a serem providos no exercício subsequente.

O planejamento previsto na referida Portaria Interministerial também deverá estar de acordo com o Decreto nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018, e com o Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, os quais extinguem cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal,

e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

A alocação dos servidores nas Unidades do Instituto Federal Farroupilha respeita a Portaria nº 246, de 15 de abril 2016, que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação trazendo os quantitativos de técnico-administrativos em Educação e professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para cada tipo de Unidade, não fazendo previsão de lotação de docentes na Reitoria. A partir da portaria nº 246 supracitada, o IFFar ainda trabalhou com portaria interna, específica para definição de distribuição de pessoal.

A mobilidade interna dos servidores da Instituição é feita, desde 2013, por meio de processo de seleção para cadastro de reserva de servidores interessados em remoção

a pedido, visando a selecionar servidores técnico-administrativos em educação e docentes interessados em remoção para unidade distinta de sua lotação atual, no âmbito do IFFar, em consonância com o disposto na Lei nº 8.112/1990. Desde agosto de 2019, a remoção dos servidores interessados se efetiva de acordo com a Instrução Normativa PRDI nº 05/2019, a qual institui e regulamenta o Cadastro Contínuo de Remoção a Pedido e estabelece as diretrizes para o processo de cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido no IFFar.

Ressalta-se que ocorreram remoções em virtude de motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, bem como remoção para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, conforme previsto pela Lei nº 8.112/90.

No ano de 2020, 10 (dez) técnico-administrativos em Educação e 10 (dez) docentes foram removidos no IFFar, pelos diferentes motivos previstos em lei.

6.3. Detalhamento da despesa de pessoal

A despesa de pessoal no IFFar apresenta anualmente acréscimo devido ao aumento no número de servidores no exercício e todas as inferências específicas das carreiras Docente e TAE. Em quantitativos globais, o total de servidores passou de 1.418, no ano de 2019, para 1.429, no ano de 2020, produzindo o resultado, conforme mostra a tabela seguinte.

Observou-se um aumento dos valores do exercício 2020 relativos a servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão. Isso é decorrente do recebimento de valores de exercícios anteriores e judiciais. Salienta-se que o pagamento de exercício anterior ocorre através de rubrica específica e depende de liberação por parte do Ministério da Economia.

Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas são de livre designação e exoneração. Assim, considera-se normal a oscilação nos valores. Ainda, no mês de dezembro de 2020, iniciou a transição de gestão

e ocorreram várias dispensas/exonerações e designações/nomeações, o que impactaram também nos valores de referência.

Quadro 12 - Detalhamento da despesa de pessoal do IFFar, em 2020

QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO 2020 E NOS DOIS ANTERIORES											
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2020	R\$ 89.972.360,50	R\$ 0,00	R\$ 45.143.256,43	R\$ 5.611.201,40	R\$ 10.102.176,91	R\$ 15.316.341,74	R\$ 419.624,40	R\$ 70.876,74	R\$ 86.369,94	R\$ 166.722.208,06
	2019	R\$ 78.805.329,87	R\$ 0,00	R\$ 39.050.187,65	R\$ 6.484.699,01	R\$ 9.454.898,69	R\$ 13.887.848,50	R\$ 424.581,68	R\$ 3.733.102,05	R\$ 79.636,05	R\$ 151.920.283,50
	2018	R\$ 74.142.746,98	R\$ 0,00	R\$ 31.746.146,77	R\$ 1.752.824,21	R\$ 9.286.646,55	R\$ 13.213.599,51	R\$ 439.617,90	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 130.806.058,47
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2020	R\$ 4.438.952,33	R\$ 0,00	R\$ 512.700,70	R\$ 16.750,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.968.403,13
	2019	R\$ 4.207.968,08	R\$ 0,00	R\$ 490.441,78	R\$ 29.659,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118,35	R\$ 0,00	R\$ 4.728.187,27
	2018	R\$ 4.879.461,44	R\$ 0,00	R\$ 588.143,80	R\$ 71.256,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 348,39	R\$ 0,00	R\$ 5.539.209,89
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2020	R\$ 204.182,57	R\$ 0,00	R\$ 15.945,40	R\$ 3.843,09	R\$ 5.496,00	R\$ 9.150,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 238.617,30
	2019	R\$ 154.662,20	R\$ 0,00	R\$ 22.298,23	R\$ 7.376,96	R\$ 5.038,00	R\$ 8.374,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 197.749,47
	2018	R\$ 146.706,34	R\$ 0,00	R\$ 17.198,22	R\$ 3.718,08	R\$ 5.038,00	R\$ 6.187,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.847,77
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.414.611,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.876,74	R\$ 86.369,94	R\$ 4.571.858,22
	2019	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.136.122,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.733.102,05	R\$ 79.636,05	R\$ 7.948.861,00
	2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.006.804,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 4.231.281,33
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 663.914,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.876,74	R\$ 86.369,94	R\$ 821.160,88
	2019	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 590.932,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.733.102,05	R\$ 79.636,05	R\$ 4.403.670,87
	2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 610.013,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 834.490,50

Fonte: SIG dez/2020.

6.4. Estratégias de gestão de pessoas

6.4.1. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A carreira de Técnico Administrativo em Educação (TAE) está fundamentada pela Lei nº 11.091/2005, sendo estruturada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), de acordo com a escolaridade e a experiência exigidas para o cargo. Cada um dos níveis referidos possui quatro níveis de capacitação e dezesseis padrões de vencimento a serem alcançados em decorrência do exercício das atividades do cargo ocupado, realizadas após o ingresso.

A avaliação de desempenho da carreira TAE ocorre a cada 18 meses, quando realizada a Progressão por Mérito Profissional, existindo ainda a progressão por capacitação, o que ocorre também a cada 18 meses, mediante realização de atividades de capacitação com carga horária específica.

No que concerne aos servidores docentes regidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, o ingresso na carreira ocorre no nível 1 da Classe DI e, dependendo da titulação,

tempo de exercício e avaliação de desempenho, o servidor docente pode se desenvolver na carreira, conforme estrutura das classes (DI a DV) e Professor Titular. Sendo assim, a avaliação de desempenho da carreira docente acontece a cada 24 meses de efetivo exercício, na ocasião da Progressão por Desempenho Acadêmico e Promoção na Carreira, atendendo a critérios Institucionais.

Além disso, de acordo com o Art. 18, da Lei nº 12.772/2012, aos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da Retribuição por Titulação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III. O RSC poderá ser concedido, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CONSUP nº 62, de 05 de novembro de 2014.

Assim, todos os anos é recorrente que algumas RSC sejam revogadas ante encaminhamento da Retribuição por Titulação, haja vista a política institucional de qualificação profissional.

6.4.2. Capacitação: estratégia e números

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, o IFFar estabeleceu, desde 2013, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP), o qual se caracteriza como uma política de financiamento que disponibiliza auxílio em três modalidades (Bolsa Estudo, Auxílio Mensalidade e Auxílio Deslocamento) para servidores matriculados em programas de Pós-graduação *stricto sensu*. No ano 2016, o programa foi ampliado para servidores matriculados no ensino médio, graduação e Pós-graduação *lato sensu*, em Instituições públicas ou privadas no País, reconhecidas em suas devidas instâncias.

Em razão do crescimento do quadro de servidores, a meta é manter o programa institucional e ampliar os recursos destinados ao financiamento do programa.

Os recursos de auxílio financeiro destinados ao PIIQP serão fracionados de forma igualitária entre as três modalidades existentes, em caráter de ressarcimento, sendo as modalidades caracterizadas como:

1. Bolsa de Estudo (PIIQP-BE): Destinado a todos os servidores matriculados no ensino médio, em cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições nacionais;

2. Auxílio Mensalidade (PIIQP-AM): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais e privadas;

3. Auxílio Deslocamento (PIIQP-AD): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais localizadas em municípios diferentes ao de sua residência.

Entre os recursos destinados à Política de Gestão de Pessoas estão os recursos destinados ao PIIQP e PIIQPE que deverão ser reservados na matriz orçamentária de cada unidade, no montante mínimo de 1% do orçamento anual de custeio. A concessão do PIIQP ocorre através de edital semestral em que o servidor deverá atender às exigências da Resolução *ad referendum* CONSUP nº 011/2020.

No ano de 2020, foi utilizado um total de R\$ 280.678,52 (duzentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) em recurso para o PIIQP, restando um

saldo de R\$ 54.472,04 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quatro centavos), considerando as regras institucionais para concessão do programa.

Quadro 13 - Distribuição de auxílios para qualificação do quadro funcional do IFFar, em 2020

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020		SEGUNDO SEMESTRE DE 2020	
Modalidade	Número de servidores contemplados	Modalidade	Número de servidores contemplados
PIIQP-BE	65	PIIQP-BE	60
PIIQP-AM	22	PIIQP-AM	19
PIIQP-AD	24	PIIQP-AD	5
TOTAL	111	TOTAL	84

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

Com relação ao Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE), atualizado pela Resolução *ad referendum* CONSUP nº 011/2020, este possui caráter e proposição institucional com objetivo de atender à qualificação, em nível de Pós-graduação *stricto sensu*, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizado em serviço em instituições de ensino conveniadas no exterior e no país.

A primeira oferta do PIIQPPE contemplou 50 (cinquenta) servidores em cursos de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, especializações em Administração de Organizações Educativas e em Educação e Formação de Adultos, conveniado com o Instituto Politécnico do Porto, Portugal. A segunda oferta do PIIQPPE está em andamento através do Doutorado Interinstitucional (Dinter) na área de Computação, convênio entre IFFar e

a Universidade Federal de Pelotas, e possui 23 servidores cursando desde março de 2020.

Com relação à qualificação profissional, em atendimento ao Art. 96-A da Lei nº 8.112/90, o qual prevê a possibilidade de afastamento integral para realização de curso de Pós-graduação *stricto sensu*, o IFFar, desde 2011, possibilita que os servidores se afastem do trabalho, sem prejuízo da remuneração, para qualificação.

Nesse sentido, ante a publicação do Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, foi realizada atualização da normativa institucional, em setembro de 2020, pela Resolução CONSUP nº 057/2020, a qual normatiza os afastamentos para ações de desenvolvimento, entre elas, o afastamento integral, o qual prevê realização de seleção, por meio de edital semestral, com percentual de 10% do total de servidores, por categoria (docentes e técnico-administrativos), os quais concorrem entre si.

Em 2020, considerando a necessidade de atualização da normativa interna, houve apenas um edital de seleção para afastamento integral, pelo qual foram aprovados 22 docentes e

13 técnico-administrativos do IFFar.

Por fim, visando a incentivar ações de desenvolvimento dos servidores, a partir de capacitação e formação continuada, ações de práticas e aperfeiçoamento de gestão, projetos de saúde/segurança e qualidade de vida e projetos culturais, foi criado, em 2014, o Programa Institucional de Desenvolvimento (PIDes). Atualmente, ele é regido pela Resolução *ad referendum* nº 12/2020, efetivando-se por meio de cadastro em fluxo contínuo dos projetos e ações.

O PIDes prevê também fomento financeiro, regulamentado pela Resolução CONSUP nº 077/2019, concedido por edital semestral, correspondendo a 1% do valor de custeio de cada Unidade do IFFar. Em 2020, o valor correspondente a 1% do custeio de cada Unidade somou o total de R\$ 202.535,19 (duzentos e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos).

6.4.3. Levantamento de necessidades de desenvolvimento

Em agosto de 2019, a partir da edição do Decreto nº 9.991/2019, que revogou o Decreto nº 5.707/2006 e instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, as capacitações e qualificações dos servidores deverão estar previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), o qual foi cadastrado na plataforma conforme o prazo estabelecido.

Salienta-se que o PDP do IFFar deverá ser planejado e cadastrado a cada ano, o que será realizado a partir de consulta aos servidores sobre as demandas de capacitação e qualificação necessárias, bem como desenvolvimento de um grupo de trabalho que indique ações de capacitação na busca do atendimento aos objetivos institucionais, partindo das metas estabelecidas no PDI 2019-2026.

Por fim, destaca-se que, em 2020, considerando as questões que envolveram a pandemia da Covid-19, nenhuma ação de capacitação ocorreu de forma presencial, o que impactou diretamente no planejamento realizado em 2019, já que a totalidade de

servidores que buscaram capacitação foi na modalidade a distância.

6.4.4. Trabalho remoto

O ano de 2020, de fato, foi atípico, pois devido à classificação da Covid-19 como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a publicação do Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu o estado de calamidade do Brasil. Houve a necessidade de adoção de medidas profiláticas para redução de risco de contaminação com o Coronavírus e manutenção dos serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Uma das medidas foi a publicação, em 16 de março de 2020, da Portaria IFFar nº 0313, suspendendo as atividades presenciais por três semanas. Essa medida foi atualizada, pela Portaria IFFar nº 347, de 20 de março de 2020, que estabeleceu prazo indeterminado para o retorno das atividades presenciais no IFFar.

Nesse sentido, ante os inúmeros desafios que o trabalho remoto impôs frente à dramática situação de pandemia vivenciada pelo país, o IFFar constituiu, em março de 2020, o Comitê Institucional de Emergência (CIE), for-

mado por servidores da área de saúde, assistência estudantil, representantes do segmento técnico-administrativo e docente, bem como gestores de todos os campi da Instituição, com o objetivo de monitoramento permanente do quadro de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) e emissão de boletins semanais sobre esse tema e sobre eventuais impactos no funcionamento do IFFar. Também foi criado, em março de 2020, o Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida em tempos de Covid-19. Ele é composto por servidores de diversas áreas, tais como: psicologia, educação física, educação/ações inclusivas, comunicação, terapias alternativas, saúde e segurança do trabalho. O comitê desenvolveu e segue desenvolvendo várias ações de apoio a servidores e estudantes, oportunizando momentos de formação, de esclarecimento, de organização, de atendimento psicológico, de momentos de interação, de expressão, de autoconhecimento, assim como apoiou e desenvolveu em conjunto atividades culturais, entrevistas, mesas de debate, lives, campanhas e outras atividades, ao longo do ano de 2020 e início de 2021. Duas ações se destacam no

trabalho deste comitê: os atendimentos psicológicos e o quadro “Cuide-se em casa”. Os atendimentos psicológicos são realizados, desde o início, pelos profissionais da área, lotados em vários campi do IFFar, os quais trabalham em conjunto e em regime de escala, para atender, a distância, estudantes e servidores do IFFar. Os psicólogos também participam das demais ações do comitê. E o quadro “Cuide-se em casa” organiza, desenvolve e/ou apoia, semanalmente, as ações na área da saúde e desenvolvimento humano elencadas acima.

Em setembro de 2020, após nova avaliação da situação pandêmica e necessidade do retorno presencial de algumas atividades, foi publicada a Portaria Eletrônica nº 112, que estabelece e regula as atividades essenciais que podem ser realizadas de forma presencial enquanto perdurar a referida situação. Isso possibilitou uma retomada, ainda que muito gradual, ao trabalho presencial em algumas instâncias essenciais, assegurando-se de forma primordial a segurança e saúde de todos os servidores e colaboradores.

A partir da condição de trabalho remoto, foram expedidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal do Ministério da Economia (SGDP/ME), as Instruções Normativas nº 19, 20 e 21, as quais orientaram e atualizaram diversas questões de ordem funcional.

Assim, desde março de 2020, o IFFar encontra-se em trabalho remoto, condição que foi orientada e regradada em outubro de 2020, pela Instrução Normativa do Gabinete da Reitoria do IFFar nº 15. Isso garantiu que todos os servidores se mantivessem no exercício de suas funções de trabalho mesmo que de maneira *home office*, assegurando a continuidade da prestação dos serviços à sociedade. Essa medida foi formalizada pelo Conselho Superior do IFFar, a partir da Resolução nº 040/2020, que aprovou e orienta a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas de forma exclusivamente remota (exceto as essenciais) até 31/12/2020.

6.4.5. SIASS e a política de qualidade de vida dos servidores do IFFar

O SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal - instituído pelo Decreto nº 6.833, de 29/04/2009, tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em Lei.

A portaria SRH nº 797, de 22 de Março de 2010, que institui o Manual de Perícia Oficial em Saúde objetiva orientar os órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) quanto aos procedimentos relativos à perícia médica e odontológica, de que trata o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90).

Nesse sentido, a partir de planejamento alinhado com organização da força de pessoal, em agosto de 2019, o IFFar tornou-se unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal (SIASS), com isso, passou a atender as demandas institucionais da área de saúde, qualificando o trabalho já corrente.

Por fim, dentro da Política de Qualidade de Vida no Trabalho do IFFar, em 2020, foram realizadas diversas ações institucionais, mesmo que de maneira remota, através de lives pela Web TV do IFFar, em parceria com todas as unidades do IFFar e com o Comitê de Saúde Mental, visando à promoção e à manutenção da saúde, da segurança e da qualidade de vida dos servidores.

tema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), com isso, passou a atender as demandas institucionais da área de saúde, qualificando o trabalho já corrente.

6.4.6. Segurança no Trabalho

O IFFar conta com uma equipe de segurança do trabalho, que é constituída por uma engenheira e uma técnica de segurança do trabalho. A área de Segurança do Trabalho corresponde ao conjunto de ciências e tecnologias que têm por objetivo proteger o servidor em seu ambiente laboral, buscando minimizar e/ou evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Ao longo do ano de 2020, diversas ações foram realizadas, destacando-se:

1 - Elaboração de laudo de avaliação ambiental: analisa as condições de exposição dos servidores a agentes insalubres e/ou perigosos, com a finalidade de caracterizar e enquadrar as atividades e os servidores, referente à concessão de adicionais ocupacionais, além da sugestão de medidas de controle e equipamentos de proteção individual e coletiva recomendados para uso no setor. Nesse ano, foi elaborado e entregue o Laudo de avaliação ambiental da Reitoria e Ensino a Distância - EaD.

2 - Envio de *e-mails* informativos relacionados à segurança do trabalho: objetiva a constante comunicação, levando informações e dicas de segurança do trabalho a todos os servidores do IFFar, os quais podem ser úteis no dia a dia de trabalho de cada servidor. No ano de 2020, há registro de envio de 13 *e-mails* para a lista geral de servidores (um por mês e um extra) informativos com diversos assuntos, incluindo questões relativas a cuidados durante a pandemia.

3 - Análise e emissão de parecer sobre a manutenção, ou não, de adicional ocupacional diante da emergência pública (Pandemia Covid -19): questão suscitada em função do Art. 5º, I, da Instrução Normativa SGD/ME nº 28, de 25 de março de 2020, a qual vedou o pagamento de adicionais ocupacionais para os servidores que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais. Já com a publicação da Instrução Normativa SGD/ME nº 109, de 29 de outubro de 2020, houve a autorização do pagamento do adicional para os dias em que o servidor se deslocar ao trabalho, desde que obedecida a carga horária mínima, ou seja, tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho diária.

4 - Parecer quanto às atividades desempenhadas pelas Intérpretes de Libras diante da situação de emergência pública (Pandemia Covid-19), quanto ao desenvolvimento de suas atividades no que diz respeito às questões ergonômicas do trabalho executado.

5 - Parecer sobre as medidas necessárias à prevenção de contágio decorrente do novo Coronavírus (Covid -19) em atividades de construção civil.

Ainda, com o intuito de estabelecer normas e procedimentos para a realização da concessão dos adicionais, está em elaboração uma minuta de instrução normativa referente aos adicionais ocupacionais, objetivando constituir um normativo interno mais amplo, que auxilie em todo o processo de concessão citado.

Por fim, ante a situação pandêmica, a segurança do trabalho atuou ativamente nas Comissões criadas pela Instituição com o objetivo de monitoramento e proposição de ações de enfrentamento à Covid-19, sendo elas: Comitê Institucional de Emergência (CIE); Comissão Institucional de Acompanhamento Periódico das Ações de Mitigação de Risco de Covid -19; Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida em tempos de Covid -19; Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do novo coronavírus – Covid-19/IFFar.

6.4.7. Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (CAGEPE)

O CAGEPE é uma instância colegiada, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade colaborar para a inovação e o aperfeiçoamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, também de promover o desenvolvimento institucional ético e responsável e de zelar pela correta execução das políticas de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Farroupilha, interagindo com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, com a Diretoria de Gestão de Pessoas e com as Direções de Planejamento e Desenvolvimento Institucional nas unidades do IFFar.

Enquanto boa prática da gestão, o CAGEPE realiza reuniões semanais, iniciativa denominada “Café Virtual”, que objetiva oportunizar a gestão democrática e dialogada com todas as unidades, promovendo momentos informativos, propositivos e de aprimoramento dos conhecimentos, a partir de temáticas que envolvem a Diretoria de Gestão de Pessoas, a Coordenação de Administração e Pagamento, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e as Coordenações de Gestão de Pessoas da reitoria e dos onze campi.

6.5. Desafios e perspectivas

Em consonância com o PDI 2019-2026, a área de pessoal possui os seguintes desafios e ações para implementar:

Desafios:

- » Criar um Programa de Preparação para Aposentadoria;
- » Aprimorar progressivamente a utilização dos recursos de capacitação;
- » Revisar a Política de Gestão de Pessoas, documento norteador das ações que envolvem a área de pessoal no IFFar;
- » Implementar o Programa de Gestão, possibilitando a realização do teletrabalho no IFFar.

Ações futuras:

- » Intensificar a articulação junto às unidades do IFFar para a proposição de ações e projetos envolvendo a Qualidade de Vida do Trabalhador (QVT), com o objetivo de oportunizar o protagonismo dos servidores na promoção de bem-estar e de satisfação com o ambiente de trabalho;
- » Retomar o Curso de Formação de Gestores, que já teve uma edição organizada por comissão específica para tal objetivo, ampliando-o;
- » Realizar o dimensionamento da força de trabalho.

7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.1. Conformidade legal e detalhamento das licitações e contratos

Em função de suas especificidades, optou-se, no IFFar, por uma estrutura organizacional descentralizada, em que cada unidade institucional participa diretamente na elaboração e na execução dos seus processos licitatórios e gestão de contratos, estando submetidos às determinações da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

No âmbito do institucional, as compras são realizadas de forma compartilhada, na qual as unidades licitam bens e serviços comuns a todos de forma conjunta e colaborativa. Essa metodologia é utilizada para reunir as requisições que contemplem o mesmo objeto, visando à evitar repetições constantes de licitações ou até mesmo fracionamento de despesa. Já as ações de gestão, execução e acompanhamento das contratações e ou/contratos são realizadas de forma descentralizada.

No intuito de dirimir possíveis riscos, vem-se trabalhando no acompanhamento das ações, bem como na capacitação de servidores e no monitoramento dos mapas de risco. Ao longo do exercício de 2020, foram finalizados 151 processos licitatórios e aquisições diretas, e realizadas 146 adesões tardias, todos regidos pela Lei nº 8.666/93. Desses, 86 foram relacionados a compras diretas. Os principais tipos de contratações diretas estão relacionados à energia elétrica, água e esgoto, capacitações e despesas de baixo valor.

O IFFar possui atualmente um considerável número contratos em execução e acompanhamento. O principal fator está relacionado à descentralização dos procedimentos e competências e à decisão institucional de que as principais despesas devem estar vinculadas a contratos. Uma parcela significativa desses instrumentos está relacionada às despesas continuadas da instituição como: energia elétrica, vigilância, limpeza e conservação, entre outros.

Tabela 8 - Quantidade de processos licitatórios finalizados por modalidade de licitação no IFFar, em 2020

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	%
Compras Diretas	86	56,95
Pregão	44	29,14
Demais Modalidades	21	13,91
TOTAL	169	100%

Fonte: DCLC/Coordenações.



Tabela 9 - Total de servidores e capacitações realizadas no setor de licitações e contratos em 2020

SETOR/ATIVIDADE	SERVIDORES	CAPACITAÇÕES	CAPACITAÇÃO POR SERVIDOR
Compras e Licitações	27	19	0,70
Gestão de Contratos	14	02	0,14
TOTAL	37	21	0,57

Fonte: DCLC/Coordenações.

Tabela 10 - Número de contratos executados e acompanhados no IFFar em 2020

QUANTIDADE/ANO	2016	2017	2018	2019	2020
Contratos	472	445	514	465	462
Fiscais	236	309	290	285	354
Terceirizados	419	365	384	382	263
MÉDIA DE FISCAIS POR CONTRATO	2	1,44	1,77	1,63	1,31

Fonte: DCLC/Coordenações.

7.2. Modalidades de licitações

A execução orçamentária classificada por modalidade possibilita ao gestor analisar a totalidade da despesa, comparando-as de forma que se visualize as principais formas de con-

tratação do instituto. A tabela, a seguir, mostra as despesas executadas e pagas pelas referidas modalidades de contratação.

Destaca-se que o item Pagamento em Folha informa aquelas despesas relacionadas ao grupo de natureza de despesas 1(um). Algumas

despesas que são pagas via folha de pagamento, como os auxílios transporte, alimentação, saúde, creche, funeral e outros, ficam informados no quadro como Outros. Assim, o valor real realizado via Folha de Pagamento, no exercício de 2020, foi de R\$ 272,05 milhões, dos quais, R\$ 13,95

milhões estão dispostos como outras modalidades.

Em 2020, observa-se que 79,08% das despesas se referem a Pagamento em Folha e 10,47% a Pregão. Porém, quando descontados do Total das Despesas, as modalidades de licitação Pagamento de Pessoal e

Tabela 11 - Despesas executadas e pagas por modalidade de licitação realizadas pelo IFFar no período de 2018 a 2020, em reais.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPEZA EXECUTADA			DESPEZA PAGA		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
1. Modalidade de Licitação	39.560.528,14	42.140.696,78	38.894.032,55	16.923.748,91	28.353.897,16	28.110.455,59
Pregão	34.188.273,33	38.128.574,62	34.288.694,52	16.754.198,25	26.411.198,71	27.434.718,55
Tomada de Preços	3.618.512,93	3.726.242,51	1.962.424,25	169.550,66	1.865.282,95	
Concorrência	1.753.741,88	285.879,65	2.642.163,78		77.415,50	674.987,04
Concurso			750,00			750,00
2. Contratações Diretas	9.240.545,78	8.725.288,59	7.341.826,37	4.483.470,76	6.350.388,57	6.295.361,89
Inexigibilidade	4.642.485,45	5.555.888,08	3.674.552,01	2.449.361,48	3.909.265,20	3.205.411,48
Dispensa de Licitação	4.598.060,33	3.169.400,51	3.667.274,36	2.034.109,28	2.441.123,37	3.089.950,41
3. Pagamento de Pessoal	258.154.665,73	249.356.241,69	227.896.336,25	239.478.147,13	228.905.212,46	208.785.231,38
Pagamento em Folha	258.097.512,03	248.925.755,13	226.973.218,99	239.420.993,43	228.474.725,90	207.862.729,29
Diárias	57.153,70	430.486,56	923.117,26	57.153,70	430.486,56	922.502,09
4. Outros*	19.482.173,41	22.314.934,03	22.223.275,45	17.980.538,68	18.345.750,56	20.088.105,21
5. TOTAL DAS DESPESAS	326.437.913,06	322.537.161,09	296.355.470,62	278.865.905,48	281.955.248,75	263.279.154,07

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Auxílios, Benefícios e precatórios, o Pregão passa a representar 62,86% do Total das Despesas Executadas em 2020, enquanto as contratações diretas perfizeram 16,99%.

Em relação à despesa com Diárias, houve uma redução de 86,72% no exercício de 2020 quando com-

parada com 2019, que, em termos absolutos, representa uma diminuição de R\$ 373.332,86 (Trezentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e seis centavos). Esse fato se deve à reorganização das atividades administrativas como reuniões e eventos internos, participação

de servidores em eventos nacionais e internacionais, capacitações de servidores fora de sede, em virtude da pandemia de Covid-19. Nesse mesmo contexto, houve redução significativa nas despesas com locomoção.

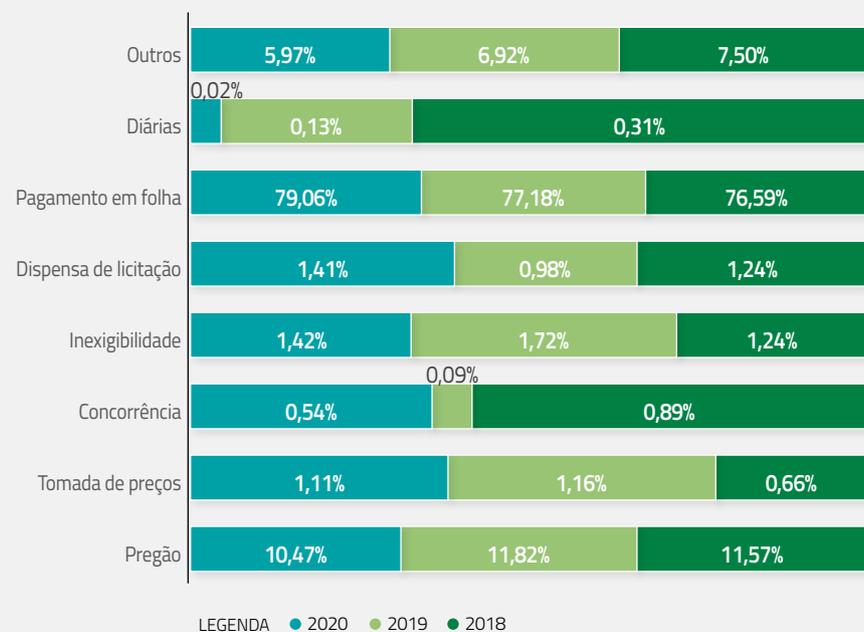
O valor elevado da modalidade de licitação "Outros" apresentada nesta seção está diretamente relacionado aos valores de auxílios, benefícios e assistência aos servidores, que somam R\$ 12,50 milhões de reais, ou seja, 64,17% do seu total. Além dessa despesa, cita-se, ainda, auxílios financeiros a estudantes, auxílio pesquisador, bolsas e auxílios a pesquisa que, juntos, somam R\$ 5,46 milhões, representando 28,23% do total da modalidade de licitação "Outros".

Os montantes referentes à modalidade de licitação Contratações Diretas somam R\$ 9,24 milhões (2,83% do total empenhado e 13,53% quando descontadas as despesas com Pagamento de Pessoal). Tais contratações representam basicamente os serviços de energia elétrica, água e esgoto, publicidade legal, locação de espaço público e outros insumos básicos passíveis de contratação por essas modalidades. Ao comparar os últimos

três exercícios, percebe-se que houve evolução significativa de 25,86% nas Contratações Diretas entre os anos 2018 e 2020. Esse movimento está diretamente relacionado ao aumento das despesas com a contratação de fundação para execução de projetos de pesquisa e ensino, locação de espaço para a sede da reitoria, além de algumas despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia. Já, em relação aos exercícios 2019 e 2020, houve uma evolução de 5,90% nas despesas desta modalidade de licitação.

Quanto às modalidades de licitação Concorrência e Tomada de Preços, diretamente relacionadas a obras, o valor executado em 2020 foi de R\$ 5,37 milhões (ou 33,90% superior ao exercício de 2019). Porém, com relação à despesa, essas modalidades representam aproximadamente 1,65% do total das despesas executadas. De uma maneira geral, a variação positiva do orçamento executado entre 2020 e 2019 foi de 1,21%, influenciado predominantemente pelas despesas de Pagamento de Pessoal que cresceu em 3,53% aproximadamente.

Gráfico 11 - Percentual executado por modalidade de contratação no IFFar entre os anos 2018 a 2020



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

7.3. Ações desenvolvidas na área de compras, licitações e contratos

Ao iniciar o exercício de 2020, perceberam-se algumas fragilidades em relação ao quantitativo de servidores necessários para a realização das demandas, acatamento da normatização e procedimentos internos da instituição. Além disso, sobrevieram modificações profundas na legislação quanto à forma de contratar da administração pública. Desse modo, foram implementadas as seguintes ações visando a suprir tais fraquezas:

- » Divulgação e treinamento referente à Instrução Normativa nº 01/2019, que estabelece os procedimentos, fluxos e competências para a consolidação do Plano Anual de Contratações – PAC;
- » Realização de reunião com Comitê Assessor de Administração (CAAD), para discussão das prioridades das ações e alinhamento para elaboração do Plano Anual de Contratação – PAC;

» Continuidade dos processos de licitações de forma conjunta, visando à economia processual de forma geral. Além disso, cabe destacar os ganhos institucionais desta forma de licitar em que se dispõe de praticamente os mesmos bens e serviços, retratando, assim, a identidade institucional. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

- Análise semestral dos relatórios das Coordenações da Reitoria, para monitoramento das ações executadas pelas unidades;
- Análise prévia da minuta do Termo de Referência das licitações conjuntas;
- Sempre que necessário foi solicitado atualização das planilhas de execução em tempo real;
- Reuniões periódicas com os setores de licitações e contratos para apresentação do PAC das unidades e definição dos objetos licitatórios para elaboração da minuta do cronograma de licitações institucionais;
- Elaboração do cronograma de Licitações Conjuntas para o exercício e posterior emissão de Ordem de Serviço com as definições de licitantes;
- Designação formal dos Gestores de Compras das unidades.

» Readequação da estrutura de aquisições, inclusive planejamento dessas, bem como definição de forma centralizada de licitações para atender as regras indicadas pelo Ministério da Economia, por meio da Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019.

7.4. Desafios e perspectivas

As particularidades e necessidades específicas de cada unidade constituem um importante desafio da gestão de licitações e contratos, considerando o atual quantitativo de 11 unidades contratantes. Além disso, entende-se que a integração de compras entre os órgãos federais resultaria em consideráveis ganhos de escala.

Coloca-se como desafiador também o fato de que a restrição orçamentária (também chamada de contingenciamento), no âmbito da Administração Pública Federal, vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

Mais um desafio é a carência de pessoal qualificado para atuar na área. Somando-se a isso, tem-se

o elevado número de processos e atividades desenvolvidas por servidor, as instabilidades nos sistemas governamentais e as recorrentes mudanças da legislação. Tais fatores são indicados como fraquezas enfrentadas pelo IFFar na gestão de licitações e contratos.

A implantação de Programa de Gestão de Contratações é um dos principais desafios da Gestão do IFFar para os próximos anos. Nesse sentido, o aperfeiçoamento da estrutura e o planejamento de compras se tornaram indispensáveis para efetivação das ações. Da mesma forma, o redimensionamento e a centralização de licitações no âmbito do IFFar, bem como a reestruturação dos fluxos e procedimentos é um desafio para 2021; ao mesmo tempo em que se tornam oportunidades de garantir eficiência e eficácia nas contratações institucionais.

Por fim, outro desafio importante é reduzir a um contrato por fiscal em 2021. Para tanto, a instituição buscará manter pelo menos uma capacitação por servidor envolvido nas atividades de compras, licitações e contratos.

» 8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

8.1. Conformidade legal

O Instituto Federal Farroupilha adota as algumas normas e mecanismos internos para prevenir irregularidades no controle patrimonial. Toda a apropriação, seja de aquisição de material de consumo, seja de aquisição permanente, segue obrigatoriamente o seguinte fluxo:

» O setor de Patrimônio recebe o material, verifica a regularidade das quantidades e especificações, atesta a nota fiscal e lança o material no sistema de controle (tombamento). Após esses procedimentos, o setor de contabilidade analisa e verifica eventuais equívocos e repassa a demanda para a execução o financeira apropriar no SIAFI, com a indicação da conta correta, subitem correto e outras indicações necessárias para evitar inconsistências;

» Adota-se uma data de corte para o repasse referido acima, que é todo dia 25 de cada mês, a fim de evitar que a nota fiscal seja lançada no sistema de Controle Patrimonial e deixe de ser lançada no SIAFI;

Quando alguma inconsistência nesse fluxo é constatada, ou alguma diferença de lançamento acontece entre SIAFI e Sistema de Controle Patrimonial é verificada, o setor de contabilidade fica responsável pelo devido ajuste, quando possível, ainda dentro da competência na qual ocorreu o fato.

Quanto ao desfazimento de ativos, segue-se as normas expostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público. Essas normas também constam no Manual do Patrimônio próprio do IFFar, no qual consta:

“Seção IX - Da Alienação de Bens Móveis.

Art. 79 - Alienação de bens é feita com base no Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

§ 1º - O material considerado genericamente inservível, para a repartição, órgão ou entidade que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como:

I – ocioso, quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;

II – recuperável, quando sua recuperação for possível e orçar, no máximo, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;

III – antieconômico, quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;

IV – irrecuperável, quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

§ 2º - O material classificado como ocioso ou recuperável será cedido a outros órgãos que dele necessitem, observado o disposto na Subseção VI alusivo à Cessão.

§ 3º - Os microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, respectivo mobiliário, peças-partes ou componentes, Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais classificados como ociosos ou recuperáveis, poderão ser doados a instituições filantrópicas, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que participem de projeto integrante do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.

§ 4º - Deve-se relacionar os bens, listando o número de tombamento,

descrição, valor e condição de uso de acordo com sua classificação em listagens separadas, solicitando seu recolhimento.

Art. 80 - O disposto nesta seção dispõe acerca de bem público classificado como móvel.

Art. 81 - Os materiais dependerão de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, sem olvidar e contrariar as disposições legais:

I – doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

II – permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

III – venda de bens produzidos ou comercializados por unidades gestoras do Instituto Federal Farroupilha, em virtude de suas finalidades;

IV – venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

Art. 82 - Os materiais destinados à alienação devem fundamentar-se explicita e circunstanciadamente no interesse público previamente justificado.”

8.2. Principais investimentos de capital

O IFFar investe em obras seguindo o Plano de Desenvolvimento Institucional, com intuito de ampliar a infraestrutura de forma planejada, para atendimento de suas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. Da mesma forma, adquire materiais permanentes, para dar suporte a todas as atividades-meio e finalística, buscando a eficiência administrativa e educacional, por meio da qualidade dos serviços que presta para as comunidades e regiões onde atua.

Ao longo de 2020, o IFFar investiu R\$ 19,34 milhões de reais em obras de construção, ampliações, adequações e manutenção de espaços físicos, bem como em compra de acervo bibliográfico, móveis, equipamentos e bens diversos, com a finalidade de garantir as atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas.

Os investimentos foram realizados tendo como base dois eixos estratégicos fundamentais: (1) Sustentabilidade Orçamentária e Financeira e (2) Infraestrutura. Esses investi-

mentos visam a garantir o funcionamento e a manutenção de projetos institucionais estratégicos e a adequar a infraestrutura para o crescimento e manutenção do IFFar, conforme constam no PDI 2019-2026.

Do orçamento despendido em investimento no exercício de 2020, R\$ 5,29 milhões foram investidos em obras, R\$ 7,68 milhões em equipamentos, mobiliários diversos, acervo bibliográfico e soluções de TIC. Também foram gastos recursos para manutenção de bens móveis e imóveis, assim como foram utilizados para aquisição de equipamentos e manutenção e adequação dos espaços físicos para garantir infraestrutura apropriada para a realização das atividades institucionais. Foram utilizados R\$ 4,87 milhões de reais em adequações e manutenção de imóveis e instalações, e foram executados aproximadamente R\$ 1,5 milhões em manutenção de bens móveis e equipamentos, inclusive de TIC.

O orçamento de investimento em obras e instalações foi direcionado para a finalização de três obras em andamento e uma obra paralisada, assim como para o início de seis novas obras, para as quais apenas duas

Tabela 12 – Total dos dispêndios em obras, instalações e manutenção das estruturas do IFFar, para os anos 2019 e 2020, em milhões de reais.

EXERCÍCIO	2020		2019	
	Executada	Paga	Executada	Paga
Despesas/Subitem				
Obras e instalações	5,29	0,15	4,29	2,25
Manutenção de imóveis e instalações	4,87	1,64	5,05	1,59
Total	10,16	1,79	9,34	3,84

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

foram empenhados valores parciais. Assim, o orçamento beneficiou a continuidade e/ou conclusão de obras e a instalação de infraestrutura necessárias às atividades administrativas, de ensino, pesquisa extensão e de assistência ao estudante.

O valor expressivo em manutenção de imóveis e instalações se deve ao fato de as instalações possuírem necessidades dispendiosas de manutenção, como no caso de campi mais antigos, a saber: Alegrete, São Vicente do Sul, Júlio de Castilhos e Frederico Westphalen. Além disso, os demais campi, apesar de mais recentes, já possuem instalações que superam 10 anos.

O dispêndio com aquisições de equipamentos, móveis e demais itens de investimento, bem como a manu-

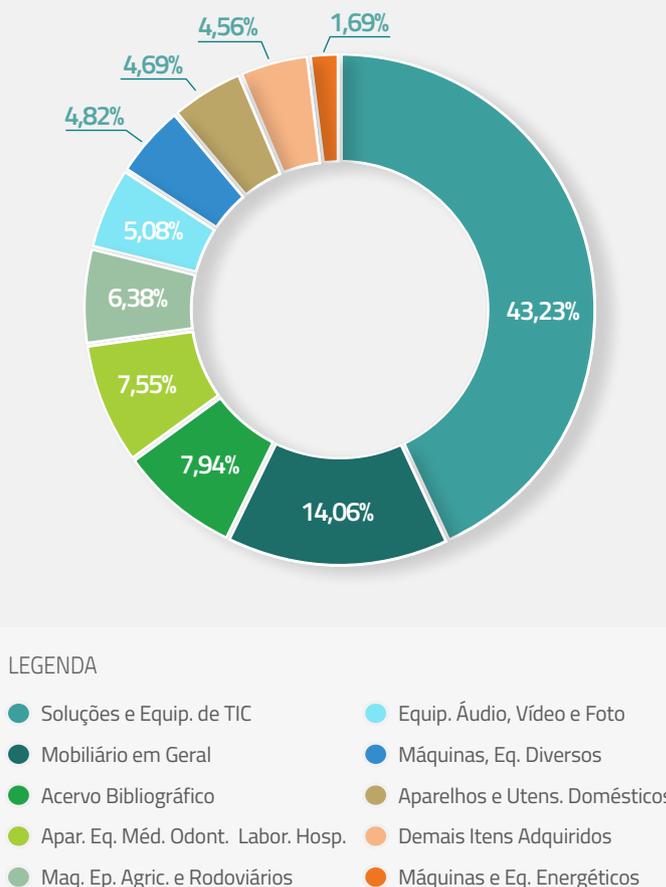
tenção de outros bens, constituiu o montante de R\$ 9,18 milhões de reais. As principais despesas estão relacionadas a soluções e equipamentos de TIC, mobiliários em geral, equipamentos para laboratórios e acervo bibliográfico. Destaca-se que o IFFar priorizou as demandas de acervo bibliográfico para os cursos superiores em fase de reconhecimento e disponibilização de laboratórios para as atividades de práticas profissionais.

Tabela 13 - Total dos dispêndios com equipamento e mobiliários no IFFar, exercício de 2020, em milhões de reais

DESPESAS/SUBITEM	EXECUTADA	PAGA
Soluções e Equip. de TIC	3,32	0,29
Mobiliário em Geral	1,08	0,21
Acervo Bibliográfico	0,61	0,08
Apar. Eq. Méd. Odont. Labor. Hosp.	0,58	0,04
Maq. Ep. Agric. e Rodoviários	0,49	0,02
Equip. Áudio, Vídeo e Foto	0,39	0,06
Máquinas, Eq. Diversos	0,37	0,01
Aparelhos e Utens. Domésticos	0,36	0,03
Demais Itens Adquiridos	0,35	0,10
Máquinas e Eq. Energéticos	0,13	0,03
Manutenção de Eq. e Mobiliários	1,5	0,68
TOTAL	9,18	1,55

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Gráfico 12 - Distribuição dos dispêndios com equipamentos e material permanente



Principais resultados das ações de infraestrutura realizadas no IFFar

- » Aprimoramento da infraestrutura dos campi e Reitoria;
- » Disponibilização de novos espaços para as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão;
- » Ampliação da quantidade e qualidade de laboratórios e equipamentos para as atividades práticas e profissionais;
- » Melhoria das instalações;
- » Licitação para continuidade de obra que estava paralisada no campus;
- » Entrega para a comunidade de cinco novas instalações para as atividades institucionais;
- » Licitação de seis novas obras;
- » Instalação de micro usinas geradoras de energia fotovoltaicas em uma unidade e sete em fase de implantação.

Gráfico 13 - Obras e serviços de engenharia em execução no IFFar em 2020

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM EXECUÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA ATÉ 31/12/2020					
Obras em execução					
UNIDADE	OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO	VIGÊNCIA	METRAGEM	VALOR (R\$)
Alegrete	Prédio da Biblioteca	47% concluída	22/06/2022	1.435,57	2.303.263,20
São Borja	Passarelas e coberturas para ligação entre prédios	OS para 2021	31/12/2021	285,00	500.663,25
Panambi	Almoxarifado de Química	OS para 2021	31/12/2021	250,00	304.011,88
Santo Ângelo	Prédio de Salas de Aula	OS para 2021	31/12/2021	622,09	1.491.933,30
Santo Ângelo	Rede Elétrica de Média Tensão	Iniciada	05/06/2021	140,00	290.257,16
Santo Augusto	Reforma e ampliação do prédio Administrativo (Prédio D)	Iniciada	02/11/2021	656,94	823.388,88
Santo Augusto	Reforma do refeitório e adequação de rede de gás	OS para 2021	31/12/2021	720,00	476.983,69
TOTAL					6.190.501,36

Obras Paralisadas					
UNIDADE	OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO	VIGÊNCIA	METRAGEM	VALOR (R\$)
São Vicente Do Sul	Terminal Rodoviário	92,78% concluída	05/06/2019	1.600,00	409.029,38
TOTAL					409.029,38
Obras Finalizadas em 2020					
UNIDADE	OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO	VIGÊNCIA	METRAGEM	VALOR (R\$)
São Vicente Do Sul	Salas de Aula Engenharia Rural	100%	02/06/2020	624,00	1.208.464,15
Uruguiana	Quadra Poliesportiva Coberta	100%	29/01/2020	1.114,41	1.427.851,66
Santo Ângelo	Centro de Saúde	100%	08/12/2020	385,57	1.136.276,75
Santo Augusto	Reforma Quadra Poliesportiva	100%	10/03/2020	720,00	356.372,84
Reitoria	Reforma Tecnoparque	100%	31/07/2020	443,55	282.295,99
Júlio De Castilhos	Refeitório (remanescente)	100%	31/03/2020	1.622,52	1.317.630,13
Panambi	Reforma Cobertura Prédio Adm	100%	27/05/2020	840,00	256.253,92
TOTAL					5.985.145,44

Fonte: Simec obras/Coordenação de Engenharia.

O IFFar possui atualmente sete obras e/ou adequações de instalações em andamento e uma obra paralisada, que está em fase de ajustes para recebimento definitivo. Destaca-se que, no ano de 2020, sete obras foram concluídas.

8.3. Gestão do patrimônio imobiliário da união

No âmbito do IFFar, cada Unidade Gestora tem seu Setor Responsável pela gestão e controle do patrimônio móvel e imóvel, os quais são subordinados à Coordenação de Infraestrutura da Reitoria do Órgão. Os imóveis do instituto estão distribuídos em 11 municípios sede dos campi nas regiões Centro, Oeste, Norte e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A Reitoria está situada na cidade de Santa Maria e funciona em dois prédios alugados.

O registro dos imóveis no SPIU-NET passou por uma reorganização de informações e lançamento dos RIPS de utilização, e foram adotadas as orientações da SPIU para a inclusão de registros e a readequação dos RIPS. Salienta-se que os processos

de regularização das obras junto às prefeituras são encaminhados na sua finalização. Porém, cada município possui regras diferentes, e muitos processos encontram-se parados devido aos trâmites próprios de cada processo, de forma que o registro em cartório fica comprometido.

É mister indicar que os lançamentos contábeis estão de acordo com o que preconiza as regras da contabilidade pública, bem como os registros no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União -SPIU. Outro aspecto relevante se refere à gestão do uso dos imóveis, e a deterioração das instalações é algo que preocupa a gestão, visto que os prédios do IFFar são acessados por milhares de alunos, todos os anos, e esse uso gera despesas com manutenção. Além disso, existe a ocorrência da própria degradação causada pelo tempo transcorrido, que deve ser minimizada com ações preventivas de conservação. Para resolver ou diminuir esses problemas, as unidades contam com Contratos de Manutenção Predial.

Destaca-se que, no ano de 2020, iniciou-se a reavaliação dos imóveis,

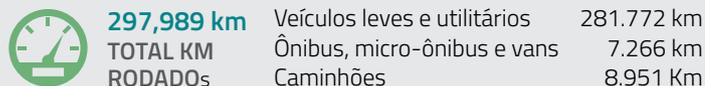
a qual deverá ser finalizada e lançada durante o exercício de 2021. Observa-se que as atividades foram comprometidas em virtude da pandemia de Covid-19.

8.4. Gestão da frota de veículos do IFFar

O IFFar conta com uma frota de 99 veículos de serviços comuns, incluindo automóveis, vans, ônibus, micro-ônibus e camionetes e 4 veículos de carga. Para o acompanhamento das despesas, os veículos leves e utilitários, veículos de carga e vans, ônibus e micro-ônibus são divididos em categorias. Tal decisão busca observar de forma mais adequada as despesas com manutenção e combustível.



Gráfico 14 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos automotores próprios do IFFar em 2020



Custo médio por veículo	R\$ 8.663,53
Custo médio com manutenção	R\$ 5.373,44
Custo médio com combustíveis e lubrificantes	R\$ 3.290,09
Custo médio por km rodado	R\$ 2,99

Fonte: Setor de Gestão de Frotas

Observa-se que o IFFar possui uma frota já antiga e com muitos anos de uso, o que resulta em alto valor de manutenção. Ressalta-se que a média anual de quilometragem rodada geral foi de 2,893km rodados por veículo. Em anos anteriores, observou-se uma alta quilometragem rodada pelas viaturas. Diferentemente disso ocorreu em 2020, já que a redução das atividades presenciais ocasionou redução significativa na média de quilometragem rodada pelas viaturas.

A despesa média com combustível por veículo em 2019 foi de R\$ 3.290,09 reais, gerando um gasto médio por km rodado de R\$ 1,14. Enquanto o gasto médio com manutenção por km rodado chegou a R\$ 1,86. Dessa forma, o custo médio por km rodado, considerando apenas manutenção e combustível, é de aproximadamente R\$ 2,99. Cabe ressaltar que não estão computados nesse valor os cálculos relativos à depreciação, ao investimento com a aquisição dos veículos e as despesas com motoristas terceirizados. Não estão incluídos também as despesas relacionadas com a gestão da frota. Destaca-se que o IFFar está em processo de de-

envolvimento de metodologia para apuração dos custos relacionados. Não há no IFFar um plano formal aprovado de substituição de frotas. As aquisições de novas viaturas dependem de análise interna de cada campus, em virtude do planejamento das ações e do orçamento anual. O IFFar está em fase de implantação de um sistema de gestão de frotas, o qual foi iniciado em junho de 2018 e, no exercício de 2020, foram incluídas algumas funções, com a perspectiva de que, em 2021, seja implementado integralmente.

8.5. Locações de imóveis e equipamentos

Em 2020, o IFFar manteve duas locações de imóveis destinados às atividades administrativas da Reitoria e da Diretoria de Educação a Distância. No ano de 2019, durante os meses de janeiro e fevereiro, a instituição manteve a locação da sede anterior da Reitoria para a devida desocupação e manutenção conforme contrato, o que explica o aumento das despesas executadas com esta finalidade apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 15 - Despesas executadas com locação de móveis, imóvel, máquinas, equipamentos e *softwares* no IFFar, em milhões de reais



LEGENDA

- Locação de bens móveis, máq. e equipamentos
- Locação de imóveis

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

8.6. Mudanças e desmobilizações relevantes

Entre o final de 2018 e início de 2019, foi realizada mudança de sede da Reitoria, em virtude da definição de locação de um novo espaço para a Unidade administrativa e desmobilização da sede antiga. Esse novo contexto representou um incremento nas despesas com locação da ordem

de 30%. Porém, no médio prazo, em virtude da mudança de sede da Direção de Educação a Distância, ter-se-á uma redução significativa com aluguel e vigilância.

Em termos de qualidade de infraestrutura e espaço adequado e condizente com as atividades da Reitoria, houve um ganho significativo. Entre 2019, concretizou-se a ampliação do Centro de Referência de Santiago, com a mudança de sede. A nova sede é cedida pelo estado do Rio Grande do Sul. No Exercício de 2020 não houve desmobilização.

8.7. Principais desafios e ações futuras

Entre os principais desafios, o IFFar considera:

- » Definir critérios efetivos para priorização de despesas com investimento;
- » Iniciar novas obras;
- » Reiniciar obras paralisadas;
- » Atender as demandas institucionais por investimento;
- » Aprimorar as ações de gestão patrimonial de bens móveis e equipamentos.

A par dos novos desafios que têm sido apresentados aos gestores públicos, uma variada gama de instrumentos de gestão vêm sendo incorporada pelas instituições públicas, a fim de dotar seus administradores de maior capacidade gerencial. Nesse sentido, os sistemas de custos desempenham um papel-chave nos processos decisórios e na avaliação do desempenho institucional, pois permite quantificar os custos dos processos empreendidos e estabelece padrões de desempenho adequados e compatíveis com as expectativas da sociedade. Neste relatório, foram priorizadas as informações de custos referentes à despesa com o pessoal, custeio da máquina pública, despesas com investimento, tecnologia da informação e outros, sob o aspecto de avaliação que impactam a prestação dos serviços para a comunidade.

Quanto à apuração dos custos, a Coordenação de Contabilidade, junto à Pró-Reitoria de Administração, implantou ações para mensurar por departamento e por atividade os reais custos que incidem nas dependências e nas diversas atividades do IFFar, tanto nos setores de suporte, atividade-meio, administrativa e da

atividade-fim como ensino, extensão, pesquisa e assistência estudantil. A adoção de uma metodologia de setorização dos planos internos de trabalho permite visualizar o que foi gasto por setor e em que atividade os recursos foram aplicados. Outra ação nesse sentido é a criação de UGR que também setoriza e segmenta as Unidades Gestoras, permitindo visualizar como e onde os recursos estão sendo aplicados e qual o custo efetivo de cada setor e suas atividades na instituição. Nesse sentido, os PIs possibilitam análise de gastos por objetivo e metas dos PDI institucional.

8.8. Principais ações institucionais

Quanto às ações para enfrentar tais desafios, o IFFar prevê:

- » Planejamento de investimentos;
- » Captação de recursos extraorçamentários para atender as demandas institucionais;
- » Capacitação de servidores;
- » Efetividade na fiscalização de obras;
- » Aprimoramento da gestão de frotas;
- » Aprimoramento da gestão de imóveis.

» 9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1. Conformidade legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), instituída pelo quinto artigo do Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha, aprovado pela Resolução CONSUP nº 022/2016, é uma unidade pertencente à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável por:

- » Aquisição, manutenção e descarte de bens e contratação e fiscalização de serviços ligados à área da Tecnologia da Informação e Comunicação;
- » Viabilização, planejamento e manutenção do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- » Identificação de necessidades institucionais e proposição de políticas de Segurança da Informação e Telecomunicação;
- » Gerenciamento de investimentos, proposição de recursos e aquisições para ações de TIC;

» Gerenciamento de pessoas e recursos tecnológicos de TIC, entre outras competências previstas no artigo 32 do Regimento Geral da instituição.

O setor é composto por Técnicos de Informática e Analistas de Sistemas que atuam em diferentes frentes. A DTI possui uma Coordenação de Sistemas que é responsável pela gestão dos projetos de desenvolvimento de *softwares* institucionais. Além da gestão dos bens e serviços da Reitoria, a DTI também realiza ações de planejamento conjunto de futuras ações e acompanhamento nos campi da instituição.

9.2. Modelo de governança de TI

A governança da Diretoria de Tecnologia da Informação perpassa pelo modelo de planejamento existente no PDI 2019-2026, no qual constam as ações estratégicas do IFFar. Além disso, o PDTI ainda conta com o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI). A Diretoria também possui um documento

próprio para ações táticas da área da Tecnologia da Informação e Comunicação, denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), onde consta o planejamento de ações da área para um período de três anos.

O modelo implantado a partir do PDTI 2020-2022 planejou as necessidades táticas para o atendimento das metas e dos objetivos estratégicos do PDI 2019-2026. É importante salientar que através desse modelo de governança, as ações capitaneadas pela DTI e CGTI tem alinhamento estratégico aos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

9.3. Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos investidos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFar totalizaram R\$ 5.312.404,77 (cinco milhões, trezentos e doze mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e sete centavos) em bens e serviços, sendo R\$ 745.875,16 (setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos) destinados às

demais unidades. Tais recursos foram aplicados seguindo as necessidades:

- » Ampliação da infraestrutura física de TI;
- » Aquisição e manutenção do parque computacional e
- » Aquisição de materiais de consumo, em conformidade ao documento de gestão tática de tecnologia da informação.

Dessas metas, os recursos foram distribuídos conforme a disponibilidade. Durante o exercício de 2020, houve o contingenciamento dos recursos institucionais e, quando ocorreu a liberação, não houve tempo hábil para destinação de sua totalidade conforme o planejamento inicial do referido ano. Dessa forma, das quatro necessidades, uma foi atendida para além do objetivo financeiro planejado. Trata-se da manutenção de parque computacional.

Outras necessidades, em função do contexto sócio-político-econômico, não foram alcançadas, a exemplo da meta de ampliação da infraestrutura física de TI e aquisição de *softwa-*

res. Considerando a diminuição das verbas destinadas a investimento, necessidades como essas tiveram sua efetivação diminuída. A análise detalhada de todas as necessidades, bem como os percentuais de valores aplicados pode ser encontrada no Relatório de Resultados do PDTI.

9.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI

No exercício de 2020, ocorreu a extensão do prazo do contrato da empresa de desenvolvimento, para dar continuidade à atualização e à customização do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e todos seus subsistemas. Destaca-se, ainda, a aquisição de computadores desktops e notebooks como parte da renovação do parque tecnológico da Reitoria e do Centro de Referência de Santa Maria. Foram também adquiridos diversos itens de consumo para substituição dos itens defasados ou defeituosos.

9.5. Principais iniciativas e resultados na área de TI

Durante o exercício de 2020, foi configurada a plataforma de eleições

(Helios) para ser utilizada durante o pleito eleitoral de Diretores dos campi e Reitor(a). Durante o exercício, também foram criados cerca de 15.000 (quinze mil) *e-mails* para os discentes da instituição e configuração do domínio *iffar.edu.br* após mediação junto ao Google para aumentar o limite de contas de *e-mail*. Neste exercício, também ocorreram diversas intervenções junto às unidades do IFFar para formações a respeito do uso dos sistemas de videoconferência (participação e transmissão) para aulas, reuniões, palestras e demais atividades que ocorreram remotamente.

Em 2020, ocorreram diversas revisões e criações de regulamentos, regimentos e políticas como o Regulamento de *e-mail* institucional e o Regimento do CGTI. Também foi desenvolvido um novo sistema de inscrição para os processos seletivos da instituição e implantação do repositório digital de documentos acadêmicos. O cronograma de atualização do Sistema Integrado de Gestão também teve que ser revisto devido a atrasos não previstos durante a pandemia da Covid-19, sendo o contrato estendido até março de 2021. No final de 2020, também foram realiza-

dos processos licitatórios de consumo e permanente em TI.

9.6. Segurança da informação

A segurança da informação conta com um comitê específico responsável pela elaboração de normas referentes à utilização e ao acesso das informações institucionais. Esse comitê é composto por membros representantes de todas as Pró-Reitorias e um representante da Diretoria da Tecnologia da Informação e do Gabinete da Reitora.

9.7. Principais desafios e ações futuras

No exercício de 2020, a DTI foi composta por quatro Técnicos em Informática e seis Analistas de TI, que realizaram atendimento aos chamados provenientes da Reitoria e de todas as demais unidades da instituição. Mesmo com diversos servidores fazendo parte da equipe, o excesso de demandas no setor é um desafio que impossibilita, muitas vezes, o devido planejamento e acompanhamento de ações e iniciativas que venham a me-

lhorar a eficiência do setor ou a execução de novos projetos.

Como ações futuras, pretende-se melhorar o fluxo de execução de projetos; adoção do SCRUM conforme preconiza o Processo de Desenvolvimento de *Software* Institucional, processo esse, aprovado por resolução do CONSUP na área de desenvolvimento; bem como o reforço na equipe de desenvolvimento para atuar especificamente na manutenção, customização e sustentação do Sistema Integrado de Gestão.

Ressalta-se que se torna necessária a adoção de uma sistemática mais adequada de compartilhamento de conhecimento e informações entre os servidores do setor, para que todos os processos internos possam ocorrer normalmente na ausência de um membro. Em conformidade com o Relatório de Resultados do PDTI, é necessária a aplicação e o posterior aprimoramento de processos de governança de TI. Também é imprescindível a definição de meios de mensuração da satisfação dos membros do comitê de tecnologia da informação com os processos de governança e dos usuários dos serviços de TI disponibilizados pela instituição.

» 10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O IFFar vem proporcionando aos discentes e servidores os materiais e condições mínimas exigidas para desenvolverem as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o atendimento das atividades administrativas. O crescimento institucional em diversas atividades e ações tem se refletido no aumento de consumo dos insumos básicos para o funcionamento do IFFar.

Para compensar este aumento de demanda, foram adotadas estratégias para a redução do valor despendido, como a readequação da demanda contratada de energia elétrica; impressão frente e verso de documentos oficiais; construção de cisternas para coleta e reaproveitamento de água da chuva, combate a incêndios, lavagem de máquinas, equipamentos e irrigação. Também foram desenvolvidas ações de sensibilização dos gestores e servidores com palestras e divulgação do tema através de cartazes informativos, alertando para o consumo racional de insumos.

No ano de 2020, foi implementado um Núcleo de Gestão e Educação Ambiental, em cada unidade da Instituição, com a finalidade de apoiar e auxiliar na execução das políticas ambientais institucionais.

A instituição possui projeto de implantação de módulos de usinas fotovoltaicas em todas as unidades. No ano de 2020, foram iniciadas a implantação de 8 usinas, em oito unidades, das quais uma foi finalizada. Durante o ano de 2021 serão finalizadas as demais unidades. O IFFar participa de processo licitatório para implantação de mais três usinas, as quais deverão ser empenhadas no próximo exercício.

O IFFar busca atender as demandas apresentadas na IN SLTI/MPOG 10/2012. Nesse sentido, foi criado um grupo de trabalho responsável por desenvolver ações de sustentabilidade na instituição. Tais ações objetivam desenvolver e criar um plano de ação para alcançar o uso eficiente de recursos no âmbito institucional. Um reflexo disso é a elaboração de um plano de licenciamento ambien-

tal que está em andamento. Através deste plano, já foram encaminhados os processos de licenciamento ambiental para todas as unidades, e oito licenças foram finalizadas, das quais três com necessidades de adequações e três licenças em fase de encaminhamento de documentos e análise. Da mesma forma, estão sendo realizados estudos em todas as unidades para viabilização das atividades. Tais estudos abordam temas relevantes como descarte de resíduos, reutilização de água, entre outros.

10.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O IFFar busca definir critérios de sustentabilidade ambiental tanto para aquisição de bens, quanto para a contratação de serviços ou obras. Isso é realizado por meio de editais específicos. Quanto a obras com geração de resíduos sólidos e químicos, existe a obrigatoriedade de que a empresa contratada realize o descarte apropriado, conforme a legislação

vigente. Nesse sentido, encontra-se em fase de implantação um estudo para analisar a viabilidade de comprovação da forma e do local adequados para o descarte de resíduos de obras durante o processo licitatório, juntamente com a documentação técnica necessária de comprovação.

O IFFar vem desenvolvendo ações que vão ao encontro da IN SLTI/MPOG 10/2012 e demais legislações que tratam de sustentabilidade ambiental. Entre as ações, destacam-se:

- » Os editais de material de consumo preveem mecanismos para ações de sustentabilidade;
- » O Setor de licitações, juntamente com o setor de almoxarifado, faz a conferência dos materiais de acordo com o estabelecido no termo de referência proposto, verificando se o material segue as solicitações sustentáveis solicitadas em edital;
- » Os novos prédios construídos deverão ter plano de captação e reaproveitamento de água para reutilização

e sistemas de energia que busquem o menor consumo;

» Está em fase de desenvolvimento o licenciamento ambiental de todas as unidades.

10.2. Ações para redução do consumo de recursos naturais resíduos poluentes

» Aquisição de equipamentos de consumo classe A preferencialmente;

» Aquisição de equipamentos de leituras de consumo de energia elétrica para acompanhamento e análise visando a subsidiar as decisões de contratação de demanda conforme necessidade institucional;

» Aquisição de 8 microusinas de geração de energia fotovoltaicas que serão instaladas em oito unidades.

» Outras ações:

- Aquisição de papel para impressão de origem de reflorestamento;
- Nos processos de licitações, é solicitado que os documentos enviados sejam impressos em papéis

reciclados, observando as exigências de sustentabilidade ambiental constantes na IN nº 01/2010, dentre os quais:

a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

b) Que os bens devem ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que se utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

c) Que os produtos utilizados no desenvolvimento do serviço não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados.

» 11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Declaração do contador e demonstrações contábeis

Esta seção trata das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, de 31 de dezembro de 2020, do Instituto Federal Farroupilha. Elas refletem a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e são pautadas na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, e com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* e o *Manual SIAFI*, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

» Existem algumas inconsistências nas Contas Contábeis relativas a bens móveis no Balancete do Órgão 26420 que, por conseguinte, afetam as informações do Balanço Patrimonial, especialmente no que diz respeito ao Ativo Imobilizado. Tais inconsistências são originárias de aquisições de bens móveis, ocorridas em exercícios anteriores, que não tramitaram da forma como regem as normas patrimoniais contidas no MCASP e nas macrofunções correspondentes. Em suma, houve Notas Fiscais de aquisições de bens móveis que não passaram pelo Setor de Patrimônio e foram apropriadas no SIAFI. Um trabalho de conscientização sobre essa necessidade de tramitação correta já foi realizado pelo Setor Patrimonial, em conjunto com a Contabilidade, tanto para aquisições de bens permanentes quanto de bens de consumo, e os resultados já são visíveis. Quanto às diferenças de saldos entre as contas de bens móveis e os Relatórios do Sistema de Controle advindas de exercícios anteriores, espera-se resolver em um trabalho investigativo e de localização de Notas Fiscais em processos administrativos de execução financeira, para que essas sejam lançadas no

Controle Patrimonial, sanando as diferenças, o que exigirá uma força-tarefa, sugestão que já foi encaminhada para a Administração do Órgão.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis: (1) balanço orçamentário, (2) balanço patrimonial, (3) balanço financeiro, (4) demonstração do fluxo de caixa e (5) demonstração das variações patrimoniais.

11.2. Balanços e demonstrações contábeis

Estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha:

Órgão UGE-Gestão

» **26420** - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA

UG executoras

» **158127** - INST. FEDERAL FARROUPILHA REITORIA

» **154628** - INST. FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS JAGUARI

» **155081** - CAMPUS SANTO ANGELO

» **155570** - CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN

» **158266** - INST. FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO

» **158267** - INST. FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE

» **158268** - INST. FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS SÃO VICENTE SUL

» **158269** - INST. FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS

» **158503** - INST. FEDERAL FARROUPILHA SÃO BORJA

» **158504** - INST. FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA

» INST. FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS PANAMBI

Base da preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*): *NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11)*;

as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

» **Normas brasileiras de contabilidade disponíveis em:**

<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

Resumo das práticas e critérios contábeis

» **Orçamento público:** a estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento – MTO, elaborado e inserido no SIAFI para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual.

» **Ente público:** os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), que é considerado como “ente” público, para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

» **Despesa pública:** as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos pas-

sivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

» **Recursos orçamentários e recursos financeiros:** na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e, por

outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

A seguir, são apresentados o balanço orçamentário, balanço patrimonial, balanço financeiro, demonstração do fluxo de caixa e demonstração das variações patrimoniais.

11.2.1. Balanço orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DEREAL

RECETA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.765.919,00	1.765.919,00	840.514,16	-925.404,84
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	192.269,00	192.269,00	66.307,17	-125.961,83
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	192.269,00	192.269,00	65.932,40	-126.336,60
Valores Mobiliários	-	-	374,77	374,77
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	261.450,00	261.450,00	684.804,63	423.354,63
Receita Industrial	110.700,00	110.700,00	4.603,58	-106.096,42
Receitas de Serviços	1.180.348,00	1.180.348,00	68.991,72	-1.111.356,28
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.180.348,00	1.180.348,00	68.991,72	-1.111.356,28
Serviço Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviço Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviço Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	21.152,00	21.152,00	15.807,06	-5.344,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	21.152,00	21.152,00	-	-21.152,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	15.807,06	15.807,06
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	30.257.537,00	30.257.537,00	-	-30.257.537,00
Operações de Crédito	30.257.537,00	30.257.537,00	-	-30.257.537,00
Operações de Crédito Internas	30.257.537,00	30.257.537,00	-	-30.257.537,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	32.023.456,00	32.023.456,00	840.514,16	-31.182.941,84
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	32.023.456,00	32.023.456,00	840.514,16	-31.182.941,84
DEFICIT	-	-	325.597.398,90	325.597.398,90
TOTAL	32.023.456,00	32.023.456,00	326.437.913,06	294.414.457,06
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	303.558.548,00	317.918.926,00	313.465.817,39	297.946.015,92	277.823.042,61	4.453.108,61
Pessoal e Encargos Sociais	242.670.469,00	263.981.438,00	258.097.512,03	258.097.512,03	239.420.993,43	5.883.925,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	60.888.079,00	53.937.488,00	55.368.305,36	39.848.503,89	38.402.049,18	-1.430.817,36
DESPESAS DE CAPITAL	4.978.823,00	12.704.371,00	12.972.095,67	1.154.190,64	1.042.862,87	-267.724,67
Investimentos	4.978.823,00	12.704.371,00	12.972.095,67	1.154.190,64	1.042.862,87	-267.724,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	308.537.371,00	330.623.297,00	326.437.913,06	299.100.206,56	278.865.905,48	4.185.383,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	308.537.371,00	330.623.297,00	326.437.913,06	299.100.206,56	278.865.905,48	4.185.383,94
TOTAL	308.537.371,00	330.623.297,00	326.437.913,06	299.100.206,56	278.865.905,48	4.185.383,94

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	78.311,99	11.443.925,11	9.125.702,40	8.992.059,91	508.604,86	2.021.572,33
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	78.311,99	11.443.925,11	9.125.702,40	8.992.059,91	508.604,86	2.021.572,33
DESPESAS DE CAPITAL	288.987,84	7.196.138,17	4.815.949,22	4.756.667,12	95.348,90	2.633.109,99
Investimentos	288.987,84	7.196.138,17	4.815.949,22	4.756.667,12	95.348,90	2.633.109,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	367.299,83	18.640.063,28	13.941.651,62	13.748.727,03	603.953,76	4.654.682,32

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	149.502,57	21.934.859,53	21.937.437,64	24.033,82	122.890,64
Pessoal e Encargos Sociais	-	20.451.029,23	20.451.029,23	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	149.502,57	1.483.830,30	1.486.408,41	24.033,82	122.890,64
DESPESAS DE CAPITAL	60.971,97	15.460,88	15.439,43	574,28	60.419,14
Investimentos	60.971,97	15.460,88	15.439,43	574,28	60.419,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	210.474,54	21.950.320,41	21.952.877,07	24.608,10	183.309,78

11.2.1.1. Nota explicativa do balanço orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Demonstra, ainda, as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balanço Orçamentário do IFFar do 4º Trimestre de 2020, pode-se observar que o total das Receitas Realizadas até o encerramento do exercício, que é de R\$ 1.472.682,69 está abaixo da Receita Prevista, que é R\$ 1.575.411,00. Isso pode ser explicado pela paralisação dos trabalhos presenciais na rede de educação federal por tempo indefinido enquanto perdurar o estado de calamidade pública. A receita patrimonial teve uma realização acima da previsão, e ficou em 103,86

% do total previsto, representando 12,33% do total das receitas. Porém, destacam-se as receitas de serviços, aquelas vindas principalmente por meio das inscrições em processos seletivos. Essas receitas tiveram realização bem abaixo do previsto, com apenas 71,62%. Mesmo assim, elas representaram 47,10% do total das Receitas do Órgão.

Na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada, que é de R\$ 322.537.161,09, as Despesas Correntes representaram 96,79%, enquanto que as Despesas de Capital (investimentos) representaram 3,21% desse total. Destaca-se que a despesa liquidada foi superior à dotação inicial, ficando em 100,32%, pois houve atualização dessa durante o exercício 2020.

A dotação da despesa orçamentária atualizada ficou em R\$ 321.503.161,00. Desse valor, R\$ 322.537.161 foi empenhado (maior que a dotação atualizada devido a repasses orçamentários do final do exercício), R\$ 303.897.097,81 foi liquidado (objeto contratado já foi cumprido) e R\$ 281.955.248,75 foi pago, representando uma execução de 100,32%, devido ao motivo mencionado no parágrafo acima.

Das Despesas Correntes Empenhadas, que foram de R\$ 312.192.651,59, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 79,73%, enquanto que as demais Despesas de Custeio representaram 20,27% desse montante.

Restos a pagar

Os restos a pagar se dividem em processados e não processados. Restos a pagar processados são aqueles empenhos que passam de um exercício para outro, os quais já possuem seu objeto liquidado, estando pendente somente o pagamento. Restos a pagar não processados são aqueles os quais o objeto do empenho não foi cumprido, porém através de indicação procedida pelo gestor da unidade passam de um exercício para outro e ficam pendentes de liquidação, podendo ser bloqueados e definitivamente cancelados conforme as normas vigentes, se os prazos de liquidação nelas constantes não forem cumpridos.

No Instituto Federal Farroupilha, a distribuição por unidade dos Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício 2020, ficou assim:

154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	R\$ 943.358,76
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO	R\$ 31.213,96
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	R\$ 21.287,35
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	R\$ 327.993,25
158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO	R\$ 8.958,07
158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE	R\$ 370.118,97
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SÃO VICENTE SUL	R\$ 121.973,12
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJ	R\$ 164.815,07
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	R\$ 2.320.240,82
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	R\$ 151.798,36

Fonte: SIAFI 2020.

A seguir a distribuição dos Restos a Pagar Processados:

» 11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	R\$ 63.977,78
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	R\$ 46.724,53
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SÃO VICENTE SUL	R\$ 52.039,10
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJ	R\$ 3.785,76
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	R\$ 16.782,61

Fonte: SIAFI 2020.

11.2.2. Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSION 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DEREAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	27.150.750,82	33.005.324,60	PASSIVO CIRCULANTE	59.093.772,76	59.662.030,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.663.270,60	23.489.112,52	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	22.901.039,99	22.763.845,96
Créditos a Curto Prazo	3.792.395,92	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	3.792.395,92	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.135.509,39	714.598,27
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	7.931.021,81	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	1.691.486,74	1.581.387,69	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	35.057.223,38	36.183.585,98
VPDs Pagas Antecipadamente	3.597,56	3.802,58			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	245.904.568,66	246.546.111,88	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.117,63	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.117,63	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	1.117,63	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	4.434,74	4.434,74	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	59.093.772,76	59.662.030,21
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	2020 2019		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	8.313,89	8.313,89
Imobilizado	244.775.020,69	245.417.985,42	Resultados Acumulados	213.953.232,83	219.881.092,38
Bens Móveis	35.533.791,44	38.447.250,16	Resultado do Exercício	-5.660.092,34	1.525.790,38
Bens Móveis	88.358.997,87	84.826.648,72	Resultados de Exercícios Anteriores	219.881.092,38	218.003.354,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-52.812.276,18	-46.366.468,31	Ajustes de Exercícios Anteriores	-267.767,21	351.947,26
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-12.930,25	-12.930,25	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	209.241.229,25	206.970.735,26	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	213.961.546,72	219.889.406,27
Bens Imóveis	212.487.070,53	210.052.421,76			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.245.841,28	-3.081.686,50			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.123.995,60	1.122.574,09			
Softwares	1.120.503,32	1.119.081,81			
Softwares	1.608.272,22	1.585.471,22			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-487.768,90	-466.389,41			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	273.055.319,48	279.551.436,48	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	273.055.319,48	279.551.436,48

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	21.663.270,60	23.851.866,78	PASSIVO FINANCEIRO	52.419.910,14	41.175.790,71
ATIVO PERMANENTE	251.392.048,88	255.699.569,70	PASSIVO PERMANENTE	38.473.326,85	37.493.602,61
			SALDO PATRIMONIAL	182.162.082,49	200.882.043,16

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	26.982.596,11	25.100.259,06	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12.614.685,80	10.399.583,61
Atos Potenciais Ativos	26.982.596,11	25.100.259,06	Atos Potenciais Passivos	12.614.685,80	10.399.583,61
Garantias Contratadas Recebidas	-	-	Garantias Contratadas Concedidas	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos	26.965.338,24	25.083.001,19	Obrigações Convidadas e Outros Instrumentos	24.124,04	77.266,71
Direitos Contratuais	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais	12.590.561,76	10.322.316,90
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	26.982.596,11	25.100.259,06	TOTAL	12.614.685,80	10.399.583,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-13.802.945,09
Recursos Vinculados	-16.953.694,45
Educação	-2.530.717,98
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-14.459.963,41
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	36.986,94
TOTAL	-30.756.639,54

11.2.2.1. Nota explicativa do balanço patrimonial

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação quando efetivamente colocados em uso, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação em virtude de processos que os reavaliem ao seu valor justo.

Na composição do Ativo Não circulante, incluem-se os bens intangíveis, que são reconhecidos pelo seu valor de aquisição e sofrem amortização padronizada quando são reconhecidos como de vida útil definida, podendo ter redução ao valor recuperável ou reavaliação, pelo mesmo motivo exposto acima, relativo aos outros bens do Ativo Não Circulante.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31.12.2020, o IFFar apresentou no seu balancete SIAFI um saldo de R\$ 244.895.607,31, assim composto e dividido:

1.2.3.1.1.00.00	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO	88.358.997,87 D
1.2.3.1.1.01.00	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E	31.203.213,16 D
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	2.695.908,53 D
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	512.153,97 D
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,	6.626.610,46 D
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	391.773,80 D
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	818.274,98 D
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIA	7.248.378,33 D
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	2.823.325,33 D
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	291.465,38 D
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	2.507.092,49 D

1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P	10.951,22 D
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULH	13.625,97 D
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	3.581.565,11 D
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	867.613,76 D
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	2.814.473,83 D
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMATICA	22.825.347,61 D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	22.825.347,61 D
1.2.3.1.1.03.00	MOVEIS E UTENSILIOS	19.020.563,80 D
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	4.825.163,83 D
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	78.793,22 D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	14.116.606,75 D
1.2.3.1.1.04.00	MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE C	11.442.846,70 D
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	7.365.577,33 D
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5.053,32 D
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	72.907,21 D
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	3.995.277,84 D
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC	4.031,00 D
1.2.3.1.1.05.00	VEICULOS	3.575.866,01 D
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	20.398,21 D
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.520.796,90 D
1.2.3.1.1.05.05	AERONAVES	12.389,90 D
1.2.3.1.1.05.06	EMBARCACOES	22.281,00 D
1.2.3.1.1.08.00	BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	14.317,26 D
1.2.3.1.1.08.01	ESTOQUE INTERNO	14.317,26 D
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	200,03 D
1.2.3.1.1.10.00	SEMOVENTES	72.747,82 D
1.2.3.1.1.99.00	DEMAIS BENS MOVEIS	203.895,48 D
1.2.3.1.1.99.07	BENS NAO LOCALIZADOS	135.365,59 D
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	66.666,58 D
1.2.3.1.1.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.863,31 D

Fonte: SIAFI/2020.

Ressalta-se como fato relevante, quanto ao Imobilizado no quarto trimestre de 2020, que o Ativo Não Circulante, no qual se inclui o Ativo Imobilizado, representa 90,06% do total das aplicações do patrimônio do órgão. No que diz respeito aos bens imóveis, houve uma variação monetária positiva de R\$ 2.434.648,77 em relação a 31.12.2019. Os bens imóveis representam 77,82 % do total do Ativo e tiveram um crescimento no saldo contábil em 1,16% em relação ao encerramento do exercício passado. A finalização de novas obras são o motivo principal deste aumento no saldo. Quanto aos bens móveis, observou-se uma variação monetária de R\$ 3.532.349,15 no quarto trimestre do exercício corrente, em relação ao encerramento de 2019 que, em números proporcionais, representa um aumento de 4,16% e representa 32,36% do total do Ativo. Essa majoração no saldo se deve a novas aquisições ocorridas durante o quarto trimestre de 2020.

Os ativos intangíveis são aqueles bens incorpóreos, imateriais, ou seja, aqueles que não são palpáveis nem visíveis, mas que são destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição ou de produção.

1.2.4.1.1.00.00	SOFTWARES - CONSOLIDACAO	1.608.272,22 D
1.2.4.1.1.01.00	SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	1.278.169,22 D
1.2.4.1.1.01.01	SOFTWARES	1.278.169,22 D
1.2.4.1.1.02.00	SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	330.103,00 D
1.2.4.1.1.02.01	SOFTWARES	330.103,00 D
1.2.4.2.0.00.00	MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUST	3.492,28 D
1.2.4.2.1.00.00	MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUST	3.492,28 D
1.2.4.2.1.01.00	MARCAS/DIREITOS/PATENTES - VIDA UT	3.492,28 D
1.2.4.2.1.01.02	CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COM	3.492,28 D
1.2.4.8.0.00.00	AMORTIZACAO ACUMULADA	487.768,90 C
1.2.4.8.1.00.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONSOLIDAC	487.768,90 C
1.2.4.8.1.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 124	487.768,90 C

Fonte: SIAFI 2020.

O saldo da conta de Ativo Intangível teve variação de R\$ 22.801,00, representando 1,44% para mais no saldo na comparação dos períodos. Os softwares com saldo de R\$ 1.608.272,22 representam 99% do saldo dos bens intangíveis e 0,59% do total do Ativo. Essa variação positiva se deve à aquisição de novos softwares em várias das Unidades Gestoras do Instituto Federal Farroupilha.

Os estoques no âmbito do IFFar, em sua maioria, são oriundos de aquisições no mercado e usados na manutenção das atividades fim e meio da Instituição. Uma pequena parte vem de produção própria, em apenas algumas entidades que efetuam atividades agrícolas e pecuárias derivadas das atividades de ensino.

Abaixo, seguem os números extraídos do Balancete, em 31.12.2020, quanto aos estoques de materiais de consumo no IFFar:

1.1.5.6.1.01.00	MATERIAIS DE CONSUMO	1.662.689,66 D
1.1.5.8.0.00.00	OUTROS ESTOQUES	28.797,08 D
1.1.5.8.1.00.00	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDACAO	28.797,08 D
1.1.5.8.1.01.00	MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EM	936,12 D
1.1.5.8.1.01.01	ESTOQ MAT ACOND E EMBALAGEM - ARMA	936,12 D
1.1.5.8.1.02.00	ESTOQUES PARA DISTRIBUICAO	27.860,96 D
1.1.5.8.1.02.01	MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA	27.860,96 D

Fonte: SIAFI 2020.

A variação monetária dos estoques no IFFar foi de R\$ 110.099,05, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, um aumento no saldo em 6,96%, e hoje os estoques representam 0,62% do total dos ativos no órgão.

Cabe destacar, na análise cruzada entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, que o aumento no imobilizado (Bens Imóveis e Móveis), embora represente uma variação monetária positiva, foi bem inferior ao registrado no ano 2019, visto que os ganhos com incorporação de ativos tiveram variação negativa de R\$ 14.979.303,08 se comparados os dois períodos. Isso demonstra que a pandemia da Covid-19 não só causou um estancamento nas atividades presenciais do órgão, mas também ocasionou uma

grande diminuição nas aquisições de bens permanentes. Outro fato é que o cesar das atividades presenciais fez com que ficassem pendentes as reavaliações de ativos, gerando saldo zero em 2020.

Em 31/12/2020, o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 1.135.509,39 relacionados com fornecedores e contas pagar a curto prazo. Isso representa uma variação de 41,46% em relação ao saldo, na data 31/12/2019.

Houve um aumento no saldo de fornecedores e contas a pagar na ordem de 58,90%, devido à execução financeira ter liquidado e pago as obrigações desta natureza em menor volume que no exercício anterior.

Fornecedores e contas a pagar – Por unidade gestora contratante

154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	R\$ 62.407,58
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	R\$ 155.312,17
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	R\$ 55.923,58
158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE	R\$ 119.591,26
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SÃO VICENTE SUL	R\$ 562.738,65
158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS	R\$ 98.604,71
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJ	R\$ 21.832,15
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	R\$ 31.426,15
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	R\$ 16.922,16
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO	R\$ 8.487,22
158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO	R\$ 2.246,44

Fonte: SIAFI 2020.

O Campus São Vicente do Sul do IFFar se destaca neste aspecto, pois o saldo de fornecedores e conta a pagar desta unidade representa 49,55% de todo o órgão.

Em 31.12.2020, O IFFar apresentou um saldo de R\$ 3.143.442,78, que é relacionado a provisões de encargos trabalhistas, aquelas provenientes das retenções sobre pagamentos de empresas terceirizadas contratadas para prestação de serviços continuados com cessão de mão-obra. Tais provisões têm a

finalidade de garantir a quitação dos direitos dos trabalhadores cedidos, tendo em vista a responsabilidade solidária do ente contratante.

Provisões por unidade gestora – Análise vertical

154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	R\$ 218.507,69	6,95%
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO	R\$ 145.500,08	4,63%
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	R\$ 862.912,33	27,45%
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	R\$ 281.444,16	8,95%
158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO	R\$ 241.862,07	7,69%
158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE	R\$ 18.144,08	0,58%
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SÃO VICENTE SUL	R\$ 265.422,73	8,44%
158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS	R\$ 195.061,59	6,21%
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJ	R\$ 378.348,33	12,04%
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	R\$ 314.524,88	10,01%
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	R\$ 221.714,84	7,05%

Fonte: SIAFI 2020.

A Unidade Gestora 155570 - Instituto Federal Farroupilha Campus Frederico Westphalen foi responsável por 27,45% do total de provisões a curto prazo. Essa configuração tende a se modificar, devido à adoção dos procedimentos corretos de retenção das provisões, estratégia que foi adotada por todas as unidades no começo de 2019, por meio de orientação da Coordenação de Contabilidade, que padronizou as operações no âmbito do órgão.

As provisões para encargos trabalhistas, em 31/12/2020, somou R\$ 3.143.442,78. Isso representa uma variação de 41,46% em relação ao observado em 31/12/2019.

11.2.3. Balanço financeiro


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2020
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 22/01/2021
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	840.514,16	1.472.682,69	Despesas Orçamentárias	326.437.913,06	322.537.161,09
Ordinárias	-	-	Ordinárias	280.158.920,34	300.860.935,71
Vinculadas	840.514,16	1.479.243,06	Vinculadas	46.278.992,72	21.676.225,38
Educação	15.807,06	326.341,16	Educação	1.446.098,81	6.058.691,15
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.468.532,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	824.707,10	1.152.901,90	Previdência Social (RPPS)	12.319.512,24	13.502.406,72
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-6.560,37	Receitas Financeiras	-	799.820,17
			Dívida Pública	29.351.104,49	-
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.693.745,18	1.315.307,34
Transferências Financeiras Recebidas	346.703.792,63	362.377.880,62	Transferências Financeiras Concedidas	34.856.458,06	46.765.813,72
Resultantes da Execução Orçamentária	324.010.492,64	340.616.856,60	Resultantes da Execução Orçamentária	24.490.498,28	36.140.413,40
Repasso Recebido	299.544.994,36	304.954.885,08	Repasso Concedido	25.000,00	478.441,88
Sub-repasso Recebido	24.465.498,28	35.661.971,52	Sub-repasso Concedido	24.465.498,28	35.661.971,52
Independentes da Execução Orçamentária	22.693.299,99	21.761.024,02	Independentes da Execução Orçamentária	10.365.959,78	10.625.400,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	21.703.343,63	21.178.170,20	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.269.666,17	10.121.133,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais	989.956,36	582.853,82	Demais Transferências Concedidas	30.486,12	30.885,72
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	65.807,49	473.381,10
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	47.900.666,89	41.169.274,39	Pagamentos Extraorçamentários	35.976.444,48	33.949.601,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	20.234.301,08	21.941.849,06	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	21.952.877,07	21.343.649,41
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	27.337.706,50	18.640.063,28	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.748.727,03	12.158.474,29
Depósitos Restituíveis Valores Vinculados	278.658,88	440.322,11	Depósitos Restituíveis Valores Vinculados	274.840,38	447.477,89
Outros Recebimentos Extraorçamentários	50.000,43	147.039,94	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	50.000,43	147.039,94			
Saldo do Exercício Anterior	23.489.112,52	21.721.851,22	Saldo para o Exercício Seguinte	21.663.270,60	23.489.112,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.489.112,52	21.721.851,22	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.663.270,60	23.489.112,52
TOTAL	418.934.086,20	426.741.688,92	TOTAL	418.934.086,20	426.741.688,92

11.2.3.1. Nota explicativa do balanço financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as entradas e saídas de recursos, comparando o exercício corrente com o anterior. Os recebimentos e pagamentos nele contidos são tidos como orçamentários (Lei Orçamentária) ou extraorçamentários (recursos descentralizados e restos a pagar).

No que corresponde aos ingressos (análise horizontal):

Quanto às Receitas Orçamentárias, que são aquelas provenientes da exploração do patrimônio público, observou-se uma redução de 42,93% (R\$ 840.514,16), quando comparado a 2019 (R\$ 1.472.682,69).

No ano de 2020, os ingressos provenientes dos recursos da educação sofreram um decréscimo de 95,16% (R\$ 15.807,06), comparados a 2019 (R\$ 326.341,16).

Quanto às Transferências Financeiras recebidas, foi possível verificar uma redução de 4,33% (R\$ 346.703.792,63) em 2020, em relação a 2019 (R\$ 362.377.880,62). O que influenciou esse resultado foram os sub-repasses recebidos.

No que diz respeito aos Recebimentos Extraorçamentários, houve um aumento de 16,35% (R\$ 47.900.666,89) em 2020, comparado a 2019 (R\$ 41.169.274,39). Esse resultado foi influenciado pela inscrição e restos a pagar não processados.

No que tange ao Saldo do Exercício Anterior (caixa e equivalentes), observou-se um acréscimo de 8,14% (R\$ 23.489.112,52) em 2020, em relação a 2019 (R\$ 21.721.851,22).

No que corresponde aos dispêndios (análise horizontal):

Com relação às Despesas Orçamentárias Vinculadas Ordinárias, houve um acréscimo de 113,50% (R\$ 46.278.992,72) em 2020. O que influenciou esse percentual foi o pagamento da Dívida Pública (R\$ 29.351.104,49) e Previdência Social (R\$ 12.319.512,24).

No tocante às Transferências Financeiras Concedidas, constatou-se um decréscimo de 25,47% (R\$ 34.856.458,06) em 2020, influenciado pelos os sub-repasses (R\$ 24.465.498,28).

No que se refere aos Pagamentos Extraordinários, houve um acréscimo de 5,97% (R\$ 35.976.444,48), impactado

pelos restos a pagar processados em 2,85% (R\$ 21.952.877,07).

Quanto ao saldo do exercício seguinte, observou-se um decréscimo de 7,77% (R\$ 21.663.270,60) em 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019 (R\$ 23.489.112,52).

Análise Vertical (ingressos)

No que concerne à receita orçamentária ordinária vinculada, verificou-se que os outros recursos vinculados a fundos ou órgãos representam 98,12% (R\$ 824.707,10) do total do grupo.

Quanto às transferências financeiras recebidas, destacam-se os resultantes da execução orçamentária (repasses recebidos) com 71,50% (R\$ 299.544.994,36).

Quanto aos recebimentos extraorçamentários foi possível observar que as inscrições em restos a pagar não processados representam 6,53% (R\$ 27.337.706,50) do total do grupo.

O saldo para o exercício seguinte (caixa e equivalente) representa 5,61% (R\$ 23.489.112,52).

Análise Vertical (dispêndios)

Quanto às despesas ordinárias vinculadas, os recursos pagos à previdência social representam 2,94% (R\$ 12.319.512,24) do total do grupo.

Referente às transferências financeiras concedidas, destacam-se pagamentos independentes da execução orçamentária com 2,47% (R\$ 10.365.959,78) e os resultantes da execução orçamentária 5,8% (24.490.498,28).

Em relação aos pagamentos extraorçamentários, observou-se que os restos a pagar processados representam 5,24% (R\$ 21.952.877,07) do grupo.

O saldo para o exercício seguinte (caixa e equivalente) representa 5,17% (R\$ 21.663.270,60).

De modo geral, nesta demonstração, foi possível inferir que houve uma diminuição de ingressos, bem como de dispêndios, possivelmente, influenciados pela pandemia da Covid-19.

11.2.4. Demonstrações dos fluxos de caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 22/01/2021
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.989.127,50	10.403.600,38
INGRESSOS	347.872.966,10	364.437.925,36
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	65.932,40	181.096,15
Receita Agropecuária	684.804,63	192.367,44
Receita Industrial	4.603,58	47.625,54
Receita de Serviços	68.991,72	693.639,78
Remuneração das Disponibilidades	374,77	415,28
Outras Receitas Derivadas e Originárias	15.807,06	357.538,50
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	347.032.451,94	362.965.242,67
Ingressos Extraorçamentários	278.658,88	440.322,11
Transferências Financeiras Recebidas	346.703.792,63	362.377.880,62
Arrecadação de Outra Unidade	50.000,43	147.039,94
DESEMBOLSOS	-343.883.838,60	-354.034.324,98
Pessoal e Demais Despesas	-268.308.513,20	-271.366.321,44
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-17.359.163,36	-16.587.715,36
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-250.926.105,36	-254.778.606,08
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-23.244,48	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-40.444.026,96	-35.454.711,93
Intergovernamentais	-	-300.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-300.000,00
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-40.380.274,96	-35.093.217,86
Outras Transferências Concedidas	-63.752,00	-61.494,07
Outros Desembolsos Operacionais	-35.131.298,44	-47.213.291,61
Dispêndios Extraorçamentários	-274.840,38	-447.477,89
Transferências Financeiras Concedidas	-34.856.458,06	-46.765.813,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.814.969,42	-8.636.339,08
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.814.969,42	-8.636.339,08
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.793.356,42	-8.630.851,08
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.613,00	-5.488,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.825.841,92	1.767.261,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	23.489.112,52	21.721.851,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	21.663.270,60	23.489.112,52

11.2.4.1. Nota explicativa das demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração de Fluxo de Caixa é um dos seis Demonstrativos Contábeis obrigatórios dos entes públicos, disponibilizados pelo SIAFI, no âmbito da Administração Federal, a qual evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, sendo um importante instrumento de avaliação da gestão pública.

Análise horizontal ingressos e desembolsos

No que se refere aos ingressos de receitas das atividades operacionais, notaram-se significativas reduções nas receitas patrimoniais em 69,59% (R\$ 65.932,40), industriais em 90,33% (R\$ 4.603,58), de serviços em 90,05% (R\$ 68.991,72) e derivadas e originárias em 95,58% (R\$ 15.807,06) quando comparadas a 2019. Os ingressos que tiveram variação positiva foram os provenientes de receitas de serviços com 255,99% (R\$ 684.804,63).

Quanto a outros ingressos operacionais, foi possível observar variações negativas nos extraordinários

em 36,71% (R\$ 278.658,88), nas transferências financeiras recebidas em 4,33% (R\$ 346.703.792,63) e nas arrecadações de outras unidades em 66% (R\$ 50.000,43).

Em relação aos desembolsos, notou-se o valor negativo de R\$ 17.359.163,36, sendo de 4,65%, comparado a 2019. Também sofreram retração os recursos destinados à educação em 1,51% (R\$ 250.926.105,36) e ao desporto e lazer de (R\$ 23.244,48).

As transferências concedidas abarcaram uma variação negativa de 14,07%, bem como outros dispêndios extraorçamentários em 38,58% e outras transferências financeiras concedidas em 25,47%.

No que concerne ao fluxo das atividades de investimento, percebeu-se variação negativa na aquisição de ativos não circulantes em 32,88% (R\$ 5.793.356,42).

A geração líquida de caixa e equivalentes finais fecharam com uma redução de 7,77% (R\$ 21.663.270,60).

Análise vertical ingressos e desembolsos

Quanto aos ingressos do fluxo de caixa e atividades operacionais, notou-se

que as receitas agropecuárias possuem 0,20% (R\$ 684.804,63).

Outros ingressos operacionais, que são de maior representatividade do grupo, com 99,76% (R\$ 347.032.451,94), sendo que os recursos oriundos de transferências recebidas abarcaram 99,66% (R\$ 346.703.792,63).

Quanto aos fluxos de caixa e atividades de investimento, observou-se que os desembolsos possuem 99,63% (R\$ 5.793.356,42), com variação negativa. Outros desembolsos de investimentos representaram 0,37% (R\$ 21.613,00), também com variação negativa.

11.2.5. Demonstração das variações patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2020
PERÍODO DEZ (Aberto)
EMIÇÃO 20/01/2021
VALORES EM UNIDADES DEREAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	354.660.196,92	435.247.166,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	824.249,62	1.114.636,65
Venda de Mercadorias	684.804,63	192.367,44
Vendas de Produtos	4.603,58	47.625,54
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	134.841,41	874.643,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	459,04	516,82
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	82,71	93,26
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	376,33	423,56
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	347.271.043,59	369.427.898,24
Transferências Intragovernamentais	346.703.792,63	362.377.880,62
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	567.250,96	7.050.017,62
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.498.637,18	64.199.101,19
Reavaliação de Ativos	-	35.634.256,38
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	139.811,11	15.119.114,19
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.358.826,07	13.445.730,62
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	65.807,49	505.013,44
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	65.807,49	505.013,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	360.320.289,26	433.721.375,96
Pessoal e Encargos	258.518.290,57	242.753.419,62
Remuneração a Pessoal	207.157.045,84	193.283.606,21
Encargos Patronais	41.440.307,35	35.692.036,60
Benefícios a Pessoal	9.895.855,32	13.758.156,59
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	25.082,06	19.620,22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.936.567,65	16.564.183,59
Aposentadorias e Reformas	15.550.795,04	14.514.845,47
Pensões	2.239.631,06	2.049.338,12
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.146.141,55	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	37.395.857,53	51.671.161,73
Uso de Material de Consumo	2.973.850,10	4.573.003,97
Serviços	27.705.442,55	35.987.083,88
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.716.564,88	11.111.073,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.358,73	9.211,55
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.358,73	9.210,55
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	1,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	35.402.719,69	47.730.455,57
Transferências Intragovernamentais	34.856.458,06	46.765.813,72
Transferências Intergovernamentais	-	300.000,00
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências dos Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	546.261,63	664.641,85
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.951.252,65	70.486.116,35
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	9.471.929,58
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	49.978,00	156.647,50
Incorporação de Passivos	2.855.671,26	46.839.249,92
Desincorporação de Ativos	45.603,39	14.018.289,35
Tributárias	134.782,56	173.803,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.037,38	31.076,02
Contribuições	128.745,18	142.727,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.979.459,88	4.333.024,51
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5.742.505,98	4.130.793,95
Subvenções Econômicas	72.894,00	61.494,07
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	164.059,90	140.736,49
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-5.660.092,34	1.525.790,38

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2020	2019

11.2.5.1. Nota explicativa da demonstração das variações patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sobre o enfoque patrimonial. Elas devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade, ou seja, devem ser lançadas no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, destaca-se, na Demonstração das Variações Patrimoniais, o 4º trimestre de 2020. Comparado ao mesmo período do exercício passado, observou-se a evolução do saldo de item, o que segue abaixo:

» A Valorização e ganhos com Incorporação de Ativos teve uma variação monetária negativa de R\$ 14.979.303,08 na comparação dos períodos. Assim, observou-se uma diminuição nesse item da Variação Aumentativa em 99,08%, se comparado ao mesmo período do exercício passado, o que representa 0,04% do total das variações aumentativas.

» A Desincorporação de Passivos variou para menos em R\$ 7.086.904,55. Isso se deve principalmente à baixa de Restos a Pagar Processados, que foram constatados como não mais devidos ter sido menor que em 2019. Com isso, houve uma variação de 52,71% no período, representando 1,79% das variações aumentativas do patrimônio.

» Destaca-se como variação positiva a Venda de Mercadorias, que são fruto de produção local de derivados da pecuária e agricultura, advindas dos cursos técnicos nessas áreas, que algumas unidades dispõem e nos quais o excedente é comercializado em postos de venda, gerando receita própria. A variação foi de R\$ 492.437,19, o que, em percentual, representa 255,99% para cima, representando 0,19% do total das variações aumentativas, e o saldo foi de R\$ 684.804,63 no período corrente e de R\$ 192.367,44 no mesmo período do exercício anterior.

Quanto às variações diminutivas, destaca-se a incorporação de passivos no 4º trimestre de 2020, que variou em R\$ 43.983.578,66, com saldo de R\$ 2.855.671,26. Isso representa uma diminuição de 93,90% no comparativo dos

períodos, já que em dezembro de 2019 este saldo era de R\$ 46.839.249,92.

Comparando com o Balanço Patrimonial, o item Venda de Mercadorias reflete diretamente no Ativo Circulante, nas disponibilidades de caixa do órgão, já que gera recursos financeiros em fonte própria. Assim, a incorporação de passivos tem relação com o Passivo Circulante do Balanço Patrimonial, aumentando o saldo de obrigações a pagar de curto prazo.

12.1. Resolução do Conselho Superior

17/06/2021

https://sig.iffarroupilha.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=221139



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR Nº 13 / 2021 - CONSUP (11.01.01.44.16.02)

Nº do Protocolo: 23243.003750/2021-19

Santa Maria-RS, 17 de junho de 2021.

**Aprova o Relatório de Gestão
do Exercício 2020 do Instituto
Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Farroupilha.**

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha, com a aprovação da Câmara Especializada de Administração, Desenvolvimento Institucional e Normas, nos termos do Parecer Cadin nº 8/2021; e do Conselho Superior, por meio da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada em 09 de abril,

RESOLVE:

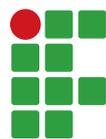
Art. 1º APROVAR, nos termos e na forma constantes do anexo, o Relatório de Gestão do Exercício 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinado digitalmente em 17/06/2021 11:56)

NIDIA HERINGER
REITOR - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
GABREI (11.01.01.44)
Matrícula: 2647110

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **13**,
ano: **2021**, tipo: **RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR**, data de emissão: **17/06/2021** e o código de
verificação: **6fe152e91c**



INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
ALAMEDA SANTIAGO DO CHILE, 195 | NOSSA SRA. DAS DORES - CEP 97050-685
SANTA MARIA | RIO GRANDE DO SUL
(55) 3218-9800 | IFFARROUPILHA.EDU.BR